

# REVISTA CANUDOS

v.2 n.2 Outubro de 1997



FLÁVIO DE BARROS

# OUTUBRO, 1897

## 100 ANOS DE CANUDOS

Centro de Estudos Euclides da Cunha - CEEC

Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação - PPG

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Reitor  
Monsenhor Antonio Raimundo dos Anjos

Vice-reitor  
Paulo Mendes de Aguiar

Pró-Reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação  
Nadia Hage Fialho

Coordenador do CEEC  
Luiz Paulo Almeida Neiva

Editores  
Equipe do CEEC

Conselho Editorial  
Climaco Dias  
Luiz Paulo Almeida Neiva  
Manoel Neto  
Edivaldo Machado Boaventura  
Renato Ferraz  
José Calasans  
Olcene Coelho Fontes  
Eldon Canario  
Gumercindo Martins Sá Filho

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica  
Luiz Carlos Pereira da Silva

Revisão  
Luiz Carlos Pereira da Silva

Normalização  
Biblioteca Central da UNEB

Foto da Capa  
Flávio de Barros

ISSN 1413-9421  
CENTRO DE ESTUDOS EUCLYDES DA CUNHA - CEEC

# *Revista Canudos*

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Revista Canudos / Universidade do Estado da Bahia  
Centro de Estudos Euclides da Cunha.  
v. 1, n. 1 (jul./dez.1996) Salvador: UNEB, 1996.

ISSN 1413-9421

1.Canudos, Ba - História. 2. Brasil - História - Guerra  
de Canudos, 1897.

CDD: 981.05  
CDU: 981 "1897"

## HOMENAGEM

*A Antônio Conselheiro e a todos os Conselheiristas que  
sonharam uma vida solidária e perpetuaram a  
memória de Canudos*

"REVISTA CANUDOS" é uma publicação semestral de temas que analisa e discute assuntos relacionados ao semi-árido do estado da Bahia, aberto a contribuições externas, desde que estejam de acordo com a linha editorial adotada. Os textos deverão estar digitados em Words for Windows ou outro processador de texto compatível e ter no mínimo 4(quatro) e no máximo 16(dezesseis) laudas. Os artigos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, e não refletem a opinião do Centro e/ou da Universidade. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, assinaturas, etc, deve ser dirigida ao CEEC à estrada das Barreiras s/n-Narandiba, Cabula, Salvador-Bahia.

CEP. 41195-001

Tel. (071) 3850197

Telefax (071) 3875920 PPG

e-mail: [unebppg@svn.com.br](mailto:unebppg@svn.com.br)

(071) 3875019 Reitoria

# REVISTA CANUDOS

V.2

N.2

1997

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

### ARTIGOS

#### CANUDOS - NOTAS ANTIGAS

José Calasans ..... 9

#### CANUDOS E O REI DO GADO: ECOS DE INTERTEXTUALIDADE

Lícia Soares de Souza ..... 14

#### A AMAZÔNIA NA CAMPANHA DE CANUDOS

Paulo Emílio Matos Martins ..... 33

#### O CORONEL MOREIRA CÉSAR E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA EM SANTA CATARINA

Oleone Coelho Fontes ..... 44

#### CANUDOS NA BOCA DO POVO

Manoel Neto ..... 56

#### “TODA NAÇÃO EM CANUDOS”-1893-1897

índios em Canudos (Memória e tradição oral da participação  
dos Kiriri e Kaimbes na guerra de Canudos  
Maria Lúcia F. Mascarenhas ..... 68

#### MOVIMENTO HISTÓRICO DE CANUDOS resgate a partir do olhar da experiência

Enoque José de Oliveira ..... 85

1993 - O CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE CANUDOS E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE O IMAGINÁRIO POPULAR Patricia Pinho .....	123
POR QUÊ CANUDOS? Fernando Massote .....	130
O CACHORRINHO SAMBA EM CANUDOS: O ESTRANHAMENTO NA LITERATURA INFATO-JUVENIL Climaco Dias .....	140
REDE DE INTRIGAS/FALAS INCENDIÁRIAS José Carlos da Costa Pinheiro .....	149
A CRIAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA E A GUERRA DE CANUDOS João Augusto de Lima Rocha .....	160
ALTO DO MARIO ou ALTO DA FAVELA? Claude Santos .....	166
RETOMADA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS-ESTADO DA BAHIA Paulo Eduardo Zanettini, Erika Marion Robrahn González e Jorge Glauco C. Nascimento .....	179
CANUDOS: FICÇÃO E REALIDADE Davis Ribeiro de Sena .....	196
A DIFÍCIL BATALHA NO NORDESTE (Breves comentários sobre a introdução dos animais domésticos no semi-árido) Inamar Gusmão Botelho .....	203

## APRESENTAÇÃO

A Revista Canudos, como organismo de expressão do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), publica tantos trabalhos de ciência especialmente história, arqueologia, ecologia, como de literatura, prosa e verso, e arte. Neste número, Licia Soares de Souza e Climaco Dias tratam de temas literários. Explica-se por ser Canudos um problema interdisciplinar com duas vertentes bem claras e direcionadas.

A vertente histórica privilegia o acontecimento bélico e o sítio militar recriado em parque. Historicamente desde Euclides da Cunha até nossos dias, são vários os estudos e abordagens como exemplificam os artigos e ensaios constantes deste número dois da Revista, tais como, os de Fernando Massote, Patricia Pinho, Enoque José de Oliveira, Claude Santos, Davis Ribeiro de Sena, José Carlos da Costa Pinheiro, João Augusto de Lima Rocha, Manoel Neto, Maria Lúcia F. Mascarenhas, Paulo Zanettine, Erika González, Jorge Glauco Nascimento e José Calasans. Canudos pode ser considerado um evento histórico-militar datado, cujo centenário estamos a comemorar e que revelou as condições de vida de uma população camponesa pobre, vivida e sofrida, em meio rural, onde se manifestou o messianismo.

Mas além da história e do conjunto de circunstâncias decorrentes da campanha de Canudos, há uma outra perspectiva a ser considerada. É a vertente ecológica. Canudos há de ser pesquisado e trabalhado como um laboratório de experimentos em pleno semi-árido baiano, inspirando políticas e enfoques que poderão ser da maior importância econômica para a região,

como faz Inamar Botelho. É preciso aproveitar a sua base cultural como suporte de um projeto de desenvolvimento sustentável. Já a criação do Parque Estadual de Canudos objetivou o funcionamento de museu, laboratório de arqueologia, estação experimental de agronomia, estação de meteorologia, escolas experimentais e outras instituições relacionadas com a preservação da área (Decreto n.º 33.333, de 30 de junho de 1986).

Explorando a vertente ecológica, o coordenador do Centro de Estudos Euclides da Cunha, engenheiro agrônomo Luiz Paulo Almeida Neiva, considera a fragilidade do ecossistema em recursos naturais e a potencialidade do pólo histórico atrativo na formulação de um projeto com base em três enfoques: o desenvolvimento sustentável, a educação participativa e o planejamento municipal e comunitário. "A interiorização do desenvolvimento embora uma aspiração de longa data, assume contornos mais definidos a partir do pacto político estabelecido com a Constituição de 1988". O próprio CEEC elaborou o *Plano de Desenvolvimento Municipal sustentável de Canudos*.

Visualizando Canudos, histórica e ecologicamente, a instalação do município e a criação do Parque Estadual, ambos em 1986, permitiram novas tomadas de posição e ações, que atraem encontros e discussões devendo ensejar a formulação de políticas. Antes, Mário Vargas Llosa internacionalizou Canudos com *A Guerra do Fim do Mundo*. E o centenário da guerra fratricida motiva estudos, publicações e construções de estrada e memorial. Se Canudos tem um ecossistema frágil mas tem história, conta contudo com alternativas para utilização dos recursos existentes, a exemplo da pesca, da cultura do caprino e do turismo associado ao parque. Há muito que fazer para retirar Canudos da faixa de pobreza, contando com o desenvolvimento sustentável da sua própria comunidade, com a presença da Uneb, da administração estadual e talvez do governo da União

*Edivaldo M. Boaventura*

## CANUDOS - NOTAS ANTIGAS

*José Calasans*  
*Prof. da Universidade Federal da Bahia*  
*e Prof. Emérito da UNEB*

### O Conselheiro no Cumbe

O Coronel Durval Vieira de Aguiar, oficial da policia baiana e autor do interessante livro **Descrições Práticas da Província da Bahia**, deixou uma boa página informativa a respeito do seu encontro com Antônio Conselheiro na localidade Cumbe, hoje cidade Euclides da Cunha, onde o peregrino estava construindo uma pequena igreja. Por ocasião do cinquentenário da elevação de Euclides da Cunha à cidade, tivemos oportunidade de pronunciar, no local, uma palestra recordando o tempo da Guerra de Canudos. O templo, digamos logo, não é mais a capelinha dos anos 80 do século passado, que foi derrubada para a construção da nova matriz, erguida em parte, no mesmo terreno onde o Bom Jesus Conselheiro levantou a primitiva e simples construção. Aliás, como já tivemos ocasião de registrar, segundo o jagunço Manuel Ciriaco, a primeira edificação fora obra de um outro Conselheiro, de nome Francisco que também pregou e levantou igrejas nos sertões baianos. Deixemos, porém, para depois a divulgação de notícias relativas ao Conselheiro Francisco, que era um homem alegre,

*Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2 n.2, 1997*

folgazão, conforme o já citado Ciriaco, sobrevivente da Guerra, que conhecemos na segunda Canudos, destruída, pelas águas do açude de Cocorobó, como a primeira fora liquidada pelo fogo ateado nos dias trágicos de 1897. Interessa-nos, agora, registrar informações colhidas na cidade sertaneja a propósito da guerra e de alguns dos combatentes.

Recolhemos o depoimento de João Siqueira Santos, sertanejo loquaz, lido e corrido, que conheceu um bom número de sobreviventes, tanto em Massacarã como no Cumbe. Mora, atualmente, numa casa situada perto da igreja, onde ficou hospedado Moreira César. Afirma que realmente o padre Vicente Sabino dos Santos, vigário da Freguesia, foi humilhado pelo temperamental comandante da 3ª expedição, tendo interferido ao seu favor, o coronel Pedro Tamarindo. O coronel César acusava o sacerdote de ser aliado e protetor dos conselheiristas, porque ia a Canudos prestar assistência religiosa aos jagunços, que era seus paroquianos. A respeito da construção da igreja, João Siqueira informa que trabalharam na sua construção os mestres de obras Cassiano Luiz e José Antonino.

Muitos episódios da sangrenta luta sertaneja me foram referidos pelo criterioso informante. Vamos registrar alguns. Vicentão, de quem já falamos em crônica anterior, homem de cor, conhecido pelas suas violências, era do local Serra Vermelha. Desfeiteou o negociante Jesuino Lima, que mascateava no Belo Monte, pegando na sua barba, em tom agressivo. Durante a guerra, Jesuino, servindo às forças do Governo, manifestava o desejo de se vingar da afronta sofrida. Quando, já no término da luta, Vicentão caiu prisioneiro, o General Arthur Oscar, que sabia da vontade do "Capitão Jagunço", mandou chamá-lo e disse, apontando o prisioneiro: "seu biscoito tá aqui". Vicentão foi um dos degolados... Contou-me também haver conhecido Manuel Francisco, jagunço que enterrara o Conselheiro, três dias após a morte do Santo. Esperaram sua ressurreição. O cadáver, porém, catingava muito decorridos os dias de espera. Teve que ser mesmo sepultado no santuário, onde o bom Jesus morava.

## Viana e Luís Marancó

Recente viagem ao povoado de Masseté, proporcionou-me o ensejo de conhecer melhor a vida de dois adeptos do Bom Jesus Conselheiro, cujos nomes não foram incluídos na série "Quase biografias de jagunços". Viana e Luis Marancó, gente de Masseté, onde se travou, em maio de 1893, o primeiro choque armado entre a força policial da Bahia e o séquito de Santo Conselheiro, estão mencionados num trabalho do dr. Salomão de Souza Dantas, promotor público de Monte Santo na época do episódio sangrento. Devo as informações, aqui agora divulgadas, a dois lúcidos sertanejos, velhos moradores de Masseté, Evaristo Rodrigues da Silva e Possidônio Aniceto da Costa e à jovem Maria José dos Reis Araújo, com os quais conversei no povoado, outrora território do município de Tucano. Os três me transmitiram informes guardados na tradição. Coincidem, circunstância que valoriza, historicamente, os depoimentos.

O "tal Viana", em cuja casa estava hospedado Antônio Conselheiro, numa posição, elevada à margem do riacho Masseté chamava-se Severiano Bispo da Silva. Viana era alcunha. Homem de alguns recursos, viveu muitos anos após a refrega de 93, não tendo acompanhado os jagunços na caminhada para Canudos. Solteirão, deixou um filho bastardo, José Ricardo da Costa, com inúmeros descendentes. Conheci um deles, Manuel Correia dos Santos, morador no Jorro, que, gentilmente, me acompanhou até Masseté, um povoado mui simpático, assentado no chão histórico das lutas conselheiristas. Sua filha Maisa, menina de nove anos, vivaz, entusiástica da sua terra berço, cantarolava, durante a viagem:

*Esso, isso, isso*

*Masseté é um sucesso.*

O velho Viana deixou fama de homem sério, bom, trabalhador. O mesmo não sucede com Luis Marancó, vaqueiro da fazenda Olhos d'Água, perto do local onde se travou o combate. Provinha, de longe, parece que de Patamutê. Já trouxera o apelido de Marancó, devido a

propriedade onde nascera ou trabalhara. Pessoa de “maus bofes”, violenta, perversa. A fazenda Olhos d’Água pertencia ao dr. Passinho, parente do barão de Jeremoabo. Ai Luis Marancô mandava e desmandava. Suas atrocidades ficaram famosas. Agredia pelo prazer de agredir. Surrava de mangual as pessoas que transitavam pelas terras do dr. Passinho, sem nenhum respeito humano. Os viajantes, fugindo das surras, cortavam caminho, inveredando por atalhos distantes da estrada que passava perto da casa do truculento Vaqueiro. Iam pelas **Veredas dos veados**, mofava Marancô. Pelos seus atos de violências, pelos crimes praticados, andou às voltas com a justiça, processado mais de uma vez. Terminou mal os seus dias. Acusado de desvios de gado foi expulso de **Olhos d’Água**, graças à ação enérgica do dr. Rodolfo Passo, irmão do dr. Passinho. Rodolfo, segundo reza a crônica popular, era corajoso e veio pessoalmente destituir o vaqueiro infiel. Consta que terminou seus dias na fazenda Ilha, do coronel José Américo Camelo de Souza Velho, um terrível inimigo de Antônio Conselheiro. Há quem diga que o dono da Ilha **mandou liquidar** o atrevido Luis Marancô. Falou-se isso à boca pequena.

## Notícias de Jagunços

João Siqueira Santos, ioiô da professora sobre quem falamos anteriormente, gozou da convivência de vários jagunços, alguns até com muita fama nas tradições conselheiristas. Vamos, nas declarações do bem informado sertanejo, consignar hoje novos fatos que nos foram narrados. Estaremos, assim, aumentando o documento oral sobre a guerra do Belo Monte.

Houve um cabo Daniel, integrante da expedição Moreira César, que caiu prisioneiro dos jagunços. Seu nome, aliás, está referido no folheto do poeta popular Melchiades, cantor da Borborema, combatente de 97, autor de inúmeros livros de cordel. O cabo foi preso por Manuel Quadrado, o “tratador” do Conselheiro, que o entregou a João Abade. O prisioneiro, habilmente, ofereceu seus serviços ao **comandante do povo**, título conferido pela jagunçada ao chefe Abade. Comprometeu-se a ensinar o uso das armas de fogo aos combatentes de

Canudos. Parece que se saiu bem no ensinamento porque não perdeu a vida. Por seu lado, os conselheiristas logo se aproveitaram das lições e passaram a atirar eficientemente contra a tropa comandada por Arthur Oscar. Outro caso que nos foi narrado é o ataque feito contra o coronel José Américo Camelo, senhor da fazenda Ilha, em Massacará. José Américo era o tipo perfeito do anti-conselheirista, tendo ajudado de todas as formas ao seu alcance os soldados republicanos. Coube a Pajeú, negro ardiloso e cruel, corajoso também, a tarefa de atacar as terras do Coronel. Sessenta homens para cumprir a missão. Um afilhado do proprietário, sabendo do projetado ataque, mandou avisar o padrinho, que ficou em Serra Branca, outra de suas fazendas. Chamava-se Justino o homem que deu o aviso salvador, porque os comandados de Pajeú foram implacáveis nas suas vinganças. Incendiaram a Ilha e teriam liquidado o coronel se ele lá estivesse na hora do ataque. Entre os agregados da fazenda, muitos eram seguidores de Antônio Conselheiro e partiram para Canudos, como sucedeu em várias localidades onde a influência do peregrino se fez sentir.

Encontramos em nossa rápida visita à cidade de Euclides da Cunha, nas recordações de muitos dos seus habitantes, a presença dos dias dificilmente vividos nos tempos agitados da campanha de Canudos. Há, evidentemente, condições para valorização da memória local. E é o que pretende fazer, mui acertadamente o prefeito Renato Campos, nosso aluno na Faculdade de Ciências Econômicas, a quem revimos com alegria, nas festividades do cinquentenário da cidade interiorana, que tão bem homenageia o grande escritor de Os Sertões.

## CANUDOS E *O REI DO GADO*: ECOS DE INTERTEXTUALIDADE

Licia Soares de Souza  
Professora Titular da UNEB. Coordenadora de projeto PIBIC/CNPq.  
Ph.D. em Semiótica pela Universidade do Quebec em Montreal.

O presente texto apresenta uma análise parcial dos processos de intertextualidade entre as obras romanescas de tema canadiano e a telenovela da Rede Globo, *O rei do gado*, que foi ao ar de julho de 1996 a 14 de fevereiro de 1997. Elaborada no âmbito de um projeto do PIBIC/CNPQ, a pesquisa encontra-se ainda em fase de observação das fitas gravadas, durante o período de transmissão da produção global, as conclusões estando previstas para julho de 1997.

O aspecto regionalista da obra telefictícia de Benedito Rui Barbosa tem sido bastante ressaltado pelos estudiosos do gênero *telenovela*. A trilogia *Pantanal* (1990), *Renascer* (1993) e *O rei do gado* (1996-7) considerada um registro dos mais significativos da dramaturgia televisiva brasileira. A influência dos fatores sociais e políticos representados, na sociedade contemporânea, tem, por outro lado, tido um grande relevo na maioria das abordagens críticas feitas às três *novelas*.

É bem verdade que ainda não existem estudos críticos sistematizados sobre a ficção televisiva a exemplo dos estudos críticos literários. Como gênero paraliterário<sup>2</sup>, a novela ainda não mereceu uma verdadeira acolhida no meio acadêmico, a não ser quando se trata de ressaltar seus efeitos nefastos ou alienantes sobre a recepção. Apesar disso, a tentação é grande em se buscar reflexões sobre a feitura das obras e a existência ou não de uma problematização sobre a situação sócio-política representada em determinadas regiões geográficas dotadas de características muito particulares. De que modo então articular estas reflexões? e quais as suas dimensões? serão políticas? estéticas? sociais? ideológicas?

Os limites desse texto, apresentando uma análise parcial, não nos permitem responder a estas questões. O nosso objetivo se detém a apontar caminhos para estudos mais elaborados sobre modalidades de *trans textualidade*, isto é, sobre diferentes formas de representação, em matérias significantes diferenciadas (literária, cinematográfica, televisiva, etc.), de um núcleo temático onipresente na cultura brasileira, relativo à luta de populações marginalizadas pelas condições de sobrevivência, através do qual a questão da posse da terra e de fundamental e atual importância.

## Regionalismos

É sabido que o *regionalismo* é uma corrente que descende do romance realista do século XIX, caracterizada pela forte representação de uma unidade regional apta a fornecer matéria para as tramas e o agir dos personagens. O sentido geográfico-social não deixou, durante muito tempo, de levantar dúvidas sobre a dimensão estética dessas obras consideradas regionais. Catalogado, muitas vezes, como uma espécie de *realismo primário*, o regionalismo aparecia como contrário ao universalismo, polo gerador de valores globais que transcendem o nativismo, o exotismo e o localismo.

Luis C. Lima<sup>3</sup>, comentando sobre *A Bagaceira* de José Américo de Almeida, afirma:

*Delinea-se, ao invés, com clareza, o perfil de Euclides da Cunha, cuja influência não se verificou pelo que o torturado autor d'Os Sertões tivesse de mais grandioso. José Américo absorveu o que havia de arrevesado na sua construção [...] A negatividade da influência euclidiana não decorreu de causa accidental. Ela tem a ver com a falha central do novelista, qual seja a sua incapacidade de ultrapassar um realismo primário. Esta a razão de que trouxesse de Euclides o que lhe era de mais imediato, de mais impressionável e de menos definitivo.*

A negatividade refere-se a um caráter de observação sociológica imediata, incapaz de erigir os pilares de um imaginário social. As primeiras gerações da literatura regionalista tendiam a firmar uma estética de denúncia que enfatizava imagens plurais de homens presos a uma engrenagem sócio-política desumana, *homens do sertão, desordem de músculos, parias da bagaceira, vítimas, tipos marcados*. Evidenciava-se o recorte metonímico do tecido social, herdado do naturalismo, através do qual se referenciava a ação dos grupos de personagens, ora reduzida a gestos detalhados, ora ampliada a movimentos coletivos.

No âmbito dos estudos semióticos, o tratamento metonímico, revelador de contiguidades, sempre foi confrontado ao tratamento metafórico, refletor de similaridades. Este estaria mais apto a configurar um mundo de correspondências, produtor da função estética, ou mesmo poética, enquanto que aquele teria a função de denotar, caracterizando paisagens ou cenários sociais compostos para ilustrar as teses de um autor. Os críticos do Regionalismo ressaltam, por exemplo, a grandeza de *Fogo Morto*, no conjunto da obra de José Lins, por essa dimensão estética, metafórica, que caracteriza a densidade dramática dos personagens, com economia de detalhes paisagísticos ou sociais.

Na atualidade, já é fato notório que o tratamento metonímico, longe de implicar uma negatividade estética, concerne a contratos acerca, primeiramente, da comunicação de realidades sociais, historicamente datadas e, em seguida, do depósito, na comunidade social, de matrizes textuais relativas a essas realidades e as formas de comunicá-las. Eis assim o que se tece na estética realista: são *pedaços* do real transformados em produto cultural pelo recorte metonímico, são possibilidades de tradução dos produtos em processos sociais, e, em suma, a colocação de um sentido no espaço-tempo em forma de processo textual, com sua carga retórica específica.

Nesta perspectiva, o texto de Euclides funciona como o primeiro acesso a um fato histórico, a guerra de Canudos<sup>4</sup>. Mas, trata-se antes de um *texto de fundação*<sup>5</sup>, um processo de comunicação social, e não apenas a denotação de um acontecimento singular. Trata-se sobretudo de um texto de referência suscetível de gerar novos textos, de inscrever seus vestígios na composição de novas produções, de criar séries culturais de tema canudiano.

Aqui tocamos em uma questão decisiva na nossa pesquisa: a luta atual do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), às portas do século XXI, configura as lutas seculares pela justiça social, e seria matéria para diferentes tratamentos poéticos e narrativos, em escala nacional. Nas ações do MST, é preciso decodificar uma cena fundadora que toma o aspecto de origem, de proximidade com o Conselheiro no tempo e espaço:

*Maltratada pela história oficial, Canudos e a figura controversa de Antônio Conselheiro sobrevivem no imaginário de grande parte dos camponeses brasileiros como um dos símbolos da luta pela reforma agrária. Na leitura que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) faz da epopéia de Canudos, Antônio Conselheiro é o líder sertanejo que desafiou a Monarquia, a República e a elite rural dominante para fincar, há mais de cem anos, nas terras de um grande latifundiário baiano, as raízes de uma comunidade de características igualitárias. Nesse aspecto, o modo de vida no antigo arraial é representado hoje pelo sonho do socialismo no campo, e Conselheiro*

*ro o mártir que deu a vida na defesa dos povos oprimidos. (A Tarde, 11-1-97)*

Eis, pois, a irrupção do textual no seio do processo social: MST e Canudos, por extensão metonímica, MST e o ciclo romanesco canudiano. A problematização sobre a reforma agrária assume uma importância crucial nas séries culturais brasileiras, promovendo diferentes interrelações entre registros sociais e registros discursivos distintos, tão bem que Novaes<sup>6</sup> elabora uma importante análise comparativa sobre as lutas pela terra e a liberdade em duas obras distanciadas secularmente: *Vila Real* (1979) de João Ubaldo e a epopéia grega de Homero (*A Iliada*). O autor assinala a incidência do tema em outras obras nacionais como *Os Sertões* e, no cinema, em *Deus e o diabo na Terra do Sol*.<sup>7</sup>

Mas voltando à estrita relação entre o MST e o ciclo canudiano, é necessário notar a dimensão épico-universal que atinge os textos *de fundação*, em determinado momento considerados como regionalistas primários. É que, em suma, o processo da *intertextualidade* desencadeia uma série de descentramentos e deslocamentos suscetíveis de redimensionar as relações dos textos com as novas realidades. Nesse sentido, ao trazer para a cena televisiva os combates do MST, Benedito Rui Barbosa promove um círculo de diálogos entre o real da atualidade e os textos *de fundação* que fazem parte da formação dos Sem-Terra. Embora sem referência explícita aos textos canudianos, *O Rei do Gado* traz à tela importantes debates sobre a estrutura latifundiária do país e representa aspectos fundamentais da vida nos *acampamentos*. Centro de muitas polêmicas, acerca das qualidades estética, política, ou ideológica, ou mesmo relativas à instauração desse tipo de realismo primário que tende a guiar a paraliteratura televisiva, a produção de Benedito constitui, até os dias de hoje (maio de 1997), o texto mais representativo das lutas do MST, contemporâneo nosso.

### Módulos televisivos

Antes de abordarmos o tema na telenovela, necessário se faz tecermos algumas considerações sobre a linguagem televisiva, que compõem a base metodológica de nossa análise. A televisão adota, há mais ou menos quinze anos, um novo princípio estético que constitui um trabalho de produção de um real televisivo autônomo, a encenação de uma realidade própria que desconstrói as distinções entre seus variados gêneros. Como sentir então o enfraquecimento da distinção entre o *real-em-si* e sua representação no seio da ficção? A ficção popular, mesmo com toda sua vocação híbrida, deve privilegiar uma ordem analógica, transparente, suscetível de erigir um mundo diegético. Aderir a esse novo ritmo fragmentado, que promove os entrecruzamentos entre telejornal, propaganda, documentário, deveria ocasionar a quebra do caráter fictício das histórias narradas.

Justamente a teleficção consegue realizar formas espetaculares de *transtextualidade*<sup>8</sup> que empreendem translações de gêneros e de valores, aptas a liberar nova forma de diegese que reajusta as competências receptivas dos públicos. A operação transformativa mais evocada consiste na transposição para o vídeo de obras literárias e teatrais que testemunha o casamento histórico entre cultura restrita e cultura de massa, em sua fileira paraliterária. Muitas são as produções catalogadas como *obras de autor* remetendo à *transmodalização* do texto literário em texto telefictício o que não se dá sem produzir o surgimento de uma nova forma de narração para a televisão, do mesmo jeito que favorece o aparecimento de novas técnicas de narração literária.

Mas a *transformação temática* é o procedimento que assinala a vocação da desconstrução, permitindo a inserção de conteúdos informativos e propagandísticos na ficção, cujo exemplo mais significativo se encontra no *merchandising* brasileiro. Com efeito, esse tipo de translação determina o estabelecimento de várias fontes enunciativas

nos núcleos semânticos da ficção promovendo os confrontos dessa última com as realidades imediatas dos telenarratários, o que não deixa de ser favorecido pelas novas decupagens temporal e espacial da invenção televisiva. Mattelart e Mattelart (1987) mostram como a televisão consegue reativar a estrutura da *série aberta*, combinando dois tipos de temporalidade: o tempo longo do *pathos*, da memória narrativa tradicional, e o tempo parcelizado da modernidade, do vídeo-clip, por exemplo. A convivência dos dois tempos é uma das características da nova estética da *serialidade* que obedece a uma organização de módulos, fazendo as estórias progredir em uma nova ordem aritmética estereotipada. Ao lado dessa tensão temporal, o tratamento visual do espaço parte para registrar dimensões mais sociais e coletivas de um determinado meio, amenizando a dimensão estritamente particular de um certo herói, característica de toda produção anterior à segunda metade dos anos oitenta.

Dois dispositivos de fabulação vêm assim definir a escritura audiovisual da teleficção: a *colocação em folhetim*, ativando o tempo do *pathos*, e a *colocação em série*, responsável pelo agenciamento de módulos que, enquanto fragmentos de duração limitada, passam a constituir a unidade mínima da estética seriada. Ocorre que a *modulação* é a base formal que governa o jogo de variações no interior do tempo longo, pondo em relação as referências espaciais (micro-territórios) e as referências temporais (equilíbrio entre o tempo da ação e o tempo da recepção), os dispositivos narrativos (as peripécias) e discursivos (multiplicação enunciativa) e, através destas relações fazendo aflorar um panorama axiológico (transferência de valores) que liga as produções a uma época determinada. Ora, a modulação cria as condições necessárias à emergência dos *cenários transtextuais* que contribui a inscrever a teleficção nesse novo ritmo fragmentado que marca a nova estética televisiva. Efetivamente, a *transtextualidade* funciona como um modo supraestrutural de organização semântica vinculando os acontecimentos distendidos nos módulos. Ela permite a transferência de modos enunciativos diversos e, pela via da consequência, a transvalorização que testemunha da encarnação de diferentes instâncias produtivas na diegese sem minar o campo fictício das emissões.

## Módulos políticos: combates e reivindicações

Nos seus aspectos intratextuais, a trilogia de Benedito contém um herói épico com traços semelhantes: Zé Leôncio (*Pantanal*), Zé Inocêncio (*Renascer*) e Bruno Mezenga (*O rei do gado*). Os três se caracterizam como proprietários de terras: em molde patriarcal, à medida que fundam famílias destinadas a perpetuar seus nomes e tradições e agregam empregados prontos a integrar o círculo familiar e a ampliar a autoridade do chefe. Não são, porém, o proprietário de tipo pré-capitalista e de origem aristocrática, recebendo as terras por herança e resistindo às leis do mercado internacional, o que predomina no ciclo regionalista nordestino literário. Eles representam o tipo capitalista moderno: com a força das mãos, fundam uma comunidade, baseada na criação de gado ou na cultura do cacau, que desenvolve estruturas culturais próprias e daí, são erigidos seus caracteres heroicos e épicos. Aderem às leis do mercado internacional e utilizam a tecnologia mais moderna, o que permite a introdução na ficção dos tipos de *merchandising* rural.

A questão da reforma agrária foi introduzida em *Pantanal* e *Renascer*, de forma discursiva, pois a cada um dos patriarcas heroicos, corresponde um proprietário vilão, possuidor de terras improdutivas e explorador dos trabalhadores. Em *O rei do gado*, a questão passa a ser problematizada pela ação dos grupos sem-terra, e Bruno termina por se solidarizar com a causa, embora com restrições ("*bulir num assunto desses, é bulir em casa de vespertino*"), em virtude de seu envolvimento sentimental com uma boia-fria advinda das plantações de cana.

Na análise da modulação, que designamos como política, selecionamos as cenas relativas à ação dos sem-terra e buscamos identificar os cenários. Na invasão das "*terras devolutas que pertencem ao estado*", por exemplo, pusemos em relevo, primeiramente, o aspecto belicoso da ação, acompanhado do espírito guerreiro que move o grupo, o que acentua a densidade dramática de todo um capítulo. Observamos, na perspectiva de captar o movimento intertextual, duas passagens literárias concernentes a Canudos:

*Um coro longínquo esbatia-se na mudez da terra ainda adormida, reboando longamente nos ermos desolados. A multidão guerreira avançava para Uauá, derivando a toada vagarosa dos Kyries rezando. Parecia uma procissão de penitência, dessas a que há muito se afeiçoaram os matutos crendeiros para abrandarem os céus quando os estios longos geram os flagícios das secas [...] Mas não tinham, ao primeiro lance de vistas, aparências guerreiras. Guavavam-nos símbolos de paz: a bandeira do Divino e, la-deando-a, nos braços fortes de um crente possante, grande cruz de madeira, alta como um cruzeiro. Os combatentes armados de velhas espingardas, de chuços de vaqueiro, de foices e varapaus, perdiam-se no grosso dos fiéis que alteavam inermes, vultos e imagens dos santos prediletos, e palmas ressequidas retiradas dos altares. ( Os Sertões, p 209)*

*[...] No tenían plan de batalla. Los raros viajeros se asombraban de saber que iban a la guerra. Parecían una multitud festiva; algunos se habían puesto en trajes de feria. Tenían armas y lanzaban mueras al Diablo y a la Republica, pero aun en esos momentos el regocijo de sus caras amortiguaba el odio de sus gritos [...] En el curso de la marcha, imperceptiblemente, obedeciendo a una convocatoria de la sangre, la columna se fue ordenando, se fueran agrupando las viejas pandillas, los habitantes de un mismo caserío, los de un barrio, los miembros de una familia, como si, a medida que se acercaba la hora, cada qual necesitara la presencia contigua de lo conocido y probado en otras horas decisivas. (La guerra del fin del mundo, p. 77).*

As primeiras imagens que se depreendem dizem respeito à plasticidade e à sonoridade da cena: o avanço de um *coro na mudez da terra*, no texto de Euclides, ou a *festividade* da multidão, mesmo com as palavras de ordem, no texto de Llosa. O regime da antítese que governa a arrancada dos invasores no literário, *coro/mudez*, *alegria/ódio*, encontra terreno propício na linguagem audiovisual: a multidão rasga a terra vermelha, por uma alternância de travellings laterais, panorâmicas e planos próximos, mostrando as expressões faciais e o alinhamento dos combatentes, mas principalmente pela *plongée* projetando o individual numa marcha coletiva, marcha de gado, que se reduz na imensidão da terra, tratamento metonímico realista que não deixa de encaminhar o significado metafórico da determinação da coletividade unida. Pois, no lugar do *coro* da procissão, desafiando o silêncio do mundo,

uma música de Zé Ramalho pronta a conotar a alegria/ódio da marcha: *Vida de gado, povo marcado, povo feliz.*

No percurso intertextual, assinala-se ainda o par guerra/paz: a bandeira do Divino, cruz, santos e roupas de festa que se sobrepõem às velhas armas na marcha de Canudos. Na telenovela, o filho do líder Regino entrega à mãe uma bandeira do Brasil dobrada, a qual desfazendo sua preocupação e passando a crer na missão de paz da tropa, corre para alcançá-la, passando-lhe o símbolo da nação; o mesmo símbolo que cobre o líder, no momento em que é baleado, em novo tratamento de *plongée* que instala no centro da imagem, como alvo, a vítima da violência, o trabalhador desarmado.

A tensão orgânica entre um repertório narrativo, ativando o regime temporal do *pathos*, em operações de intertextualidade, e os fragmentos políticos, que se inserem na narrativa sob a forma de subtrama, mostra toda a operacionalidade do que designamos como *cenário transtextual*. Pois, o caráter seriado da teleficção, mantendo o equilíbrio entre o tempo da ação e o tempo da recepção, orienta a projeção metafórica dos textos culturais sobre essa transposição representativa do fato atual que a grande maioria do público só conhece pela mediação da imprensa, ouvindo sempre falar de invasão de terras, com *objetivos políticos*, que a sociedade condena. Nesse sentido, podemos ainda estreitar os laços entre as convenções culturais da memória narrativa e as referências televisivas, tentando caracterizar melhor esses tipos de personagem que fundem o aspecto mítico e o real cotidiano.

Regino é um herói representativo do povo do campo oprimido. Possui os traços do herói mítico, como caracteriza Rosenfeld (1982), responsável pela totalidade de suas ações, pelos meios e execução. De sua natureza de herói primitivo, vivendo num mundo prè-político, só contando com o apoio das massas rurais, decorre sua fragilidade operativa diante do mundo moderno<sup>11</sup>. Nesse mundo considerado arcaico, que ele luta pra defender contra os valores da concentração de terras ou da vida urbana que caracterizam a sociedade brasileira, a responsabilidade pesa sobre seus ombros e, daí, se lhe acrescentam traços de messias virtual, capaz de satisfazer as esperanças sebastianas do povo.

O coro de rezadeiras, joelhos no chão, terços na mão, ecoa, durante a operação primária para lhe retirarem a bala do peito, enquanto que o delegado de polícia vibra na delegacia com a notícia que abateram-no. A tensão dramática do episódio aumenta, logo que a comunidade decide expulsar o companheiro que matou o jagunço que derrubou Regino e o coro religioso se amplia. Se configura assim o quadro simbólico onde toma corpo o herói messiânico; energia, solidariedade, força e desejo de paz, mesmo na guerra, sentimentos canalizados para a evocação de entes superiores, únicos que podem salvar o único recurso humano capaz de lutar pela justiça social.

Nesse contexto, se acrescentam outros elementos intertextuais: o desafio à República e às elites rurais e urbanas. A fragilidade inevitável dos sem-terra é mostrada, primeiramente, de forma visual, pela alternância das cenas em acampamento e as imagens do Congresso Nacional em Brasília. Este contraste visual afixa a dificuldade de comunicação do Movimento com os aparatos políticos do mundo moderno permitindo a tensão do tempo mítico, prè-histórico, com o tempo da história atual.

A telenovela intensifica a tensão temporal, projetando o intertextual no jogo transtextual suscetível de traduzir a engrenagem política em termos contemporâneos, ou seja na República presidida por Fernando Henrique Cardoso. O Senador Caxias encarna um tipo de político virtual imbuído do *ethos* idealizado para os representantes do povo no parlamento. Desta forma, torna-se inicialmente uma espécie de herói operativo, apto a questionar a função política dos poderes executivo e legislativo e a mediar as ações do Movimento.

A relação íntima que se estabelece entre o *ethos* do senador e o jogo da enunciação, ai incluindo os indícios topográficos (o Congresso Nacional) e cronográficos (O Congresso desse período), configura *cenários* capazes de esclarecer os motivos dos problemas nacionais: os parlamentares fogem do dever de apreciar as reformas administrativas, buscando sempre retornarem aos seus estados antes da semana terminar, pois o povo escolhe mal seus representantes. Como enunciar legitimamente, avalia a situação, ora se referindo ao presidente como aquele

que sofreu da mão da ditadura e tem feito esforços para a reforma agrária, ora utilizando *Governo* para demonstrar a incompetência em se conhecer o patrimônio da União: casas, terrenos, imóveis diversos, dispersos e desconhecidos, *na era da informática*. Finalmente, a conclusão argumentativa que se depreende da avaliação diz respeito à existência de *forças* elitistas que se opõem à distribuição das terras.

A potencialidade operativa do senador, o qual deveria aprofundar as causas históricas das misérias rurais e urbanas e poderia redimensionar a atuação em termos de embate político junto aos dois poderes, começa a decair no momento em que pensa em renúncia e admite sua fragilidade em face da engrenagem política elitista. De um certo modo, ele se torna também mítico ao tempo em que se torna um político incapaz de agir, de avançar e de progredir, em virtude de ser dotado de um caráter honesto e de possuir o sentido da justiça social, o que não se adequa ao momento histórico presente.

O cenário fundamental de revelação da precariedade dos heróis míticos ocorre quando o senador resolve comparecer ao acampamento para ouvir as reivindicações. O político engravatado se movimenta em meio à fumaça que, de um certo modo, afeta o *focus* da imagem, conotando as condições difíceis de sobrevivência; ao lado das barracas, encontram-se cartazes, *Por um Brasil justo, Pés no chão, mãos na terra*:

*Senador - Não vim fazer discursos, os senhores devem estar cansados de discursos e promessas vazias... Não notei armas nesse acampamento e isso me deixa tranqüilo.*

*Regino - Nossas armas são nossas ferramentas de trabalho.*

*Senador - Somente com essa finalidade devem ser usadas. Não vim ditar regras de comportamento. Vim tomar conhecimento de vossas reivindicações e ver como conseguem sobreviver neste acampamento enquanto esperam as terras que tanto desejam.*

*Sem-Terra - E que não dão nunca.*

*Senador - Amigo, me parece que existe um empenho da parte do Governo em resolver esta questão, mas existem interesses fortes, interesses contrários. O problema não é tão fácil assim.*

*Sem-Terra: O senhor veio aqui pra defender o Governo?*

*Senador: Minha senhora, não vim aqui falar em nome do Governo. Eu sou oposição. OPOSIÇÃO ! Mas, não a oposição burra, que não aponta caminhos, nem oferece soluções.*

*Sem-Terra: Veio defender o latifundiário?*

*Senador: Se a conversa vai ficar nesse tipo de clima, encerro aqui.*

*Regino: Desculpe senador, tá difícil segurar esse povo, ninguém acredita mais em nada. Vamos ouvir o que o senador tem a dizer.*

*Coro: QUEREMOS TERRA. QUEREMOS TERRA. QUEREMOS TERRA.....*

Caxias não se identifica como intermediário de alguma facção política, nem como porta-voz do Governo que ele acredita estar lutando contra as forças contrárias. Se apresenta ao Movimento para *ver e ouvir* e, nesse sentido, para produzir um discurso, imbuído da sua vivência pessoal junto ao território dos sem-terra. Dito de outra forma, o sujeito político busca atribuir um sentido de realidade a um fenômeno de que *se ouve falar*, na tentativa de discursar, isto é, de produzir um texto suscetível de demonstrar as contradições históricas dos problemas relativos à distribuição das terras. Mas, tomando para si a responsabilidade de sensibilizar o conjunto de parlamentares à causa dos sem-terra, já antecipa o fracasso inevitável da sua tarefa. Em conversa com a empregada Chiquita, afirma: *Eu vou voltar a fazer um discurso para um plenário vazio pra contar o que vi e ouvi. E, falei para cadeiras impotentes como eu.*

É evidente que emerge nos cenários uma condenação ao poder legislativo porque é a ele que cabe a culpa de existirem os sem-terra e os sem-abrigo, heróis sacrificados (*de uma pobreza organizada*, como diz Caxias), ricos de qualidades produtivas, postas de lado numa vida primitiva. É no Congresso (cujo prédio oponente e moderno sempre alterna com o acampamento) que as decisões políticas são tomadas e ele permite, impiedosamente, o sacrifício de milhões de cidadãos. Nessa perspectiva, a perda de operatividade do senador institui o conflito trágico da telenovela. Em outras palavras, é pelo viés dos cenários políticos que se desenvolvem em subtramas, que Benedito intensifica a tensão dramática da obra e instaura este importante filão intertextual, capaz de mostrar o problema secular da miséria brasileira. O caráter trágico intertextual se radicaliza quando os dois heróis são eliminados<sup>11</sup> e suas qualidades, julgadas absurdas, perdem a eficácia operacional diante da engrenagem política moderna.

## Considerações finais

Apresentamos aqui alguns pontos que especificam um paradigma narrativo televisivo. Antes de tudo, como objeto paraliterário, a teleficção colhe os benefícios de uma tradição testada, tanto ao nível da produção, a estrutura seriada favorecendo a interpenetração de discursos variados, quanto a nível da recepção, o acompanhamento cotidiano do desenrolar das ações. Há um horizonte de expectativas que relaciona criadores e telespectadores no que diz respeito às tramas, aos protagonistas, aos debates do momento e à vinculação social histórica.

De todas as evidências, o programa narrativo da ficção televisiva segue uma ordem transparente e linear propulsada pelo agir e o dizer dos personagens. Com a lógica da serialização, animada pelas técnicas da modulação, torna-se possível desconstruir a linearidade, sem quebrar a linha diegética, colocando as informações distintas como coorientadas em relação ao fio dramático central. Assim, as operações transtextuais constituem-se muito menos uma prática doutrinária do

que um dispositivo que institui ao mesmo título e em um mesmo movimento o conjunto das condições da enunciação e do que é enunciado.

No caso específico de *O Rei do Gado*, foram postos em relevo alguns aspectos intertextuais dos combates pela terra, erigindo principalmente, como textos de fundação, as obras de temática canadiana. O objetivo proposto foi apontar a possibilidade de entrecruzamentos entre as obras literárias e a telenovela em suas marcas discursivas e textuais, mas sobretudo estimular um estudo interdisciplinar, integrando várias unidades da UNEB e o CEEC, destinado a perseguir o tema em outras obras literárias e em outros veículos de comunicação como o cinema, a televisão e a imprensa escrita. Com este último, verificar-se-á o movimento transtextual que atualiza as referências históricas no tempo presente, e que permite mostrar que os combates seculares pela justiça não são apenas referências estéticas de grandes obras nacionais, mas uma grande parte da realidade contemporânea.

Observando as relações entre o MST e o ciclo literário canadiano, divulgadas através da imprensa, foi possível descobrir a interação sincrônica que faz com que a arte seja um espaço ativo de recepção-produção e leitura-escritura, e não constitua um simples repertório de fontes puras sem vínculo com as realidades sociais. Nesse sentido, foi necessário reconhecer que essa arte de novos narradores, a teleficção, em todas as suas formas, já possui um acervo importante de obras de conteúdo social. E a obra de Benedito foi o primeiro texto a figurar o drama do MST, com um tratamento audiovisual, nos moldes do realismo social, apto a desencadear uma série de problematizações estéticas do tema.

## NOTAS:

1. Contamos com três bolsistas do curso de comunicação social: Tatiane Mascarenhas, André Messias de Oliveira Gomes, e Fabio José da Silva Nascimento

2. Sobre a definição da *paraliteratura*, consultar nosso artigo *Teleficção e realidade. análise de uma produção de Radio-Canada*. *Canadart* (1993), cf. bibliô

3. *Regionalismo*. In: Afrânio Coutinho (dir.), *A literatura no Brasil: Modernismo*, vol. v. 2. ed., Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana, 1970.

4. Segundo Ângela Gutierrez, em *Notícia sobre cem anos de ficção canadiana*. *Revista Canudos*, v. 1, n. 1, p. 9-21, 1996, embora *Os Seridões* não seja o primeiro texto literário a tratar do fato, ele constitui um texto germinador da ficção regionalista importante e, em particular, de tema canadiano.

5. Estamos utilizando os termos *de fundação*, a partir do conceito de *deixis fundadora* formulado por Dominique Maingueneau (cf. bibliô), que implica em uma locução fundadora, uma cronografia e uma topografia fundadoras prontas a inscrever, em uma formação discursiva, uma situação de enunciação primeira capaz de gerar novos textos

6. Trata-se do texto de Carlos Novaes *A epopéia dos molambos*, *A Tarde Cultural*, 24 de maio de 1997.

7. Para um estudo mais aprimorado sobre as transformações dos temas da exploração e da luta no cinema de Glauber, vide a Revista *Locus 2* do Ceteba, nos textos de Maria do Socorro Carvalho e Júlio César Lobo.

8. A noção de *transtextualidade* vem de Gérard Genette (1982), indicando a transformação de um texto primeiro em um texto segundo. Forjamos a noção de *cenário transtextual* adaptando a de U. Eco (1985) de *cenário intertextual* (encontro de textos que o leitor atualiza graças a suas competências enciclopédicas) à de Genette, querendo assinalar as possibilidades de interpretação que emanam do encontro da ficção com os fatos da atualidade em um determinado *cenário*. Para aprofundamento das noções de *cenário*, vide texto referido na nota 2

9. Anatol Rosenfeld assinala que o herói mítico é um solitário, ao contrariar o do militar moderno que pode contar com uma vasta engrenagem industrial (meios) e, de acordo com Hegel, com os estadistas, que lhe propõem os fins.

10. Como os verdadeiros líderes, que estão sempre na imprensa sob manchetes assim: *Igreja condena métodos dos sem-terra*

11. No enterro fictício de Caxias, o autor Benedito convidou verdadeiros parlamentares a comparecer, mas apenas Suplicy e Benedita, do Partido dos Trabalhadores, se fizeram presentes na ficção, o que pôde conduzir a uma espécie de projeção simbólica. Apesar disso, e mesmo depois da telenovela ter sido concluída, o senador ainda possui uma natureza significativa virtual que faz com várias faixas de público questione qual seria seu símbolo real na vida política brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CUNHA, Euclides. *Os Seridões*. Edições de Ouro.
2. ECO, Umberto. *Lector in fabula ou la coopération interpretative dans les textes narratifs*. Paris: Bernard Grasset, 1985.
3. FADUL, Anamaria. *Ficção seriada na TV. As telenovelas latino-americanas*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa de Telenovelas, ECA-USP, 1992.
4. FERNANDES, Ismael. *Telenovela Brasileira: memória*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
5. GENETTE, Gérard. *Palimpsestes: la littérature au second degré*. Paris: Seuil, 1981.
6. GUTIÉRREZ, Ângela Ma. R.M., *Notícia sobre cem anos de ficção canadiana*. *Revista Canudos*, v. 1, n. 1, p. 9-23, 1996.
7. LIMA, Luis Costa. *Regionalismo*. In: Coutinho Afrânio (dir.), *A literatura no Brasil Modernismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1970. V. 5.
8. LLOSA, Mario Vargas. *La guerra del fin del mundo*. Editorial Seix Barral, 1981.
9. MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
10. MATTELART, Armand e Michèle. *O carnaval das imagens: a ficção na TV*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
11. ROSENFELD, Anatol. *O mito e o herói no moderno teatro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

- 12 SAOUTER, Catherine. A telenovela, arte de novos narradores. formas e influências da narrativa telenovelesca. *Canadart*, v.2, p. 87-111-1994.
- 13 SOUZA, Licia Soares de. *Representation et ideologie: les teleromans au service de la publicité*. Montréal: Editions Balzac, 1994.
- 14.- *LE DISCOURS publicitaire dans le feuilleton télévisé brésilien*. Cahiers Recherches et Theories, S-8, Université du Québec à Montréal, p. 175-188. 1987.
- 15.- ELEMENTOS para uma sociosemiótica do audiovisual. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação*, Porto Alegre, vol 5, p. 165-180, jan/dez. 1990.
- 16.- DOZE anos de merchandising no Brasil: um caso de Relações Públicas? , INTERCOM: *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, v. 14, n.65, p.6-18, jul./dez. 1991.
- 17.- EL DISCURSO antropofágico en las telenovelas de la Red Globo. *Análisis semiotico de Roque Santeiro y Que rei sou eu?*, *Voces y Culturas*, Barcelona, n. 5, p. 45-59, 1993
- 18-PARALITERATURA e televisão: análise de uma produção de Rádio-Canada, Scoop. *Canadart*. Salvador, n.2, p.73-86, 1994.
- 19.- LAS FIGURAS de la violencia en las telenovelas, *Voces y Culturas*, Barcelona, n.6, p. 51-62, 1994.
- 20.- L'ÉVOLUTION esthétique de la téléfiction: Fiction réaliste ou réalité fictive? *Fréquence Frequency*, Montréal, n. 3-4, p.113-129, 1995.
- 21 - COMMUNICATION et intégration: la fiction quotidienne de TV GLOBO, vol. 17, n.!, Quebec, printemps *Communication*, p. 105-134.1996.

- 22.VERÓN, **Eliseo**, Récit télévisuel et imaginaire social. *Actes du congrès sur le feuilleton en télévision*, Venezia: Edizioni Rai Radio Televisione Italiana, 1993, p.65-73.

#### *Periódicos*

- 1.O EXEMPLO de Antônio Conselheiro. *A Tarde*, 11-1-97
- 2.NOVAES, Claudio. A epopéia dos molambos, *A Tarde Cultural*, 24 de maio de 1997.
- 3.SOUZA, Licia Soares. Lição diária para as massas, *A Tarde Cultural*, 23-05-92.

## A AMAZÔNIA NA CAMPANHA DE CANUDOS

*Paulo Emilio Matos Martins  
Professor Adjunto FGV - UFF*

*À educadora Maria de Nazaré Leal Uchôa Martins,  
que me contava tantas histórias dessa época - In memoriam*

A República nascente conheceu um Brasil perplexo, bestializado<sup>1</sup>. Pessimismos de lado, a verdade é que para nós, cidadãos brasileiros, o ato proclamatório de Deodoro foi mais um golpe engendrado pelas elites, em permanente plantão conspiratório contra a sociedade. Não vai aqui a intenção de defesa de um modelo monárquico arcaico, escravista e, também, fundado com outro golpe, este de um príncipe contra a Coroa de sua casa paterna.

O fato é que os versos-anátemas do Imperador banido:

*"Oh doce Pátria  
sonharei contigo  
e entre visões de paz,  
de luz, de glória,  
sereno aguardarei  
no meu jazigo  
a justiça de Deus  
na voz da História."*

ecoariam pelos sertões, florestas e litoral desse país-continente, por mais de um século, como uma maldição que parece ainda não haver se cumprido completamente. É assim, que de novembro de 1896 a outubro de 1897 no antigo município de Monte Santo, em plena região do semi-árido baiano, o regime recém-instaurado enfrentaria um de seus mais dramáticos desafios: a Guerra de Canudos (cujo Centenário ora comemoramos), deixando o saldo trágico de mais de vinte mil vidas sacrificadas e um complexo de culpa que, ainda hoje, castiga a Nação.

## 1. Um tiro na Caatinga e seu eco na Floresta

Quem sabe os últimos acordes da orquestra do Instituto Carlos Gomes, sob a regência do maestro Gama Malcher, ecoaram naquela tarde pelas galerias da grande casa de espetáculos paraense simultaneamente com os tiros que iriam ferir mortalmente o coronel César, comandante da temida Terceira Expedição contra o povo do Belo Monte?

Terminava o ensaio para o baile de máscaras daquela noite no Teatro de Nossa Senhora da Paz. Era o dia 3 de março do ano de 1897 (terça-feira de Carnaval), 4 ou 5 horas de mais uma tarde morna, véspera de um drama que abalaria indelevelmente a República.

Localizado no centro do antigo Largo da Pólvora, na cidade de Belém (a *pequena Paris*)<sup>2</sup>, desde sua construção, ainda no Império (1878), o edifício de linhas neoclássicas no melhor estilo da arquitetura que Grandjean de Montigny havia trazido para a ex-colônia portuguesa no início do século, era o mais suntuoso templo operístico do Brasil. Por seu palco passaram e passariam ainda, até o fim do período áureo da borracha - 1880 / 1912, as mais famosas companhias líricas europeias contratadas especialmente para apresentação na Amazônia e que, algumas vezes, exibiam-se ainda em ligeiras temporadas no Teatro Santa Isabel do Recife para em seguida apresentarem-se por períodos de maior duração nas casas de espetáculo do Pará e do Amazonas, regressando à Europa sem que as plateias da Corte (posteriormente,

Distrito Federal) conhecessem as afinadíssimas notas do canto de seus contraltos, sopranos, tenores, barítonos e baixos.

O outro teatro, este de operações militares, encenava naquela mesma tarde uma tragédia: cerca de 1 600 combatentes, sob o comando do temeroso coronel Antônio Moreira César - *o tremé-terra*<sup>3</sup> - lançavam-se furiosamente contra o povoado de Canudos na mais árida região do sertão do nordeste da Bahia - império sagrado dos jagunços de Antônio Conselheiro.

Às margens do Rio-Mar, no clima *belle époque* do ambiente europeu transplantado para a Floresta ouviam-se as derradeiras notas elegíacas dos acordes de um *cello* que silenciava. Às margens da calha seca do Vaza-Barris o povo de Deus escutava o troar dos canhões Krupp atirando contra suas igrejas-fortalezas, o matraquear das armas de repetição, o apavorador sibilo dos projéteis ricocheteando pelos contrafortes dos morrotes da caatinga, os sons dos clarins e dos tambores comandando o assalto e os gritos de dor do combatente ferido e de desespero das mulheres e crianças aturdidas pela tempestade de fogo que, naquela mesma tarde de carnaval, se abatera sobre o sertão.

Na madrugada do dia seguinte, numa palhoça em ruínas da Fazenda Velha no Alto do Mário<sup>4</sup> agonizava o coronel falastrão e, em breves horas, iniciar-se-ia a debandada das tropas oficiais que exaustas, esfaimadas e perseguidas pelos piquetes das milícias sertanejas perderiam na fuga desordenada seus principais comandantes (mortos pelos jagunços) cujos corpos, armamento e munição, abandonados por seus companheiros no solo crestado da caatinga, iriam proporcionar aos conselheiristas a extraordinária resistência no ato final de sua tragédia.

Naquela mesma noite, distante, na floresta úmida, casais em festa entoavam as modinhas, grande sucesso do carnaval carioca daquele ano:

*"Tremei, audaz Conselheiro,  
ante o reforço potente  
que vai tirar-te os Canudos,  
vai destroçar tua gente.*

(...)

*Eia! Valentes! Brademos  
desde o monte até o val;  
Morra! Morra! O Conselheiro  
Viva! Viva! o Carnaval."*<sup>5</sup>

No alvorecer da Quarta-feira de Cinzas, desmascarados despiam suas casimiras e rendas adquiridas no *Paris n'América*<sup>6</sup> para mandá-las lavar em Londres e Paris conforme o *bon* hábito da elite amazônica da época.

A surpreendente derrota da Coluna Moreira César em 3 e 4 de março de 1897 em Canudos e a morte de seus comandantes (o próprio coronel M. César, coronel Pedro Tamarindo, capitães Salomão da Rocha e Joaquim Vilarim) eclodiriam bombasticamente por todo o País ainda impactado pelas retiradas das expedições anteriores: Pires Ferreira (1a.) e Febrônio de Brito (2a.).

Foi nesse clima de frustração nacional que a Câmara dos Senadores do Estado do Pará reunida na manhã de 8 de março do mesmo ano em sessão ordinária de sua Terceira Legislatura, aprovou, por unanimidade, a moção proposta pelo Sr. Fulgencio Simões *"que autorisa o Governador do Estado, identificando-se com o Presidente da Republica na defesa das instituições republicanas, a agir de fôrma a prestar ao Governo Federal o inteiro e ilimitado concurso do Estado na obra de defeza da Republica, sobre os acontecimentos que nos sertões da Bahia, acaba de roubar a Patria um valente punhado de bravos e intemeratos filhos, cuja perda enche de lucto a Nação."* (sic)<sup>7</sup>

## 2.A Força Pública Paraense na Guerra de Canudos

Aprovado o projeto do senador paraense nas duas câmaras do Poder Legislativo Estadual<sup>8</sup>, na manhã de 5 de agosto do ano de 1897 partia de Belém rumo à Bahia, a bordo do navio *Pernambuco* (do Lloyd Brasileiro), a brigada comandada pelo coronel José Sotero de Menezes, com o efetivo de 547 homens, sendo 39 oficiais e dois médicos<sup>9</sup>.

Em Canudos, onde chegou aos 16 de setembro conduzindo, conforme determinação do Ministro da Guerra, um comboio de víveres e 350 reses, a tropa paraense incorporou-se à Segunda Brigada da Segunda Coluna da Divisão Auxiliar constituída pelos Primeiro e Segundo Corpos da Polícia do Pará e pelo Primeiro Batalhão do Amazonas sob o comando geral do General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, passando a operar na área circunscrita pelo Morro da Fazenda Velha e o riacho Umburanas.

O momento de maior destaque da Força Policial do Pará ocorreu na manhã de 25 de setembro quando o seu Segundo Corpo iniciou o ataque à cidadela conselheirista apoiado pelos 26º Batalhão de Infantaria do Exército e pelo Primeiro Batalhão da Polícia do Amazonas.

Ferido nos combates do dia 25, o coronel Sotero de Menezes transfere o comando da tropa ao tenente-coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura - comandante do Segundo Corpo da Polícia Militar do Estado do Pará (mais tarde, patrono da Corporação) - que passa a dirigir o planejamento e as ações que culminaram com o estreitamento do cerco ao arraial jagunço reduzindo-o, então, à área da Praça do Mercado

Naquela manhã do final de setembro, os soldados paraenses içaram, pela primeira vez no território conquistado, as bandeiras Nacional (alferes Henrique Rubim) e do Estado do Pará (sargento Eurico Canavarro).

Nos combates de 25, a Brigada do Norte sofreu 54 baixas entre as quais 19 mortos, inclusive o capitão Manoel Batista Cordeiro - único oficial da força paraense a tomar no campo de batalhas.

No primeiro dia de outubro de 1897, as lutas recrudescem e, mais uma vez, o destacamento policial paraense iria se destacar apoiando o 5º Batalhão da Polícia da Bahia no assalto à igreja-fortaleza (velha) de Antônio Conselheiro.

Estava, enfim, completamente cercado o oponente e neutralizada sua resistência. No quinto dia do mesmo mês, com a morte dos últimos combatentes canudenses terminava a *Guerra do fim do mundo*.

A chegada à casa de retorno da campanha nordestina ocorreu na manhã de 4 de novembro do mesmo ano, a bordo do vapor *Planeta* do mesmo Lloyd Brasileiro que havia transportado o destacamento militar do Pará para a cidade de Salvador. Os policiais paraenses foram recebidos com efusivas festividades contabilizando o balanço de 26 mortos (inclusive um oficial) e 38 feridos.

### 3. A Polícia do Estado do Amazonas na campanha sertaneja

Manaus, como Belém àquele tempo, também se embriagava com os lucros apurados por suas *casas aviadoras*<sup>10</sup> no comércio de exportação do látex processado da seiva que sangrava do tronco da *hevea brasiliensis*, extraída primeiro pelas mãos nativas do caboclo amazônida e, depois, pelas de seus irmãos nordestinos evadidos das secas - filhos da mesma terra do povo do Vaza-Barris contra o qual a gente da Floresta seria convocada à luta.

Secularmente massacrado, aquele povo vê suas lavouras destruídas a cada estiagem; morto o seu gado e, cada vez mais, sua terra marcada pelos mesmos sulcos que, ciclicamente, crestam o solo de seu torrão-natal. E assim, partem em sinistro êxodo...

Na capital amazônica das margens do Rio Negro, outra magnífica casa de espetáculos fora inaugurada no ano precedente (1896). De estilo néo-clássico italiano, o Teatro Amazonas, construído com portais de mármore de Verona, escadarias de ferro inglês e lustres de cristais de Murano, como o prédio do Mercado Municipal - pequena réplica do antigo Les Halles de Paris -, reproduzia, em plena floresta equatorial, a paisagem arquitetônica européia.

Com seus *boulevards*, palácios públicos e palacetes privados (dos barões da borracha), bacharéis e doutores diplomados nas mais tradicionais Universidades do mundo, a Amazônia, comunicava-se semanalmente com os centros mais desenvolvidos do hemisfério Norte através dos navios estrangeiros que nela aportavam demandando a riqueza que a floresta produzia e, com o resto do Brasil (inclusive com sua Capital Federal) somente quando os mais raros vapores do Lloyd Brasileiro lançavam suas âncoras nas águas barrentas do Rio.

Como no vizinho Estado da Amazônia Oriental, os formuladores das políticas públicas do Amazonas também decidem pela participação de sua Força Policial na Guerra de Canudos em apoio as quase-derrotadas Forças Federais.

“Conforme a determinação do Governo do Estado, tomada a 1º de agosto do corrente ano e transmitida pelo Comando Geral a este, teve o 1º Batalhão de Infantaria ordem para estar pronto para embarcar para o Estado da Bahia, afim de se incorporar às forças expedicionárias que combatiam pela estabilidade das instituições vigentes e manutenção da ordem, nos sertões daquele Estado e notadamente em Canudos, que se constituíra o núcleo central dos rebeldes chefiados pelo fanático Antônio Conselheiro.”<sup>11</sup> Com essas palavras, o tenente-coronel Cândido José Mariano (comandante do destacamento da Força Pública amazonense que combateu em Canudos) inicia o seu relatório de 15 de dezembro de 1897<sup>12</sup> sobre a participação da Polícia

Militar daquele Estado nos recontros finais e na vitória sobre o povo de Conselheiro.

Composta por 249 praças e 24 oficiais a tropa baré partiu de Manaus a 4 de agosto daquele ano no vapor Botelho rumo à Belém e, posteriormente, no vaso de guerra Carlos Gomes, até os Estados do Maranhão e Pernambuco, chegando ao seu destino em Salvador em 24 do mesmo mês.

No teatro de operações, onde o destacamento amazônida só chegaria no início de setembro, seus soldados se destacaram nos combates do dia 23 sob o comando geral do coronel José Sotero de Menezes (PM/PA) quando, em conjunto com os colegas das outras corporações policiais (Pará e São Paulo) que também participaram do conflito apoiando as forças federais, tomaram a estrada Uauá-Canudos, fechando assim o sítio à *Tróia jagunça*.

De 24 de setembro a primeiro de outubro a tropa do Amazonas enfrentaria diversos combates estreitando cada vez mais o cerco ao arraial e, finalmente, tomando o reduto defensivo das igrejas nova e velha, bem como grande número de casas do inimigo, em "horrorível combate" (conforme o relato de seu comandante Cândido Mariano) em que morreram mais de 300 homens das forças federal e estaduais, tendo sido feridos outros 300 combatentes.

De volta à casa aos 8 de novembro do mesmo ano, os policiais amazonenses foram recebidos com grande alegria popular e o saldo de 12 mortos (inclusive um capitão) e diversos feridos, doentes e desaparecidos.

#### 4. Ensaio uma explicação

A Amazônia já se fazia representada na Campanha de Canudos, como muitas outras Unidades da Federação, quando os Governos de seus dois Estados enviam suas forças públicas em apoio às tropas federais. De fato, desde 5 de abril do mesmo ano, quando foi organizada a

Quarta Expedição sob o comando geral do General Artur Oscar de Andrade Guimarães, que o 40º Batalhão de Infantaria, à época sediado em Belém, integrava a 5ª Brigada sob o comando do coronel do Exército Julião Augusto da Serra Martins, na Segunda Coluna que partira de Sergipe demandando Canudos pelo Norte e, ainda, com o 4º BAP (tiro rápido), sediado em Óbidos (PA), integrando a 1ª Brigada da 1ª Coluna [que partira da cidade de Queimadas (BA) para o assalto final ao Belo Monte]. Este último, sob as ordens do coronel Joaquim Manoel de Medeiros e o comando geral do General João da Silva Barbosa (Comandante-em-Chefe da 1ª Coluna). Assim, o que motivaria os dois Estados amazônicos (única região a participar do esforço de guerra com as forças policiais da totalidade de seus Estados-membros) a arcarem com o ônus de sacrificar vidas e ativos de suas pequenas corporações militares enfrentando os desafios e o custo financeiro de mandar suas tropas pelejarem em um conflito deflagrado em espaço tão distante quanto seus fatores determinantes da realidade dos problemas que a Região cobrava dos decisores públicos?

Certamente, a resposta a essa curiosa pergunta será sempre muito mais uma hipótese. Ou, como disse melhor Nietzsche: "*As convicções são mais inimigas da verdade que as mentiras.*" Ouso esboçar, entretanto, aqui uma linha de investigação a ser aprofundada em tempo e espaço mais extensos: A Amazônia teria tido tão significativos desempenho e participação na Campanha Sertaneja em função:

a) da excepcional situação econômico-financeira que os Tesouros de seus Estados apresentavam à época (ver quadro ao final deste texto) e, portanto, com vocação para os gastos públicos perdulários;

b) de uma imagem separatista que, em parte, as elites amazônicas padeciam como consequência, de um lado, do intenso intercâmbio econômico, comercial, educacional e cultural com os países do Norte e, de outro, pelo isolamento com relação ao centro político nacional e as demais regiões, em função da inexistência, à época, de meios de ligação por terra e pelo ar e da lentidão das comunicações telegráficas e naval.

c) em decorrência de "a" e "b" (acima), como uma estratégia de resposta à Nação do propósito de reafirmação do pacto federativo por parte daquelas elites.

É inegável que o aprofundamento na questão muito poderá esclarecer sobre a hipótese aqui formulada e o processo decisório dos *policy makers* amazônidas do início de nossa era republicana.

Quer nos apoiemos nos métodos da historiografia oral como também nos das histórias econômica e política, será sempre experiência fascinante a busca de uma melhor interpretação do que fomos para uma também melhor definição do que queremos ser.

## A ECONOMIA GOMÍFERA NA AMAZÔNIA<sup>13</sup>

ANO	EXP (t) <sup>14</sup>	CRESC (%) <sup>15</sup>	PREÇ (Rs/Kg) <sup>16</sup>	VAR (%) <sup>17</sup>	EXP P C (72) <sup>18</sup>
1850	879	-	-	-	-
1860	2 531	188	-	-	-
1870	5 602	121	2 574	-	215 347
1880	8 679	155	2 600	1,01	327 092
1890	15 355	177	2 950	13,46	352 660
1900	23 650	54	8 678	194,17	751 776
1910	34 248	123	10 050	15,81	1 643 861
1920	23 586	-31	2 400	- 76,12	<sup>19</sup> 778 523

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1997<sup>20</sup>

### NOTAS:

1. A expressão *bestializados* para se referir ao modo como o povo brasileiro viu a Proclamação da República foi proposta por Aristides Lobo em carta publicada no jornal Diário Popular de São Paulo em 18 de novembro de 1889. Apud: CARVA-

LHO, José Murilo de. *Os bestializados*, 3ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1987, p 9 e 165.

2. TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*, 3a. ed., Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1987, p 139.

3. Ver a excelente biografia: FONTES, Oleano Coelho. *O trem-terra: Moreira César, a República e Canudos*, Petrópolis, Vozes, 1995.

4. Do Maio ou, ainda, do Maia. Ver nota de: FONTES, op. cit., p 261.

5. Apud FONTES, *Ibidem* p 350-1.

6. Centenário *magasin* da Rua João Alfredo em Belém, localizado em suntuoso palacete com imponente escadaria no estilo *Galerie Lafayette* de Paris.

7. Governo do Estado do Pará/Arquivo Público do Pará. *Livro de atas da Câmara dos Senadores do ano de 1897*, p 30.

8. A Constituição Federal vigente à época (1891) organizava o Poder Legislativo das Unidades Federadas segundo um sistema bi-cameral projetando assim a organização do Legislativo da União para os Legislativos dos Estados.

9. Apud: MORAES REGO, Orlando. *História da milícia paraense na Campanha de Canudos*, Belém, Imprensa Universitária do Pará (UFPA), 1967, p 10; retificando informação anterior in: MORAES REGO, Orlando. *A Brigada Policial do Pará na Campanha de Canudos*, Falângola, Belém, 165, p 9.

10. <sup>10</sup> Para aprofundamento no modelo de produção-comercialização característico do ciclo da borracha na Amazônia e ainda praticado naquela região, ver: SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, T. A Queiroz, 1980, p 155-75.

11. ESTADO DO AMAZONAS. *Relatório apresentado pelo Sr. Tenente-coronel Cândido José Mariano, Comandante do 1º Batalhão de Infantaria do Estado sobre a estada do mesmo fora do Amazonas, durante o tempo que esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia*. Manaus, Imprensa Oficial, 1897, p 3.

12. Segundo o professor José Calasans em depoimento ao autor: Primeiro documento publicado sobre a Guerra de Canudos

13. Quadro organizado a partir dos dados coligidos de: SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.

14. Exportação, em toneladas métricas, de borracha seca. Os dados de 1860 e 1870 compreendem a produção dos países amazônicos limítrofes. Apud: SANTOS, op. cit.

15. Crescimento das exportações em percentagem.

16. Preço da borracha fina. Média das cotações mínima e máxima em Belém (réis por quilograma). Apud: *Ibidem*.

17. Variação percentual do preço médio de quotação da borracha em Belém.

18. Valores reais da exportação de goma elástica a preços constantes de 1972. (em Cr\$ 1000,00)

19. Ano de 1918.

20. Centenário do frustrado ataque à *Matadeira* (cathão Withworth 32) pelos jaguncinhos de Antônio Conselheiro chefiados por Joaquim Macambira (filho).

## O CORONEL MOREIRA CÉSAR E A REVOLUÇÃO FEDERALISTA EM SANTA CATARINA

*Oleone Coelho Fontes<sup>1</sup>*  
*Historiador e jornalista*

Em novembro de 1891 o país enfrentava grave crise política que o marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), presidente da República, julgou poder extinguir desfêchando, no dia 3, um golpe de Estado. Em instante de irreflexão, e malaconselhado por Henrique Pereira de Lucena, o Barão de Lucena, Deodoro manda dissolver o Congresso Nacional, com o qual não conseguia entender-se, e implanta, no país, uma ditadura.

O desfêcho da crise teve grave e negativa repercussão em toda a nação. Preparou-se contragolpe que seria desfêchado no dia 27 do

<sup>1</sup> Publicou: *Lampião na Bahia* (Vozes, 1988), *Cristais em Chamas* (Vozes, 1992), *O Trem-Terra, Moreira César a República e Camudos* (Vozes, 1996), *Utatã, Terra dos Vagalumes*, (Formulã 2001, 1996) e *Guerra de Camudos em Quatro Atos* (BDA, 1997).

mês de novembro. Todavia, o presidente da recém-inaugurada República resolveu voltar atrás e, de maneira patriótica, renunciou o governo, convencido de que o país, por inteiro, repudiara o ato ditatorial. Assume a direção do país o marechal Floriano Peixoto (1839-1895), que convoca o Congresso e restabelece a ordem institucional.

Ocorre que, consoante o artigo 42 da Constituição Federal de 1891, na eventualidade de vaga da presidência da República, por qualquer pretexto, "caso não houvessem decorridos dois anos do mandato, deveria ser realizada nova eleição".

Floriano e seus correligionários fazem vista grossa do dispositivo legal. E permanecem confortavelmente instalados no poder.

No ano seguinte, 1892, em abril, treze altas patentes do Exército e Marinha assinam manifesto à nação no qual sustentam a necessidade de se dar cumprimento ao preceito inscrito na Carta Magna.

Arbitrariamente, Floriano, em represália, determina a reforma de onze signatários do manifesto, e dois outros são rebaixados para segunda categoria.

Protestos de civis e militares, em todos os setores do país, multiplicam-se contra o autoritarismo continuista do marechal-de-ferro. Em fevereiro de 1893 explode no Rio Grande do Sul a Revolução Federalista, motivada por antigas divergências políticas regionais. Em seguida, a Revolução Federalista começa a estender-se em direção norte, ameaçando estados limítrofes, agora já em franca oposição à ditadura florianista.

No mesmo ano, no dia 6 de setembro, considerável parcela da Marinha, a frente da qual se achava o almirante Custódio José de Mello, rebela-se contra o governo ditatorial de Floriano e sitia a capital Federal. Nos dias 16 e 17, em que pese hostilizados pelos canhões das fortalezas controladas por Floriano, alguns navios amotinados, entre os quais o cruzador República, sob o comando do capitão-de-mar-e-

guerra Frederico Guilherme de Lorena, conseguem transpor a barra do Rio de Janeiro e navegam para Santa Catarina.

No dia 14 de outubro (1893), por decreto assinado pelos insurgentes, Nossa Senhora do Desterro, capital de Santa Catarina, é declarada provisoriamente capital do Brasil e converte-se em base de operações militares de dois movimentos em sua origem sem vínculos um com o outro: o do Rio Grande do Sul, denominado Federalista e o do Rio de Janeiro, conhecido por Revolta da Armada.

A até então pacata Desterro, com vinte mil almas, entra para a lista negra de Floriano Peixoto.

Os federalistas, depois de sucessivas lutas e atos de heroísmo e bravura que se inscrevem nos anais da História Pátria, são derrotados. Vingativo, o marechal Floriano nomeia e manda para Santa Catarina, no dia 19 de abril de 1894, com poderes discricionários, o impetuoso tenente-coronel de Infantaria do Exército, Antônio Moreira César (1850-1897), nome que a história celebra pelas alcunhas de *Corta-Cabeças* e *Treme-Terra*, com vistas a levar a cabo o ajuste de contas. O delegado do governo federal desembarca em Desterro à frente de quinhentos militares do 7º e do 23º batalhões de Infantaria. De seu corpo de auxiliares faziam parte os seguintes elementos: Alfêres João Lopes de Oliveira e Souza e Malaquias Cavalcanti Lima, secretários, tenente Manuel Bellerophonte de Lima, chefe de polícia e tenente Herminio Américo Coelho dos Santos, comandante da Polícia Militar.

Já era então o tenente-coronel César conhecido por desequilibrado e destemido e estivera envolvido com o assassinato de um jornalista boquirroto em 1883, na Corte.

Pretensos inimigos do sistema republicano são impiedosamente caçados. Santa Catarina, nas palavras do historiador Osvaldo Cabral, conhece uma das mais negras páginas de sua história.

Narra Cabral:

*"As fortalezas se congestionaram de prisioneiros, uns que se não puderam exilar ou esconder à fúria sangüinária dos vencedores, outros que se não haviam por culpados, e ainda outros que, tendo buscado refúgio no interior da ilha, nas casas dos amigos ou nos matos, foram denunciados pela perversidade dos adversários, no seu incôntido e desumano ódio partidário. Casas foram varejadas pela soldadesca em fúria; famílias desrespeitadas".*

Entre os fuzilados relaciona-se o nome de médico baiano. Transcrevo, neste artigo, texto publicado em minha obra **O Trem-Terra, Moreira César a República e Canudos** (Vozes, 1996, em segunda edição).

"Na madrugada de 25 de abril de 1894, em Anhatomirim (pequena ilha ao norte de Santa Catarina), tombou abatido a tiros de fuzil, entre muitos outros, o major-médico Alfredo Paulo de Freitas. Este facultativo era tio-avô de ilustre baiano, professor, historiador e acadêmico, Waldir Freitas Oliveira (ativo e atuante nos dias que fluem, 1997). Andava na casa dos 39 anos e chegava à fortaleza de Santa Cruz atendendo a intimação das forças legais. Nascera na Bahia, filho de José Antônio de Freitas Filho, professor de Anatomia Descritiva e Topográfica da Faculdade de Medicina da Bahia e de D. Maria Benvenida da Costa Freitas. Era alto, de estatura elegante, rosto fino, barba aparada no contorno da face.

Curioso é que o pai do major-médico tenha tido, na Bahia, aviso de que algo funesto poderia estar acontecendo ao filho, na madrugada daquele trágico 25 de abril de 1894.

A República passava por momento dramáticos durante o governo de Floriano Peixoto. A 17 de abril daquele ano, a Esquadra legal, denominada pelos federalistas de "Esquadra de Papelão", dada a sua cor cinzenta, sob o comando do almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, tendo partido da Bahia, desalojara os últimos insurretos da capital catarinense, então chamada Desterro. Dois dias depois chegava

o delegado do governo federal, tenente-coronel Antônio Moreira César, assumindo o posto com seus auxiliares a 22 do mesmo mês. Começou de imediato a encarcerar suspeitos, insuflados por espíritos perversos de Desterro e do Rio de Janeiro. O major Alfredo Paulo de Freitas era, então, diretor do hospital Militar naquela cidade.

Dois dias após a posse do tenente-coronel Moreira César, chega à casa do major ordem para que ele se apresentasse. Como havia clima reinante de violência, sua esposa, Olímpia Paraíso de Moura Freitas, rogou-lhe que fugisse. O médico repeliu a sugestão. Nada tinha a temer, era seu dever apresentar-se. Não lhe pesava sobre os ombros qualquer acusação.

É dirigido-se à autoridade que o havia intimado. Recebeu ordem de prisão e embarcaram-no na corveta Niterói, apenas com a farda que levava no corpo.

De bordo, o prisioneiro escreveu carta à esposa, cujo mensageiro pode ter sido algum soldado de alma caridosa. Tinha em mente o major estar sendo levado para o Rio de Janeiro de onde, dizia, voltaria a escrever à esposa e quando faria remessa de dinheiro. Lamentava deixá-la sozinha com a filha pequena e sem recursos. Em caso de dificuldade, recomendava procurar o amigo Manuel Joaquim, que se imagina ter sido o tenente Manuel Joaquim Machado, emissário do marechal Floriano Peixoto em fevereiro de 1892 e que assumiria o governo de Santa Catarina, tendo rompido, em 1893, com o marechal-de-ferro.

No dia 25 de abril, a corveta Niterói fez meia-volta e aproximou-se de Anhatomirim. Os prisioneiros foram desembarcados e levados à baixada do porto da Fortaleza de Santa Cruz.

Tendo começado a ser construída em 1739, pelo português José da Silva Paes, oficial de engenharia, para a defesa da Ilha de Santa Cruz, com majestoso portal de acesso a capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, aí teve lugar o fuzilamento de inúmeros suspeitos de inimigos da República, inclusive o oficial médico baiano.

( ... )

Para explicar o trágico fim do doutor Freitas, há duas versões perfilhadas pela tradicional família baiana. Uma diz que foi por ter o médico hasteado a bandeira da paz no hospital Militar, com o objetivo de proteger os doentes das hostilidades entre federalistas e republicanos. Outra reza que o médico teria falado mal do marechal Floriano, imensa heresia numa época de desatinos, intrigas e deslealdades, e que o teriam delatado.

Há telegrama supostamente assinado por Moreira César dando conta a Floriano de haver cumprido sua ordem, mensagem, aliás, considerada apócrifa, como está, adiante, mencionado.

Quando Moreira César, já coronel, chegando vitorioso do Sul, desembarca em Salvador, de passagem para Canudos, conta a tradição familiar que certa mulher, inteiramente vestida de preto, compareceu ao cais onde as tropas desembarcaram e, em alto e bom tom, jogou-lhe praga que pode ter sido mais ou menos nos termos seguinte:

- De Canudos tu não hás de voltar com vida, bandido miserável, sanguinário, enviado do Demônio!

Era D. Olímpia, viúva do major-médico fuzilado. (pág. 171s).

\*\*\*

Entre os fuzilados, relaciona-se, também Manoel de Almeida Gama Lobo Coelho d'Eça, barão de Batovi e seu filho Alfredo, morto abraçado ao pai, tentando protegê-lo das balas. Pesava sobre o barão de Batovi ter presidido tumultuada e histórica reunião realizada em Desterro - mais tarde Florianópolis - no dia 29 de setembro de 1893, durante a qual optou-se pela capitulação frente aos navios da Armada, amotinados contra o ditador Floriano Peixoto. Batovi não fez senão

render-se às aspirações dos habitantes de Desterro, apavorados e subitamente envolvidos em tão espetaculares acontecimentos.

Desterro (nada custa repetir) pela sua importante posição estratégica, fora convertida em base de operações militares de dois movimentos: a Revolução Federalista, que rebentara no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893, e a Revolta da Armada, cuja eclosão tivera lugar no Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano.

Elevada à condição de Capital Provisória do País, Desterro cresceu do cenário político nacional na mesma proporção em que por ela crescia o ódio de Floriano, reputado pela imprensa federalista de "traidor", "usurpador", "tirano", entre outros epítetos não menos depreciativos.

Depreende-se ter sido este ódio o responsável pela nomeação do braço armado de Floriano, tenente-coronel Antônio Moreira César, em seguida à derrota do movimento federalista.

Seria ingênuo admitir-se que o marechal-de-ferro não tinha ciência dos sumários fuzilamentos levados a cabo por seu procônsul, embora se discuta se o vice-presidente, com efeito, deu ordens expressas neste sentido.

Os simpatizantes de Floriano alegam em sua defesa e como prova de sua inocência, telegrama, tido aliás por falso, despachado pelo governador militar de Santa Catarina, nos seguintes termos: "Marechal Floriano Peixoto, Rio - Romualdo, Caldeira, Freitas e outros foram fuzilados segundo vossas ordens. Antônio Moreira César".

O professor Jali Meirinho, historiador catarinense, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras, analisa com ponderações e lucidez os movimentos que elevaram Santa Catarina à categoria de base de operações militares contra o florianismo nos anos assinalados. Diz ele que, tendo o mare-

chal Floriano Peixoto sido eleito vice-presidente em oposição a Deodoro da Fonseca, obteve no Congresso maior número de votos, o que demonstrou prestígio entre republicanos. Diz ainda que Floriano tendo assumido o governo, em consequência da renúncia do titular, enfrentou guerra civil desagregadora, levada a cabo pelos revoltosos da Armada e os federalistas.

Textualmente:

“As crises foram geradas por uma elite que se postara à frente do novo regime, mas cujo protesto não tinha identidade com a **res pública** genuína. O discurso monarquista contra a República, após a proclamação, e as rebeliões opo-ndo-se ao governo de Floriano Peixoto provocaram enérgica reação do vice-presidente, configurando-o como o consolidador do regime, idealizado por grupos emergentes na sociedade brasileira, representados por jovens intelectuais, jornalistas formadores de opinião, pequenos comerciantes que dividiam suas ideias com militares de formação positivista. Deste conjunto nasceu o movimento espontâneo conhecido por **florianismo** ou jacobinismo, pelo radicalismo identificado no partido do tempo da Revolução Francesa”. (Florianópolis: Homenagem ou Humilhação? Pág. 43s).

O índice de quase duas centenas de massacrados no km 6,5 da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e na fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim, na Baía Norte de Florianópolis, tem sido posto em dúvida por alguns estudiosos. Duarte Paranhos Schutell que foi contemporâneo dos lamentáveis e vergonhosos acontecimentos, político, ex-liberal, simpatizante da causa federalista, em notas manuscritas, relaciona os nomes de apenas 34 vítimas, prováveis fuzilados ou atirados ao mar no trajeto para a fortaleza de Anhatomirim. Osvaldo Cabral, sem nos levar à fonte, aponta 185. Lucas Alexandre Boiteux, responsável pelos translados, em 1934, dos restos mortais dos fuzilados na fortaleza de Anhatomirim para o mausoléu do cemitério de São João Batista, no rio de Janeiro, lista somente 43 vítimas. Carlos Humberto Correa, autor da obra *Militares e Civis num governo sem Rumo* (Florianópolis, 1190), baseado em noticiário da imprensa da época, chegou à conclusão de que, em 1895, vários elementos tidos por mortos continuavam

vivos. Durante a cerimônia do traslado dos restos mortais para o Rio foram contadas somente três urnas, o que contraria os números anteriormente apontados, lançando incógnita sobre a exata quantidade de sacrificados.

O que não se pode deixar de entender é que a violência partida dos florianistas, ocorreu na razão direta de ação levada a cabo pelos federalistas. Estes, quando no poder, humilharam e fizeram republicanos passarem por sérios constrangimentos. O revide foram as vinganças, as delações, os fuzilamentos, as degolas que tiveram lugar em Desterro a partir de 19 de abril de 1894 e devem ser tributadas ao delegado militar de Floriano, Antônio Moreira César e seu auxiliar imediato Manoel Belerophonte Lima.

Em 1893, em Desterro, hoje Florianópolis, circulavam três jornais diários. Quando os revoltosos federalistas tomaram a cidade, trataram de tirar de circulação o **República**, de linha florianista e jacobina. A população limitou-se a leitura do **Jornal do Comércio** e o **Estado**, ambos dando apoio à revolta. Todavia, nos dois anos seguintes, 1894-95, quando do sangrento “ajuste de contas” levando a cabo pelo tenente-coronel Moreira César, o troco foi dado: apenas o jornal **República** teve o direito a circular.

Prisões e fuzilamentos sumários de militares e civis, sem direito a defesa, foram praticados em represália a rebeldia federalista, causadora da guerra civil que se instalou no Estado de Santa Catarina. Interpretando com justeza o episódio, tratou-se, com efeito, de atos criminosos levados a cabo por um desequilibrado. São inconcebíveis prisões e execuções sem julgamento. Se recorrermos, porém, a legislação vigente no Império, verificaremos que crimes cometidos em estado de guerra, mesmo as chamadas guerras intestinas, eram passíveis de pena de morte.

O “ajuste de contas”, foi por conseguinte, réplica às crueldades federalistas, mormente as levadas a efeito pelos guerrilheiros de Gu-

mercindo Saraiva, profissionais e hábeis cortadores de cabeças dos prisioneiros.

Diz um observador que em 1893 quando "Gumercingo Saraiva entrou em Santa Catarina, o terror tomou conta da população. A soldadesca apresentava-se seminua. Tal era a precariedade que em São Francisco, alojados em um clube, os soldados se apoderaram das cortinas rendadas para fazer vestimentas. Adotavam a pilhagem como forma de sobrevivência, daí seguindo estupros e degolamentos. As marcas da violência ficaram em Lages, Blumenau, Itajaí, Desterro, São Francisco, Joinville, Jaraguá e São Bento. Após maltratarem as vítimas, os invasores conduziam-nas ao local da execução, sob estocadas de facão, para abrir-lhes a carótida. Exímio executor era o lugar-tenente de Gumercingo Saraiva, um indivíduo agigantado de nome Adaulto, que deixou triste lembrança na passagem dos maragatos por terras catarinenses. Sua técnica consistia em introduzir os dedos nas narinas das vítimas, puxar a cabeça e rasgar o pescoço, fazendo o sangue jorrar. A desastrosa presença federalista na chamada terra barriga-verde gerou ódios e ressentimentos, creditados ao "ajuste de contas", pelos republicanos, em abril de 1894".

Foram dias de pânico e apreensão para os federalistas derrotados. Duarte Paranhos Schuttel, testemunha da época, depôs:

"Encheu-se de presos tudo o que podia servir de prisão. Os calabouços e solitárias da cadeia comum, as salas da Câmara, o Quartel da Polícia, e de Linha e até o Teatro, tudo foi pouco, e foi preciso remeter para os navios de guerra os presos a medida que se enchiam as prisões para dar lugar aos que chegavam.

Esses que embarcam levam o destino de Santa Cruz: deles bem poucos voltaram... o maior número, os outros, nunca mais regressaram desta viagem porque uns não chegaram e muitos ali jazem para sempre. O silêncio, o recolhimento, o andar soturno dos habitantes horrorizados, faziam contraste lugubre com a algazarra e o desmando, com as

petulantes maneiras e sinistras ameaças dos selvagens soldados, que enchiam as ruas e praças". (Citado por Jali Meirinho).

\*\*\*

Ao invadirem a cidade de Desterro, os amotinados da Armada se impuseram perante a força policial, enquanto a população entrava em pânico e procurava fugir como pudesse para distritos do interior. O comércio cerrou as portas. Ruas centrais tornaram-se desertas, poucas foram as casas que se mantiveram habitadas.

Frederico Guilherme de Lorena distribuiu manifesto no qual explicava os motivos da invasão. Apresentou-se como representante do almirante Custódio José de Mello que continuava lutando no Rio de Janeiro. Aos poucos, porém, Desterro retomou o ritmo normal, com a volta das famílias e a reabertura do comércio.

Os revolucionários encontraram na cidade de Desterro ambiente acolhedor. A princípio assustada, a população terminou aprendendo a conviver com a situação. Logo criou-se cumplicidade consubstanciada na admiração que os nativos sentiam pelos forasteiros. Eram poucos, contudo, os desterrenses que compreendiam o conflito em sua magnitude, reconhecendo a prepotência de Floriano e que este deveria ser posto fora do poder. A verdade é que muitos desterrenses ficaram vaidosos com a súbita notoriedade da pacata capital catarinense.

Então veio a contrapartida, a repressão. Seis meses depois da chegada do coronel Moreira César, a mando de Floriano Peixoto, Nossa Senhora do Desterro passou a ser chamada Florianópolis. A Lei 111, de 1º de outubro de 1894, contrariou o hábito, até hoje vigente, das homenagens póstumas. Floriano, na época, continuava vivo e governava o Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. FONTES, Oleone Coelho. *O Treme-Terra, Moreira César a Republica e Camudos*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

- 2 MEIRINHO, Jali. *Republica e Oligarquias*: subsídios para a Historia Catarinense, 1899-1934. Florianópolis: Insular, 1997.
- 3 MOURA, Antônio de Freitas et alii. Florianópolis: *Homenagem ou Humilhação?* Florianópolis: Insular, 1995.
- 4 VILARINHO, Miriam Augusto da Silva. *A Tarde*, 14.11.1989. Caderno especial dedicado aos 100 anos da Proclamação da República.

## CANUDOS NA BOCA DO POVO

À memória de "Seu" João Guerra, D. Isabel e D. Zefinha, vozes eternas de Canudos  
*Manoel Neto*

*Historiador e pesquisador do CEEC UNEB*

Tema de muitas páginas, registro de incontáveis documentos, Canudos é também canto, imagens e memória.

Na palavra do letrado é frase euclidiana, tese acadêmica, tertúlia e debate. Na boca do povo, de poucas letras, transforma-se em conversa evocativa, familiar, saudade enrugando a alma e tecendo caprichosa o fio da lembrança.

Movimento popular, rural, Canudos urbanizou-se pela literatura, pelo informe jornalístico, adentrando os salões iluminados da academia. No dizer sugestivo do mestre José Calasans, tornou-se prisioneiro na gaiola dourada, de inusitado estilo, do cantagalense Euclides da Cunha\*. A palavra escrita, impressa, retratava com vigor a ousadia libertária de uma gente simples, majoritariamente iletrada e reclusa na tosca gaiola do latifúndio e da prepotência ilustrada.

A cidade extinguiu-se sob chamas e entusiásticas aclamações republicanas, no inolvidável entardecer de 05 de outubro de 1897.

\* O escritor Euclides da Cunha nasceu na cidade de Cantagalo-RJ.  
*Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2 n.2, 1997*

Antes porém, havia Antônio Conselheiro em suas andanças, cabeça de barulhento e operoso séquito. Depois, evolucionadas as cinzas, tardias indignações e calhamaços de papéis impressos, manuscritos, empilhados, testemunhos oficiais e oficiosos da "charqueada". Documentos públicos e particulares. Atulharam-se os arquivos civis, militares e eclesiásticos. Ingressando na história, Canudos e seus algozes, transfiguraram-se em amarelecidas, as vezes puidas, mas sempre reverenciadas, consultadas e citadas fontes primárias. Porto seguro do historiador criterioso e atento, também oxigênio da empolada e mistificadora história oficial, em ocasiões raríssimas fiel narrativa das razões subjugadas. Como, entretanto, auscultar os derrotados? Como aproximar-se do bárbaro e incompreensível inimigo?

Os cantadores e poetas populares, voz e alma da gente simples, ocuparam-se do Peregrino e seu séquito. Inicialmente o andejar, depois, a guerra e seus personagens. Ensina-nos Ruth Brito Lemos Terra, que "os feitos de valentes, homens ou animais, sempre foram evocados pelos cantadores de maneira privilegiada. Muitas são as histórias de bois e onças, narradas não raro na primeira pessoa. As façanhas de valentes como Jesuino Brilhante ou as lutas de Liberato contra os Guabirabas, foram cantadas em festas e feiras.<sup>1</sup> Também Canudos, confirmamos o mestre Calasans: "Foi Silvío Romero, em 1879, o primeiro escritor brasileiro a dar notícias de um ciclo de poesia popular que se estava formando em torno da figura messiânica de Antônio Conselheiro, na época conhecido apenas no centro das Províncias da Bahia e Sergipe"<sup>2</sup>. Escutemos o povo: *Do céu veio uma luz. Que Jesus Cristo mandou. Sant'Antonio Aparecido Dos Castigos nos livrou. Quem ouvir e não aprender quem souber e não ensinar. No dia do juízo. A sua alma pensará.*

Os acontecimentos de 1896-97, suas refregas e protagonistas, tornaram Canudos matéria constante nos jornais e incendiaram o imaginário popular. A pena e a viola afiaram-se, derramando nas estradas, lugarejos, cidades, praças, feiras e logradouros públicos, fatos e fantasias da batalha sertaneja. Conta-nos João Melchides Ferreira: "Foi acabar com Canudos. A primeira expedição. Do tenente Pires Ferrei-

ra que chegando ao sertão foi ferido com as praças voltou sem ganhar ação". Noticiaristas apaixonados, os artistas e autores populares, vergastavam com democrático rigor as forças e os litigantes mais notórios do conflito. Era um dizer imaginoso e pueril, em alguns momentos contraditórios, compreensível face a complexidade dos acontecimentos.

O mundo letrado muito falou e muito escreveu. Estudantes e intelectuais se pronunciaram, explicitando retardado "mea culpa". Procuravam explicações, esmiuçavam fatos, numa tentativa frenética de desvendar Antônio Conselheiro e seu povo. Somente no ano de 1899, surgem três obras, hoje clássicas. Alvim Martins Horcades, acadêmico de medicina que presenciara os combates, durante a expedição Arthur Oscar, publica *Descrição de uma Viagem a Canudos*, contendo inclusive pungente relato sobre a degola. César Zama, agitada presença e inflamada palavra daqueles dias, torna público seu *Libelo Republicano*, onde desanica seus adversários políticos e escreve alentada defesa dos moradores belomontenses. No mesmo período, o ex-correspondente de guerra do Jornal do Comércio, Manoel Benício, lança seu interessantíssimo *O Rei dos Jagunços - Chronica Histórica e de Costumes Sertanejos*. É nesse momento, que a cidade rebelde dos sertões baianos, seus habitantes e seu cotidiano, merece minudente descrição. No universo literário de Benício o povo canudense ressurgiu imerso na sua utopia. Planta e colhe, ora e constrói, cuida dos seus animais e educa suas crianças. A cidade é povoada de brancos, negros e índios, homens e mulheres, seguidores do Bom Jesus e destemidos combatentes dos incréus. Ao recriar o universo dos oprimidos (mérito maior de sua obra), o autor deu voz a cultura popular, distinguindo-se entre outros escritores que se ocuparam do tema naqueles tempos. Enquanto isso, na sua modesta cabana de engenheiro, na bucólica São José do Rio Pardo, o dr. Euclides da Cunha gestava o livro vingador...

Publicado em 1902, cinco anos após o final do conflito, *Os Sertões* arrebatava a inteligência e a crítica nacional. Impressionava pela temática abordada e pelo estilo áspero do escritor. A terra e o

<sup>1</sup> Inscreve-se, no mesmo período, "Os jagunços", de Afonso Arinos. Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v. 2 n. 2, 1997

homem sertanejo surgiam de inopinado para a intelectualidade e a consciência brasileira, então eivadas de frivolidades urbanas e modismos europeus. O livro de Euclides da Cunha era um mergulho no Brasil distante do litoral, um país vestido de couro e fustigado pelos espanhóis que laceravam corpo e alma dos explorados nos extensos latifúndios do semi-árido obscuro.

Observa o prof. Roberto Ventura que “Euclides da Cunha interpretou a Guerra de Canudos a partir de fontes orais, como os poemas populares e as profecias religiosas encontradas em papéis e cadernos nas ruínas da comunidade”<sup>5</sup>.

Ratifica a opinião expressa pelo prof. José Calasans que observa ser Euclides “um dos primeiros ensaístas brasileiros a considerar a contribuição do bardo anônimo para a interpretação dos sentimentos populares de referência às atividades do Bom Jesus Conselheiro”<sup>4</sup>. O ensaísta fluminense recolhe e comenta os ABCs encontrados entre os despojos da luta. Na *Caderneta de Campo* anota: *A 15 de Novembro Não se pode resistir Tirarão Governo da Corte Para desgraça do Brasil*. Adiante: *I garantidos pela lei esses malvados já estão uns tem a lei de Deus Outros a lei do cão*. E assim comentaria, analisando os escritos: “Pobres papéis, em que ortografia bárbara corria parênteses com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles, resumiam a psicologia da luta. *Valiam tudo porque nada valiam*”<sup>5</sup>. Inegável o esforço do analista para compreender aqueles entes desconhecidos, estorvos da República regenerativa caldeados numa plurietnia desabonadora. Em Euclides transparece o *espírito do seu tempo*, conceitos e teses amplamente difundidos. Reafirma-se no particular o pensamento hegeliano: *Nos caracteres dos indivíduos mais notáveis manifesta-se o espírito universal de sua época*<sup>6</sup>.

Muitos outros olhares se debruçariam sobre os acontecimentos de 1896-97. Literatura variada, produzida sob o fogo evocativo ou sob o turbilhão romanesco. Ex-combatentes, guerreiros da República, ocupando-se da complicada logística do conflito. Romancistas, médicos,

jornalistas e políticos, atormentados e seduzidos pelas impressões vividas e escutadas.

Ainda na primeira década desse século, almas doridas e mãos caprichosas, reuniram escombros e recordações, para reconstruir o que as chamadas de intolerância reduzira em cinzas. Consta da Cartilha Histórica de Canudos que “*envolvidos uns bons anos, vão reaparecendo os antigos de mistura com os novos moradores, ninguém mais chama aquele local de Belo Monte e sim Canudos*”. Como negar, porém, que ao refazer moradas, logradouros e templo, reverenciavam seus mortos e homenageavam exemplos? De boca em boca, de casa em casa, nas varandas e quintais, os velhos diziam aos novos como fora lutar a boa luta. Rejuvenescidos na imortalidade os combatentes da utopia, ingressavam na memória, para romper o manto obscurecedor da história oficial.

No ano de 1947, Odorico Tavares, jornalista pernambucano que se radicara na Bahia desde 1942, realiza uma original matéria para a revista “O Cruzeiro”, em companhia de “um jovem fotógrafo francês, recentemente chegado ao Brasil”, chamado Pierre Verger

Realizada na segunda Canudos, a matéria inovava pela inusitada presença, retratada em imagens e palavras, de ex-moradores e combatentes, que viveram e pugnaram na antiga cidade conselheirista.

Ainda que sofridamente, homens e mulheres, alguns octogenários, recordaram o viver e o lutar belomontense. Assim e que nos alerta Odorico Tavares: “Entre os sobreviventes de Canudos, pode haver maior ou menor reserva sobre Antônio Conselheiro, mas não há uma opinião em contrário”. Meio século após serem recolhidos os depoimentos permanecem atualíssimos, vivazes, sopra de luz clarificando os recônditos da História. Maria Avelina, “cujo rosto e um verdadeiro labirinto de rugas”, na descrição do reporter, comenta sobre Antônio Conselheiro: “*Também morreu, deixe ele em paz. Por ele não havia mal no mundo. Perseguraram ele e está aí a desgraça que aconteceu. Moço, não adianta estar mexendo com essas coisas*”. Outra velha

moradora, Francisca Guilhermina, confirma: *"Lu via o Conselheiro, que nos todas chamávamos de Bom Jesus, falando manso, de tarde, para o povo e so dava conselhos bons. Depois veio a luta, foi um desespéro, mas tinhamos fé no homem e tudo era pelo amor de Deus"*. Já José Travessia, evoca os duros tempos da guerra: *"As forças chegavam, queimavam tudo, com Arthur Oscar acabou-se Canudos de vez... Meu pai morreu lutando ao lado de João Abade que era um homem direito e com ele não havia moleza..."*. Sobre a morte do coronel Moreira Cesar, o mais celebre dos oficiais republicanos, quem nos conta é Manoel Ciriaco, ancião que impressionou Odorico pelo porte e pala dignidade. Vejamos: *"Seu moço, esse Moreira Cesar ja veio encomendado para morrer. Não foi jagunço quem matou ele não. Uma viuva, cujo marido havia sido assassinado por ele, mandou um soldado vingar o finado. Quando Moreira Cesar entrou, como um doido, arraiá a dentro, ninguém atirou no homem, de lá não partiu um só tiro. O soldado foi quem aproveitou e tome bala. A historia verdadeira é esta e pode ser repetida por toda esta redondeza"*. Francisco Cardoso de Macedo, loquaz infôrma sobre o final da luta: *"Nos dias ultimos, eu estava no reduto, vi o grande sino se arrebeitar debaixo de balas, batendo ao cair entre as pedras. Hoje, ninguém sabe ao certo o destino do sino, que se ouvia a uma legua por tôdas estas redondezas"*. Não noticia sobre Timoteo, o sineiro. Maria Guilhermina de Jesus, confessa ter sido assistida por Manoel Quadrado: *"No derradeiro combate, uma peça estourou dentro de casa e um estilhaço feriu-me no pescoço, onde o senhor vê. O tratador do Conselheiro fez curativos; depois de quatro dias de cama, consegui fugir para Simão Dias, onde fiquei por lá uns dez anos"*. Já em Monte Santo, fitando a serra do Piquaraçá, finaliza um impressionado Odorico Tavares: *"A presença de Antônio Conselheiro, emquanto anos depois, era forte e viva, por sobre a imensa muralha, como o tem sido por tôdas as redondezas dos dramaticos sertões baianos"*.

Como ocorrera com Euclides da Cunha, marcado indelevelmente pelo que vira e vivera. Canudos também não se dissipou nas lembranças e preocupações intelectuais do irrequieto reporter dos Diários Associados. Ao publicar em 1951 o livro "BAHIA - Imagens da Terra e do povo", em que trata da cultura e das festas populares, Odorico retornaria ao assunto, incluindo o que coletara em 1947, num capítulo do livro mencionado. Nas sucessivas edições posteriores da obra, curiosamente, o texto desaparece.

De carater essencialmente jornalístico, o material publicado na revista "O Cruzeiro", não contempla certamente tudo que o arguto e talentoso reporter viu e ouviu em Canudos. Intelectual voltado para a cultura popular do Brasil, especialmente da Bahia, Canudos não era mero acidente profissional na trajetória de Odorico Favares. Teria, então, guardado munição para futuros projetos? Fato incontestável é que a materia tornou-se referência obrigatoria para estudiosos e pesquisadores, que adentrando os evocativos e imaginosos salões da memoria popular, puderam sentir as inúmeras possibilidades teoricas oferecidas no terreno da oralidade. Muitos outros se aventurariam... A própria imprensa, redescobriria o tema, através de Darwin Brandão a Audálio Dantas por exemplo, situados dentre os primeiros no periodo pós-guerra<sup>10</sup>.

Ainda que distantes dos marcos metodológicos que viriam a orientar os atuais projetos acadêmicos no campo da *historia oral*, alguns pesquisadores e intelectuais impulsionados por indagações irrespondíveis nas fontes escritas disponiveis e consultadas, voltavam-se para a fala popular buscando equacionar suas duvidas. Transformaram-se em ouvintes privilegiados. Na cidade renascida e mesmo em outros estados para onde fugiram sobreviventes ao 05 de outubro de 1897, puderam colher importantes pronunciamentos de velhos moradores, ex-combatentes e seus descendentes diretos, incluindo-os em seus trabalhos e publicações hoje clássicas na historiografia canudense. Alguns

<sup>10</sup> Figura singular e extraordinário testemunho foi o sr. José Aras. Enquanto viveu, contou, guardou e preservou a memoria dos acontecimentos de Canudos. Escreveu um livro - "Sangue de Irmãos", que já merece uma urgente reedição. (N.A.)

desse testemunhos, inclusive, impuseram uma reeleitura do fato histórico, na medida em que corrigiram, complementaram e resgataram informações relevantes, que se conservavam retraidas nos casulos da memória. Assim, nomes e obras, fizeram-se notórios.

Com mais de quatro décadas dedicadas aos estudos sobre Canudos, o prof. Jose Calasans Brandão da Silva, e inquestionável autoridade no assunto. Sua obra, registrada em muitos títulos, confere ao depoimento popular importante e amoroso prestígio. Em prefácio escrito para o volume "Canudos - Cinquenta Anos Depois" - reedição da Academia de Letras da Bahia e Fundação Cultural do Estado da Bahia, do trabalho de Odorico Favares, declara: "*conhecíamos a tragédia de Canudos, sobretudo, nas páginas vibrantes do livro vingador de 1902. Era a história relatada do lado de cá, Odorico começou a contar os fatos pela ótica do jagunço, do lado de lá. Nem sei se ele próprio sentiu o extraordinário valor da sua realização jornalística*"<sup>11</sup>. Seduzido pela saga de Antônio Conselheiro e seu séquito, Calasans caminhou para os sertões. Conheceu e escutou Pedrão, Manoel e José Ciriaco, presenças da Canudos pretérita na cidade pré-açudiana. Ouvinte paciente e inquiridor persuasivo, continuou ao longo do tempo, ouvindo e anotando as palavras do povo conselheirista e seus descendentes, incluindo-as em parte substancial de seus livros e muitos artigos. Transformou-as, igualmente, em matéria viva dos seus discursos, conferências e muitas entrevistas.

Pioneiros, também, nas buscas pelos relatos "do lado de lá", assim podemos considerar Abelardo Montenegro, Ataliba Nogueira, Nertan Macedo e Paulo Dantas, autores cujos os escritos são fontes permanentes de consultas e referências. Montenegro, trouxe a público

<sup>11</sup> Importante relato "do lado de cá" e o volume "Canudos - Memórias de um Combatente", do sargento do Exército e participante das Expedições Moreira César e Arthur Oscar, Marcos Evangelista da Costa Villela Jr. Legou-nos importante depoimento, publicado pela Marco Zero, com apoio do Instituto Nacional do Livro. (N.A.)

<sup>12</sup> O professor Jose Calasans, mestre no saber e generoso no ensinar, é hoje o mais importante estudioso de Canudos. Tornou-se, inclusive, uma requisitada fonte oral. Forçoso, falar também do Prof. Renato Ferraz, que ao longo dos anos escuta, pergunta e corrige. Sua contribuição nos estudos de Canudos é inestimável. (N.A.)

em 1954, o seu "Antônio Conselheiro", alentado estudo sobre o Peregrino cearense e os desdobramentos tumultuados e polêmicos de sua trajetória<sup>12</sup>. Ataliba, é responsável pelo estimulante "Antônio Conselheiro e Canudos" que entre os seus muitos méritos reproduz as *Prédicas e Discursos* do líder sertanejo. Pedro Calmon, entusiasmado, diz ser o livro responsável pelo ressurgimento do Conselheiro "da condição miseranda para o plano respeitável"<sup>13</sup>. Obra renovadora, sem dúvida, é o singular "Memorial de Vilanova", contendo pungente depoimento de Honório, irmão do poderoso Antonio. Num depoimento poético e comovente, magistralmente aproveitado por Nertan, o ex-morador e comerciante canudense desvenda com dignidade e nostalgia a vida sócio-econômica de Belo Monte<sup>14</sup>. Coube a Paulo Dantas, em envolvente e saborosa prosa, dar vida e voz a lendária figura do capitão Jesuino, no indispensável "O Capitão Jagunço". Aliás, sobre o mítico personagem, Manoel Ciriaco confessa a Paulo: "*Conheci. Não era lá grande coisa. Veio para Canudos astuciar espertezas. Vendia gado ao Conselheiro. Depois foi traidor...*"<sup>15</sup>. O advento do gravador e outras conquistas tecnológicas, como também, a adesão acadêmica a pesquisa oral, gestaria a geração dos *oralistas*... Superadas "dúvidas comuns como a *representatividade* dos testemunhos, o *alcance histórico* das impressões e a *relatividade* dos casos narrados"<sup>16</sup>, a aceitabilidade da história oral possibilitou o surgimento de um número crescente de projetos acadêmicos e não-acadêmicos. No caso específico de Canudos, essa afirmação teórico-metodológica, trouxe avanços além de estimular pesquisadores e estudiosos que passaram a desenvolver com maior segurança técnica e financeira suas pesquisas, possibilitou a inserção em maior escala do discurso subalterno na nova produção historiográfica, combatendo uma concepção anacrônica, segundo a qual, somente "são personagens históricos apenas as grandes figuras e aqueles que deixaram marcas arquivadas em espaços oficiais e oficializados..."<sup>17</sup>. Trouxe, igualmente, dificuldades. A proliferação anárquica de entrevistas, apartadas de uma orientação metodológica correta, resultaram em frustradas tentativas de aproveitamento do discurso popular. Sob esse aspecto, fontes preciosas foram desprezadas ou mal exploradas, como decorrência da inexistência ou incorreção no planejamento das entrevistas, despreparo dos entrevistadores, escolha inade-

quada da temática a ser abordada e, finalmente, transcrições pretensamente corretivas, preconceituosas, engessando o modo de falar sertanejo. Felizmente, mesmo entre percalços e tropeços, os meandros da memória clarificaram-se...

As décadas de sessenta, setenta e oitenta são demarcativas\*. A produção historiográfica, à época, já revela um adensamento crítico que demonstra a ruptura dos novos autores, com a leitura dogmática dos *Sertões*. Situa-se, nesse caso, "Canudos: A Guerra Social" de Edmundo Moniz\*\*. Este escritor registra que "minha obra não se baseia apenas na documentação escrita. Baseia-se também no que guardei da tradição oral"<sup>18</sup>. A menção de Edmundo Moniz ao aproveitamento do testemunho verbal em seu livro, confirma a contribuição da história oral para a reeleitura dos acontecimentos históricos, na medida que, se credenciou como "uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio da documentação escrita e cartorial", conforme analisa o prof. José Carlos S. Bom Meihy. Hoje, raríssimos autores e pesquisadores, não consideram o depoimento oral, para uma abordagem do tema Canudos. A bibliografia é vasta, já estando a merecer, inventário criterioso e analítico. Temos: Oleone\* Coelho Fontes, Luitigarde Barros, Yara Ataíde, Dionísio Nóbrega, Patrícia Pinho, José Carlos Pinheiro, José Guilherme, Sérgio Guerra, Gumercino Martins, Rui Bruno Bacelar, Paulo Emílio Martins, João Arruda, Lúcia Mascarenhas e outros\*\*\*. Vozes e imagens, usadas com sensibilidade e grandeza: Antonio Olavo, Pola Ribeiro, Fábio Paes, Bião, Gereba, Ipojuca Pontes, Evandro Teixeira, Cláudio Santos, Tripole Gandenzi, Gabriel Archanjo.

Na boca e no coração do povo, Canudos sobrevive, eloquente no seu silêncio centenário. Inconformada e rebelde no coração de seus

\* F. desse período o romance de Vargas Llosa "A Guerra do Fim do Mundo", cujos milhões de leitores espelham a universalidade de Canudos. Vargas Llosa, sob a orientação do prof. Renato Ferraz, recolheu inúmeros depoimentos na Bahia. Matéria-prima para seu trabalho. (N. A.)

\*\* Ver também "Cangaceiros e Fanáticos" de Rui Iacó, publicado pela Bertrand do Brasil, edição de 1988.

\*\*\* É importante ressaltar ao trabalho da UNEB, que através do seu Núcleo de História Oral, vem coletando e organizando importante acervo. Destaque-se, também, o trabalho da ACEPAC- Associação Cultural de Estudos e Pesquisas, Antonio Conselheiro, organizada e conduzida por jovens canudenses. Indispensável citar o Núcleo do Sertão - UFPA, casa e referência de muitos pesquisadores. (N. A.)

filhos Ioiô da professora. Paulo Monteiro, João de Regis, Ze de Isabe, D. Josefa, João Molambo e Patativa do Assare:

"Quem andar pela Bahia  
Chegando ao dito local  
Onde aconteceu um dia  
O drama triste e fatal,  
Parece ouvir os gemidos  
Entre os roucos estampidos  
E em benefício dos seus  
No momento derradeiro  
O nosso herói brasileiro  
Pedindo justiça a Deus"<sup>19</sup>

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. TERRA, Ruth Brito Lemos. *Memória de Lutas: Literatura de Folhetos do Nordeste*, 1893-1930. São Paulo: Global Editora, 1983.
2. CALASANS, José. *Canudos na Literatura de Cordel*. São Paulo: Atica, 1984.
3. CUNHA, Euclides da, Canudos como cidade Hebrada, Urbs Montuosa. *Revista Canudos*, n.º 1, pág. 81, dez. 1996.
4. CALASANS, José. Obr. Cit. Pág. 2.
5. idem págs. 2 e 10.
6. MONIZ, Edmundo. *O Espírito das Épocas*. Rio de Janeiro: Elo, 1984.
7. FERRAZ, Pinheiro, Santos Neto. *Cartilha Histórica de Canudos*, Salvador: UNEB/ Prefeitura Municipal de Canudos-Ba, 1991.
8. TAVARES, Odorico. *Canudos: Cinquenta anos depois, 1947*. Salvador: Conselho Estadual de Cultural / Academia de Letras da Bahia / Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.
9. idem.

10. DARWIM, Brandão. Canudos cidade condenada. *O cruzeiro*, 14.02.53. Audálio Dantes, na mesma revista, publicou a matéria "A nova guerra de Canudos", em 05.12.64.
11. DANTAS, Audálio. A nova guerra de Canudos. *O Cruzeiro*, 05.12.1964.
12. TAVARES, Odorico. Obr. Cit.
13. MONTENEGRO, Abelardo. *Antônio Conselheiro*. Fortaleza: A Batista Fontenele, 1954.
14. NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1978 (Col. Brasileira, vol. 355).
15. MACEDO, Nertan. Memorial de Vilanova. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: 1964.
16. DANTAS, Paulo. *O Capitão Jagunço*. 3. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
17. MEIHY, José Carlos S. Bour. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
18. idem
19. MONIZ, Edmundo. *Canudos: A Guerra Social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1987.
20. Patativa do Assaré (poesia) mimeografada. *Espinho e Fulô*. Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto. Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

## "TODA NAÇÃO EM CANUDOS" 1893 - 1897<sup>1</sup>

*Índios em Canudos (Memória e tradição oral da participação dos Kiriri e Kaimbé na guerra de Canudos)*

Maria Lucia F. Mascarenhas  
Antropóloga

Foi o "contar" dos velhos índios Kiriri que me abriu os olhos para o acontecido em Canudos e a relevância desses eventos para a vida da região e para os povos indígenas Kiriri<sup>2</sup> e Kaimbé<sup>2</sup>. A história Kiriri é dividida no contar dos mais velhos, em "antes" e "depois" de Canudos. Evidencia-se Canudos como marco importante. Kiriri foi "jagunço", atirou, cantou, rezou, matou, lutou, morreu, fugiu, sobreviveu e conta. Em contrapartida, Kaimbé pouco fala por si mesmo que lutou, morreu, matou e sobreviveu. Isto é, quando se pergunta sobre o fato eles chegam ao ponto de dizer: "ninguém pode provar que índio Kaimbé foi jagunço". Esses dois povos, embora vizinhos, vivenciaram essa experiência, de modo consideravelmente diferente um do outro. Mirandela e Massacara eram importantes pontos de passagem para Canudos, um evento que marcou foi que por lá passaram as "toras" de madeira do Baixão (abaixo de Mirandela), para a construção da Igreja nova em Canudos.

A fragmentação da memória dos índios sobre Canudos está ligada a fenômenos de dominação e repressão pelos quais os mesmos passaram. A memória que se tem trabalhado está mais ligada à clivagem processada pela memória oficial dominante. Deste modo, as lembranças das pessoas pertencentes a povos e grupos sociais que vivenciaram esse

<sup>1</sup> Parte do texto de Monografia Bacharelado em Antropologia intitulada: Rio de sangue e ribanceira de corpos: 1893-1897 - Kiriri e Kaimbé em Canudos. Salvador: UFB\*, 1995.

episódio foram, propositalmente, ignoradas e banidas. Um certo tipo de "história" tentou invadir a memória destes e dar sua versão em contraste com o sonhado, almejado, sentido e sofrido pelos próprios participantes de Canudos. O que dificulta a tentativa de reconstruir os significados que a vida em Canudos tinha para os próprios participantes. Aqui, o interesse está no que os índios "escolheram" para se perpetuar na história, na estampa do tecido CANUDOS, de volta ao tear, fios, por enquanto, dos índios Kiriri e Kaimbé.

As referências de velhos não-índios sobre o acontecido em relação à participação dos índios que habitavam na região, reforça essa presença. Vale notar que na literatura sobre o assunto somente algumas poucas referências e raras citações, apontam para a participação dos índios em Canudos. Nasser e Nasser ( 1973 ), são os primeiros pesquisadores que rastreiam documentos históricos que vão de 1874 a 1898, um período de 24 anos, ao final concluindo que "...há boa margem de veracidade na participação do elemento indígena no histórico episódio de Canudos". Ainda considerando aqui a afirmação de Pollak de (1987) que: "...não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral...", meu propósito é, à partir da tradição oral - depois de decorridos cem anos -, trazer o que ficou na memória de 1893 a 1897, dos acontecimentos que são conhecidos como "Canudos", "ato de Canudos" "audiência do fogo" e, particularmente, a "Guerra de Canudos", isto é o que a memória dos índios Kiriri e Kaimbé guardaram porque é significativa para um melhor entendimento do processo de conformação dos grupos indígenas atingidos por Canudos. Faço referências também, de acordo com memória de velhos não-índios sobre a presença dos índios Tuxá de Rodelas e dos índios de Natuba.

**Dos Kiriri, os Troncos Velhos** - que foram para Canudos: Renildo; Vicente; Arnaldo, "Bom Caboclo"; Zé Pedro; Alpidio, tio de Zacarias; A mãe de Dona Mariquinha; Pedro Miguel, "Jagunço Bom", pai de Seu Genesio e avô de Fiel; Zabezona, "cabocla valente", ajudou Jagunço a sair de Canudos; Leodoro, foi baleado com 13 anos. É avô do cacique Lázaro; Severino; Júlio; João Batista, pai de Seu Zé de Amélia; Martinha, tia de Seu Zé de Amélia; João Panta; Gualberto, pai de seu

João do Sacão, Josefa, mãe de Dona Joana de Seu Evaristo; Maria Gorda, foi baleada. Polinha, Chiquinha. João de Pedrinho, parente de Seu Fausto; Maria Francisca, parente de Seu Fausto; Zé Ferreira; Antônio Fogueteiro, "Jagunço Bom", foi "mandão" em Canudos; José Mancin, "Jagunço brabo" e outros;

**Naquele tempo**, os Kiriri estavam no Sacão, Lagoa Grande, Picos e outros cantos. Tinham suas casinhas. A vida dos índios era nas roças, trabalhando, caçando e cuidando dos bichos: galinha, porco etc.

**Antônio Conselheiro e ida para Canudos** - passa Antônio Conselheiro e o que ele fala é bom. Da conselho ao povo. Chamavam meu Bom Jesus. Ele era "choquinho, franzinho e barbado". Ele passou pelo Baixão reunindo "tudo quanto foi gente". O povo dizia: "ai vamo, que eu num fico aqui", "iam para Canudos". Levavam as crianças e deixavam as terras, galinhas tudo. Do Sacão e dos Picos não restou ninguém. Os mais velhos foram, porque pela "experiência dos sabidos", no saber indígena, o Senhor da Ascensão estava só na semelhança e convidou o pessoal para ir onde estava o aperto da guerra. Na Lagoa Grande, quando ele passou, falou de sua missão" que seria para o bem de todos e chamou os índios. Correu a notícia, "nóis vamo, nós vamo" lá tinha um rio de leite, os morros, os barrancos e as ribanceiras eram de cuscuz para encher a barriga

Na Monarquia, era a doutrina de Deus. Era "Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo e Para Sempre Seja Louvado". Deus no céu, rei na terra. Chega a lei da republica, mulher encurta o vestido, corta cabelo, gente furando os olhos do povo, desmanchando o que Deus fez. Lei de "judiaria" - as tabelas. Antônio Conselheiro se revolta fica contra esta lei (pois judiava do povo) e quebra a tabela em Natuba. Na sua doutrina, o povo com confiança se junta e faz acampamento em Canudos. A lei do rei era a monarquia, a lei do governo, republica. A república recebe o Sertão com sangue no joelho.

**Tudo na santa alegria** - Na região do "acampamento", o terreno e vermelho, não tem mata, é deserto. Tinha o rio, "terra de muita

pedra de fogo". Madeira não tinha. "Era o limpão". Começaram a construção da igreja. Precisavam de madeira e na região não tinha. Os índios mais velhos ali presentes conheciam o Sinhozinho do Bendô<sup>4</sup>. E sabiam que naquela região tinha madeira que daria para a construção da igreja. Antônio Fogueteiro, "caboclo terrível", um dos cabeças em Canudos, como também conhecedor da propriedade do Sinhozinho do Bendô, propôs a Antônio Conselheiro ir ao Bendô pedir a Senhozinho para arranjar a "madeirama" para a igreja nova. Conselheiro, de acordo, partiu com ele e um grupo com mais de cem jagunços. A caminhada foi feita, passando pela Fazenda Ilha, Massacará, Caboré, Junco, Várzea do Burro, Mirandela, Bendô. Chegando em Bendô, Antônio Fogueteiro, já conhecido do Sinhozinho, pois já tinha trabalhado para ele, pediu as madeiras em nome do "Bom Jesus Conselheiro", na presença deste. O Sinhozinho, se dispôs e mandou tirar. Já preparado com carpina, Antônio Fogueteiro entrou na mata para derrubar as madeiras, dentre elas uma "cumieira" de uma massarandubeira com quarenta e cinco palmos. O Sinhozinho, jeitoso, ofereceu um boi para a comida dos jagunços. Terminada a derrubada de caibos, frechais e portadas, começaram a colocar o recolhido no terreiro da casa. Prepararam a cumieira com os cambitos, dezesseis jagunços para carregar, nada. Mais jagunços, nada. Não saía do lugar. Antônio Fogueteiro foi à casa do Sinhozinho, onde estava hospedado Conselheiro, para fazer uma "consulta". - "Bom Jesus, a cumieira principal da Igreja não sai do lugar. É um peso muito grande". Conselheiro se levantou e foi para o lugar onde estava a cumieira, olhou, pegou o cajado e deu nove pancadas, três em cada ponta, três no meio e mandou os jagunços carregarem. Ficou leve a madeira. Antônio Fogueteiro contou depois ao Sinhozinho, que vinte jagunços não conseguiram pegar a cumieira até o instante em que o Bom Jesus Conselheiro lhes deu as pancadas. Quando colocaram no terreiro do Sinhozinho, foi uma "alegria danada", com "vivas" ao Bom Jesus Conselheiro. Terminado o trabalho, no outro dia cedo, viajaram com as madeiras nos ombros. "Isso o Caboclo Zé Pedro me contou". Passaram em Mirandela carregando a madeira para a Igreja. Eram os índios que levavam a madeira. Andavam nessa caminhada, agora levavam viola, pandeiro e onde dormiam faziam "aquela" festa. Amanhecendo o dia,

vijavam. "Os índios foram tudo. Foi contado o que ficou. Iam porque queriam ir, não tinham promessa". Era gente como formiga.

Quando paravam num lugar, Antônio Conselheiro começava a conversar, e o povo "encasquetava" e "ai" era "vamo", "vamo". Foi quando os índios saíram da aldeia. O pessoal ia se juntando ao grupo, "sem uma tajada de pipoca", apenas rezando. Onde chegavam, o povo dava o que comer, era naquela Santa Alegria até chegarem lá em Canudos.

Lá, estavam construindo a igreja nova, e a cada dia, chegava mais gente e as pessoas faziam suas casas. Elas eram "feitas de terra", tinha a praça, a rua da Piedade, da Caridade... e a rua dos caboclos (que era um pouco afastada). A cidade ficou grande e o governo começou a perseguição.

**Início dos combates** - O primeiro combate foi na "repartição das Imburanas". O governo mandou um batalhão com dezoito macacos e um tenente. Marcaram encontro. Do lado de Antônio Conselheiro seguiu Manoel Baixa Grande com dezoito jagunços. Escondidos, seguiram acompanhando o grupo de Manoel Baixa Grande dois índios. Manoel os descobriu e mandou que retornassem pois a ordem foi para dezoito e não vinte. Os índios disseram que não e os acompanharam com seus arcos. Quando chegaram ao local anteriormente marcado por Antônio Conselheiro, com sua "bengala" se depararam com a ordem de que não deviam passar dali pois morreriam. Os "macacos" não se encontravam. Os jagunços desobedeceram e seguiram adiante e os encontraram numa casa, desprevenidos, almoçando. Foram logo atirando e os dois índios que os acompanhavam ficaram ao lado de Manoel Baixa Grande e todo "pinote" que este dava para livrar-se das balas os índios estavam atrás. O macaco, na boca do fuzil, tinha um punhal e o enfiou num índio. O outro índio, tomou o fuzil do macaco, mas, como não sabia atirar, ficou roçando como estroenga: "onde batia valia". Desta turma só morreu um índio<sup>5</sup>. Os macacos desapareceram.

**Na terra do "rio de leite e barrancos de cuscuz"** - "a água era água mesmo,...pedras eram pedras mesmo". Muitos índios passavam mais tempo em Canudos do que na aldeia. Vinham, faziam farinha, massa ralada e espremida, pegavam o que tinham para comer e seguiam para Canudos. "Alcancei os mais velhos contando isso". "Quando o fogo parava", as pessoas saíam para comprar comida, outras iam levar com tropas de burros as cargas de mantimentos. Mas quando acabavam os mantimentos que levavam, os índios passavam o dia caçando, viviam da raiz do cuxi e do olho da mancambira. Antônio Conselheiro tinha uma "coitezinha", ficava lá para a igreja, tinha o encarregado do serviço, o "mandão"; quando chegava uma pessoa com carga, tinha que botar na "coitezinha", era a ordem, depois dividia. Cada um trazia a sua, ali davam dois "bucadinho" para cada um, dizendo ele que o pouco com Deus é muito. Lá não trabalhavam pois a terra não dava. Os grupos saíam para trabalhar fora. Desse modo ninguém passava fome. O dinheiro da república Antônio Conselheiro não queria. Os jagunços contavam que ele mandou queimar uma bacia cheia de dinheiro. Não pegava em dinheiro da república não.

**As orações** - Todos os dias rezavam ao amanhecer, meio dia e à tardinha. O terço, rezavam todos os dias. Os índios sabiam rezar, acompanhavam, "Ave Maria". Um dia, uma cabocla velha estava dentro da Igreja rezando o Bendito (que se chamava ABC do Divino) e no momento em que dizia: "já estou no fim da vida, Misericórdia Senhor", morreu com um tiro na cabeça. Cantavam muitos Benditos, da Igreja mesmo. É também oração para Deus. Os índios tinham as rezas deles<sup>o</sup>, "imitando o Santo Ofício, mas é de índio: bendito de paca, louvado o tatu, amém teiú, para sempre cutia, para sempre caititu, amém". Na sexta feira da paixão começou a guerra. Durante a guerra era "rezando e caindo na bala".

**Os kiririzeiros "eram jagunços"** - Pedro Miguel, caboclo velho, virou Jagunço. Era um "sabido" se "envultava". Contou que um dia, estando na igreja com um "magote" de gente, deram fogo, só escapou ele em pé. Deitou no meio dos mortos até que resolveu fugir. Saiu da igreja todo sujo de sangue, saiu abaixado, procurou Zabezona e esca-

pou de lá "embrulhado" na saia dela. No caminho, só encontrava cangaço de gente. "Caveira falando: fogo, fogo". As armas deles eram daqueles que morriam, mas pegavam só a arma. Era de Canudos para a aldeia, da aldeia para Canudos, dizia, "lá tá bom". Dizia que era uma festa... era a alegria maior do mundo. Tinha também a caixa de guerra...tan, tan, tan, quando caía um, outro pegava. No quinto ano, o último "ribuliço" foi no meio da rua. Ele no meio dos mortos e chega um com um punhal furando para ver quem estava vivo, ele consegue escapar. À noite, pega as armas, entra nos piquetes, os "buracos", com as armas e aí era só derrubando gente. Os soldados procuravam mas não viam nada. Ele tinha o corpo fechado. A Zabezona, quando morreram seus pais ela saiu de lá, pegou o rumo para as caatingas. Chegando em um lugar, encontrou um "cabra" tirando leite no curral. Este chamou outros para "fazer coisa com a cabocla". Ela se deixou pegar, não podia mais correr e quando o homem se aproximou ela, que tinha uma faquinha escondida, enfiou no "bucho" do sujeito e saiu danada. Leodoro contava que quando tinha 13 anos, estava lá e foi para a primeira batalha de Uauá, tinha espingarda de socá e foíce. Mataram muita gente, "que não foi brincadeira." Pantaleão conta o verso: "nessa quadra, diz que o urubu, escreve para o Presidente, dizendo que estava com bico doce de comer carne de gente". Os índios eram todos jagunços. Novos e velhos. Quando dava aquele minuto paravam para enterrar - os mortos - depois esquentava outra vez.

**A guerra...** começou por meio minuto...um...dois...três...Os kiririzeiros brigavam a peito, ficavam nas "tocaías" de pedra de fogo. Depois do combate na "repartição das Imburanas", passaram uns dias veio outro grupo. Os jagunços pegaram a fazer os "piquetes", com Manoel Baixa Grande na frente. Os macacos já vinham cansados, arrastando carroça com mantimentos, os jagunços com Manoel Baixa Grande na frente, nos "piquetes". Os macacos só iam morrer. Seu João conta..."os piquetes eram quadrinhos, bem assim, base de doze palmos. Para entrar, era como boca de forno, entrava assim por baixo". O tempo passou, começou o aperto com um homem chamado Moreira César que foi convidado a ir para o Sertão seco. "Ele era acostumado a vencer guerra" com a promessa de que com a vitória, o mesmo seria governo.

Moreira César aceitou. O governo lhe entregou um contingente de trezentos homens, armas, fardas, com o plano de ir recrutando os homens que encontrasse. Mas Moreira César tinha um espião chamado, Pajeú de Flôr, "nego do beijo virado". Este vinha na frente para "conhecer o cabeça" e depois matar, "era assim que Moreira César vencía a guerra". Pajeú chegou a Canudos. Avisaram a Conselheiro que tinha chegado um homem chamado Pajeú de Flôr e que tinha vindo a seu favor. Antônio Conselheiro pediu que trouxessem Pajeú a sua presença, pegou a bengala, bateu na coroa dele e descobriu que era contra, era um espião. Mandou a Guarda do Povo prendê-lo. Na prisão, depois de conversar com a Guarda do Povo, Pajeú deu o plano de Moreira César e decidiu ficar a favor dos jagunços. Antônio Conselheiro foi avisado, chamou novamente Pajeú a sua presença, bateu com a bengala na cabeça dele e disse: "ele agora virou o juízo, está mesmo a nosso favor". Pajeú respondeu: "Antônio, estou com dó de vocês porque o homem que vem entra mesmo". Pajeú foi então ajudado pelos pajés Kiriri que através da sua sabedoria e da "ciência" descobriram como Moreira César iria e aconselhou Pajeú a mandar flecha e tiro para a caixa dos olho daquele. As armas dos jagunços eram espingardas de caça, foice...arco. Pajeú então disse: "quero dezoito homens, com dezoito armas escolhidas por mim". Escolheu e foi para a Torre da Igreja. Disse aos homens que Moreira César ia chegar com uma casaca de bronze só com os olhos livres, montado num "cavalinho" forrado de ferro e aço. Ficaram de prontidão. Moreira César, gordo, não chamava por Deus. Tinha um compadre chamado Tamarino. "O povo todo de Canudos era na doutrina de Deus". Moreira César entrou, quando foi passando o rio, já cantando vitória, Pajeú se preparou com os companheiros e gritou: "vamos atirar nos olhos pois, outro lugar é perdido" pá, pá, pá, pá... Moreira César gritou, "acode compadre Tamarino que um babuleto me pegou nas vistas". Tocou retirada e Pajeú atacou. Moreira César e Tamarino morreram na passagem das Imburanas e foram enfiados em paus, amarrados de crauá da mata. No verão "fica a gordura pingando e molhando o chão". Chegou a notícia na "Bahia" - "Moreira César, o jagunço matou em Canudos". A mulher, que esperava que ele fosse governo, disse: "vou vencer essa guerra e desforrar a morte dele". Então, ela partiu para a América e comprou o canhão de chão. Chamava vovó. "Essa revorta

de Americano andar por aqui, e referente a essa despesa que não foi toda paga, ainda". Demorou mas chegou. Convidou então o governo de Pernambuco e marcou hora para fechar Canudos. Atravaram com a vovo de longe, pôôôô, era para derrubar a igreja e matar o povo. Não era toda hora, mas quando vinha a descarga morria muita gente. Muitos saíram. Muitos contam que os jagunços deixavam sair "corre que o beco das Imburanas tá aberto, quem não quiser morrer pode sair". **No "aperto" Pajeú, agüentando firme** com os outros... "rapaziada nós vamos brigar até agüentar" - Policiais de todo canto, por todos os lados, ate quando ficou "acabado" - "na praça o sangue chegava ao joelho". Ate os meninos com mais de 12 anos pegavam na arma. Leodoro foi ferido numa batalha com 13 anos. No meio dos mortos estava Pajeú, bala não pegava nele. Passado um dia de fome, ali deitado, entrou a policia com punhais, furando os que ainda respiravam. "Pajeú, meteu os pés e o que era de policia ele arrasou, mas eram muitos, né. Pegaram ele e machucaram com pedra e mão de pilão e ele ficou arquejando como saruê que a gente machuca vivo". Os que saíram so tinham a vida. No fim da guerra, tinha a seca.

**Na perseguição depois da guerra, o "refrigério" da "água encantada"** - na estrada do Pau Ferro e Vargem tinha o Capitão, chamado Alcido, que matava os jagunços que vinham de cima. No Pau Ferro tinha o Pedro Gago que a mando desse Coronel matava também. Voltaram - "todos escondidinhos por esses matos e chegaram aqui. Ficaram escondidos muito tempo". "Dos Picos foi contado o que voltou. Não aparecia, era escondido". Índios "mansos". Ze Cili toma conta dos Picos. Ai índio não caça, é vigiado. Aproveitando a saída dos índios para Canudos, as terras desocupadas, João Ivô dos Buracos tomou posse e colocou Manoel Jatoba por empregado. Os índios que voltavam era para trabalhar a troca de comida nas próprias terras. A noticia da perseguição correu e os índios com medo iam para o Tabuleiro Grande, chamado Tabuleiro de Jeremoabo. Não tinha barreiro Quirino, tio de Zacarias estava por lá. As pessoas que vinham de Canudos, com sede - Quirino dava "água encantada", ia busca-las no pe de uma arvore. Mas ninguém sabia como era. Assim não morriam de sede. "Quando chegava nos Picos tinha a campanha contra os jagunços que deviam trabalhar de

graça para João Ivo. Com o tempo, teve o "empatamento" para não perseguir mais os índios. Mas morreu uma "inquantidade" de gente. Muitos Kiriri morreram lutando, outros se espalharam pois quando voltaram a terra estava ocupada pelos brancos. "Os que voltaram foi gente pouca e foi assim que nós começou a ficar sem a terra". Leodoro, o que foi baleado passou muito tempo escondido, queriam matar ele pois era jagunço valente

**Conselheiro ...** na agonia da guerra, desapareceu do altar. Um homem conhecido por Manuel Quadrado<sup>7</sup> estava no altar, como eles não conheciam Antônio Conselheiro, levaram foi a cabeça de Manoel Quadrado para o Governo. "O cuscuz com leite era bala. Se o cabra facilitasse recebia era o estanho". "Depois teve o perdão da guerra - qualquer revolta tem acerto, né? Todo povo obedeceu a Republica e ficaram como nos estamos agora. Todos vencidos. Quem fala em monarca? mas ela vem por ai, ate com outro nome. Por isso tem tantas Leis". "Na decada de quarenta fui a região de Canudos e disse que Antônio Conselheiro deixou escrito no cruzeiro, um vaqueiro me mostrou, o escrito lá, - Canudos ia se acabar com bala mas ia começar de novo - coisa de admirar né?"

**Kaimbé, "nasci no fogo, sei contar do princípio"** - diz seu Antônio, 97 anos. As vozes afirmam "vi os mais velhos contarem", "minha avó contou e escutei direitinho". O pai de João Sabino saiu no "cerco" da guerra com oito anos, foi criado no Massacara. Maria falou de sua avó, Silvino de seus avós e pai. São eles. Maria de Jesus, Maria de Catarino e sua mãe, Marculina Maria de Jesus; Uma irmã de Marculina, morreu lá, Jose de Filimina, Manoel Pereira Dias, Mariano, Marcelo, Noberto, Jose Bernadino e a mulher, Andre, Carlito, "tocador de gaita" e outros. Os mais velhos correram muito, com medo das tropas que iam para Canudos, na passagem por Massacara. Na Ilha habitavam muitos índios, "era cheio" tinha muitas taperas mas foram destruídas pelo Cel. Jose Americo, com "queixa" dizendo que índio era jagunço de Antônio Conselheiro. "Mas essa prova de que índio fulano ou Sicrano era jagunço e foi para Canudos brigar, essa prova não saiu". "O índio que eu sei que foi, encontrei em 39 no Sergipe, mas este foi com a força

do Governo, era chamado por Cirilo". Maria de Catarino - Foi para Canudos quando moça. Falava que Antônio Conselheiro era como se fosse um Deus. Sua mãe foi para Canudos numa dessas passagens do "madeiro" por Massacara. Morreu lá. A sua bisneta disse: "agora não lembro se foi de bala ou doença". Mas ela mesma contava que em Canudos tinha o Barracão, nele eram divididas as coisas para as pessoas. Dividiam também a carne no dia que matavam boi. Cada um tinha o Barracão certo onde pegar a comida. Ali se juntavam as pessoas. Um dia, quando estava pegando seu peso de carne, veio a descarga da peça e explodiu naquele Barracão, "sangue quente e miolo de gente ficaram no peso da carne que ela em seguida foi lavar e botar no fogo para comer". So escapou ela e mais duas pessoas, uma delas o índio Jose de Filimina, com o qual acabou casando pouco tempo depois que saíram de lá. De Canudos os índios viam o Alto do Mario e fazia a seguinte comparação: "você não vê uma mão de gente, os dedos todos juntos, após, bem assim era a policia, lá em cima para da fogo". Quando a guerra "aperta" não aparecia mais nada nos Barracões. Mas as pessoas temavam em ficar, pensando que não iam morrer. Quem não morreu logo, só saiu nas ultimas, quando não tinha mais jeito. Maria de Catarino, quando viu que não tinha mais jeito, decidiu sair e trazer consigo, nas costas, num aio feito por ela, sua irmãzinha de mais ou menos cinco anos de idade, que morreu já perto da aldeia.

**No princípio, Antônio Conselheiro** era homem bem casado, mas com mãe ciumenta que procurava afastar a nora dizendo ao filho que esta lhe traia. Se passou pelo amante da nora e foi morta juntamente com essa pelo filho. Em seguida ao acontecido, "os cães do inferno avoam em Antônio para levar". Este alegou que não teve culpa. Com isso, os cães deixaram-no em paz, mas em troca de cinco mil almas. "Cinco mil almas, como vou fazer?" Eles ensinaram, saia pelo mundo ajuntando gente até chegar o tanto... ai veio a guerra e ele desapareceu. Era chamado Deus Aparecido, Pai Conselheiro. Tinha pratica de padre, missionario. Acompanhavam ele como quem acompanha um Santo, com entusiasmo e o maior respeito. Tinha barba grande, ninguem conseguia ver o rosto dele, era como se fosse um Santo. Vestia roupa diferente, camisolão comprido, com cinto amarrado na cintura, não era calça. Era

graça para João Ivo. Com o tempo, teve o "empatamento" para não perseguir mais os índios. Mas morreu uma "inquantidade" de gente. Muitos Kiriri morreram lutando, outros se espalharam pois quando voltaram a terra estava ocupada pelos brancos. "Os que voltaram foi gente pouca e foi assim que nós começou a ficar sem a terra". Leodoro, o que foi baleado passou muito tempo escondido, queriam matar ele pois era jagunço valente.

**Conselheiro ...** na agonia da guerra, desapareceu do altar. Um homem conhecido por Manc'el Quadrado<sup>7</sup> estava no altar, como eles não conheciam Antônio Conselheiro, levaram foi a cabeça de Manoel Quadrado para o Governo. "O cuscuz com leite era bala. Se o cabra facilitasse recebia era o estanho". "Depois teve o perdão da guerra - qualquer revolta tem acerto, né? Todo povo obedeceu a República e ficaram como nos estamos agora. Todos vencidos. Quem fala em monarca? mas ela vem por aí, até com outro nome. Por isso tem tantas Leis". "Na década de quarenta fui a região de Canudos e disse que Antônio Conselheiro deixou escrito no cruzeiro, um vaqueiro me mostrou, o escrito lá, - Canudos ia se acabar com bala mas ia começar de novo - coisa de admirar né?"

**Kaimbé, "nasci no fogo, sei contar do princípio"** - diz seu Antônio, 97 anos. As vozes afirmam "vi os mais velhos contarem", "minha avó contou e escutei direitinho". O pai de João Sabino saiu no "cerco" da guerra com oito anos, foi criado no Massacara. Maria falou de sua avó, Silvino de seus avós e pai São eles. Maria de Jesus, Maria de Catarino e sua mãe, Marculina Maria de Jesus. Uma irmã de Marculina, morreu lá, Jose de Filimina, Manoel Pereira Dias, Mariano, Marcelo, Noberto, Jose Bernadino e a mulher, André, Carlito, "tocador de gaita" e outros. Os mais velhos correram muito, com medo das tropas que iam para Canudos, na passagem por Massacara. Na Ilha habitavam muitos índios, "era cheio" tinha muitas taperas mas foram destruídas pelo Cel. Jose Americo, com "queixa" dizendo que índio era jagunço de Antônio Conselheiro. "Mas essa prova de que índio fulano ou Sierano era jagunço e foi para Canudos brigar, essa prova não saiu". "O índio que eu sei que foi, encontrei em 39 no Sergipe, mas este foi com a força

do Governo, era chamado por Cirilo". Maria de Catarino - Foi para Canudos quando moça. Falava que Antônio Conselheiro era como se fosse um Deus. Sua mãe foi para Canudos numa dessas passagens do "madeiro" por Massacara. Morreu lá. A sua bisneta disse: "agora não lembro se foi de bala ou doença". Mas ela mesma contava que em Canudos tinha o Barracão, nele eram divididas as coisas para as pessoas. Dividiam também a carne no dia que matavam boi. Cada um tinha o Barracão certo onde pegar a comida. Ali se juntavam as pessoas. Um dia, quando estava pegando seu peso de carne, veio a descarga da peça e explodiu naquele Barracão. "sangue quente e miolo de gente ficaram no peso da carne que ela em seguida foi lavar e botar no fogo para comer". Só escapou ela e mais duas pessoas, uma delas o índio Jose de Filimina, com o qual acabou casando pouco tempo depois que saíram de lá. De Canudos os índios vieram o Alto do Mario e fazia a seguinte comparação: "você não vê uma mão de gente, os dedos todos juntos, depois, bem assim era a polícia, lá em cima para da fogo". Quando a guerra "aperta" não aparece mais nada nos Barracões. Mas as pessoas temavam em ficar, pensando que não iam morrer. Quem não morreu logo, só saiu nas últimas, quando não tinha mais jeito. Maria de Catarino, quando viu que não tinha mais jeito, decidiu sair e trazer consigo, nas costas, num aio feito por ela, sua irmãzinha de mais ou menos cinco anos de idade, que morreu já perto da aldeia.

**No princípio, Antônio Conselheiro** era homem bem casado, mas com mãe ciumenta que procurava afastar a nora dizendo ao filho que esta lhe traía. Se passou pelo amante da nora e foi morta juntamente com essa pelo filho. Em seguida ao acontecido, "os cães do inferno avoam em Antônio para levar". Este alegou que não teve culpa. Com isso, os cães deixaram-no em paz, mas em troca de cinco mil almas. "Cinco mil almas, como vou fazer?" Eles ensinaram, saia pelo mundo ajuntando gente até chegar o tanto... aí veio a guerra e ele desapareceu. Era chamado Deus Aparecido, Pai Conselheiro. Tinha prática de padre, missionário. Acompanhavam ele como quem acompanha um Santo, com entusiasmo e o maior respeito. Tinha barba grande, ninguém conseguia ver o rosto dele, era como se fosse um Santo. Vestia roupa diferente, camisolão comprido, com cinto amarrado na cintura, não era calça. Era

uma roupa solta, parecia roupa de mulher. Roupa de santo. Era calado, dizia, quando necessário, uma ou duas palavras. Agora "encasquetavam" com ele. Chegou no Massacara e "deu conhecimento" ao povo. Tinha "plano" de construir a Igreja em Canudos e "junta" o povo para tirar a madeira de Mirandela abaixo. As toras de pau eram pesadas, andavam devagar. Quando não aguentavam o peso das toras de madeira, Conselheiro batia com a bengala e elas ficavam leves e na fe iam prosseguindo. Quando davam a ele um bicho de "brinde", mandava tirar a corda e o bicho não saía do meio da aldeia de gente que ia com as madeiras, quando iam se ajoelhar a seus pés ele dizia "não faça isso que eu não sou Deus, vocês podem me respeitar com capacidade, como amigo, mas como Deus não, que não sou Deus", o fim do mundo, ele dizia como ia começar. "vai ter tempo do homem andar pelo ar, por cima de nossas cabeças; já está acontecendo desde 1939, no Massacara, viram a cruz no céu e o avião. O mundo ser cortado e um cavalo com olhos de fogo vai correr sem pé, como bola corre no chão - nós estamos vendo as estradas, os carros e com eles tantas acabação". Chamavam de Bom Jesus. Era devoto, pessoa boa, a desgraça dele foi a mãe. Para não ser castigado pegou vida de padre.

**O acompanhamento do madeiro** - "Desse centro de mundo" ia gente para Canudos, era uma multidão. Passa em Massacara aquela procissão de gente, como formigas levando os paus para a igreja. Já vinha do Bendó, lá tinha um Baixão, o Baixão do Bendó. A dona era Umbilina, muito rica. Chamava sinha do Bendó. De lá vem a cumieira da Igreja. Quando iam levando estas toras chamavam madeiro. Tinha acompanhamento com zabumba. Quando pesava, Antônio Conselheiro batia e era só dizer "pode arriba". Era como o acompanhamento da "primeira noite dos caboclos"<sup>18</sup>, quando vai buscar a bandeira. Só que naquele tempo ninguém bebia. Pelo caminho parava e fazia a comida nas horas certas. "Mas era no acompanhamento rezando o Bendito". Um dos Benditos era "A Virgem Senhora da Piedade", mais do jeito do Antônio Conselheiro. "As vezes, quando estamos numa reza que canta, alguém diz: era o Bendito do Conselheiro". Carlito, nas andanças, era tocador de gaita. Fizeram esta caminhada não foi só uma vez não. Vinha do Bendó, Baixão terrível, ao redor só tinha índio, Mirandela, Massacara

Canudos... muitas léguas. Iam e voltavam até construírem a igreja. "O certo é que ela foi feita". O padroeiro Santo Antônio.

**Corre a notícia do "rio de leite e uma serra de cusuz"** - muitas pessoas, "uma imensidade" de gente, ia para Canudos. As pedras viravam pão e a água do rio leite. Comida não faltava, levavam os sacos de farinha feita nas próprias roças e tocavam para Canudos com carga na cabeça, tropa de burro ou jegue. Iam comer lá. "A comida era por conta do Conselheiro, o povo era assombrado - esse homem é Deus, fazer um trabalho desse, dá comida a tanta gente!" A vida era um giral de pau, panela de barro, "alpercata" de couro e roupa velha. "Dinheiro não tinha, não usava". Quando adoecia um, ele era só chegar e benzer. Em Canudos iam ter comida e salvação. A avó de "Seu" Silvino, se não fosse para Belo Monte ver as "alpracata" de Antônio Conselheiro não se salvaria. Prepara o "surrãozinho" de feijão e farinha e parte. Lá morre em paz. Lá, muitos morreram de febre "braba", "sei de um que morreu largano o cabelo da cabeça", "desintéria".

**A guerra começou ...** O governo deu contra porque Antônio Conselheiro queria construir uma cidade como dele, é quando não podia, aí começou a briga... mataram muitos e se armaram. Nas primeiras batalhas, a vitória era sempre de Antônio Conselheiro. A arma do Jagunço era cravinote "como se diz, a cachorro de puxar e bater na espoleta", era espingarda de pedra tiro garantido e certo, era essa a arma dos antigos. Apareceu o Coronel Moreira César, esse era corajoso, terrível, mas chegou em Canudos, foi baleado e tem o verso: "Capitão Moreira César, olhos de cana caiana, toma bala em Canudos, veio morrer nas Imburanas". Ele, quando entrava na água, abria o corpo: jagunço sabido, aí matou. Antônio Conselheiro e os jagunços conseguem vitória até o governo conseguir a "peça" - arma forte para vencer os jagunços. A bala, da "peça" do canhão, contam, que pesava mais de cinco quilos. Era feita de cabeça de prego e cacos de vidro. Onde batia arrasava.

**O Coronel José Américo** - morava na região de Massacara, vivia da Fazenda Ilha para a do Olho D'água do Meio, perseguindo índios e outros que passavam por Massacara a caminho de Canudos, até

bloquear definitivamente esta passagem. Antônio Conselheiro, sabendo das perseguições e do bloqueio da estrada pelo dito Coronel, conversou com João Abade e este com Pajeú: "Pajeú, se arme e vá ao Massacará prender o republicano José Américo, pois ele é contra o Bom Jesus Conselheiro, pegou jagunço, dizem que mandou matar para não vir para Canudos. Bloqueou a estrada e o povo em vez de vir por Massacará e entrar aqui para o Rosário, com esse bloqueio, tem que dar volta, passar por Mirandela, Buracos, dá um "arrodeio" danado, pega o tabuleiro, sai no Cocorobô para virem pra cá. Traga esse Coronel a presença do Bom Jesus". Ainda disse: "dê uma lição nele pois está causando muito mal ao povo que vem pra cá". Quem foi para Canudos, foi e não voltou. Em Massacará tinham medo do Coronel José Américo. Ninguém abria a boca para dizer que ia para Canudos, tinham medo. O povoado de Massacará era ponto de apoio do governo e de lá o dito coronel abastecia a força Pajeú seguiu viagem para Massacará, pernitoou na fazenda Serra Branca e seu proprietário Zé Nascimento, compadre do Coronel, ficou sabendo que iam atrás do mesmo. Mais que depressa, disfarçando, Zé Nascimento mandou seu filho Justino, na calada da noite, ir avisar ao Coronel na "Ilha". Como ele não se encontrava, avisou ao vaqueiro Ladislau e este imediatamente partiu para a fazenda Olho D'água do Meio. Avisou-o que Pajeú estava vindo para prendê-lo e levá-lo para Canudos à presença do Conselheiro e o aconselhou a não deixar nada nas roças, tocar fogo em tudo. Ele meteu os pés, levantou, acordou os filhos e foi um arruma, arruma, tirou tudo da casa, escondeu numas tocas que tinha, não ficando nada dentro de casa. Soltou o gado na caatinga e fugiu para o Boqueirão, correndo da "cabroeira". Na fazenda "Ilha", não encontrando o Coronel, Pajeú tocou fogo na casa, no curral, nas cercas. Seguiram os jagunços com Pajeú para a Fazenda Olho D'água do Meio, de onde o Coronel também já havia fugido. Procuraram a Velha Duquesa, ex-escrava, esta deu a notícia de que ele teria ido embora para Tucano. Na casa desta fazenda só deixaram as imagens dos Santos. Pajeú destruiu a casa, mas deixou um quarto intacto para colocar os Santos na parede. O resto, incendiaram tudo, casas, cercas, currais, tudo foi destruído. Ai, quando terminaram, chamaram a Duquesa e lhe avisaram que livraram um quarto por causa dos Santos. Depois disto, José Américo viajou para Salvador onde obteve apoio do governo do

estado que lhe forneceu um contingente de vinte homens armados sob seu comando. "Ai agora o jagunço que atravessava estava morto". Ganhou patente de Comandante, mas ele "era testa de ferro" das autoridades. Com essa autoridade ele saiu "catando" o pessoal, culpado ou não. Tocava fogo nas "taperas". Para não morrer os índios "debandaram" pelo mundo. Hoje, ainda tem ai os torrões das casas.

**... no fim da guerra...** Conselheiro desapareceu. Ninguém dá notícias. Outros fazem referências ao testemunho de Manoel Macambira, contando que ele morreu numa explosão da "peça", num canto da igreja. A parede caiu por cima. Com a "peça" (também chamada matadeira), logo que deram o primeiro fogo, derrubou parte da igreja por cima das pessoas. Com essa coisa preparada, era só apontar para a igreja, pois os jagunços, faziam o "apadrinhamento" deles era na igreja. Achavam que dentro dela nada acontecia. "Os índios do Massacará era só escutando o ronco da peça, com ela só escapou quem correu". No "cerco", não podiam mais entrar com comida. Morreram de fome. Vencida a guerra, o Coronel José Américo condenou os índios. "Mas os índios viviam nos grupião". "Nunca vi dizer que índio fulano foi lá". Com essa "queixa", ele destruiu tudo e "arribou" com todos os índios acusando de jagunço e "dá de conta da caboclada, caboclo corre pelo mundo - sobram poucos por aqui". "Tem caboclo daqui espalhado por esse mundo todo". A Ilha, José Américo, tomou conta dessa "quadra em diante". E até hoje, o Ari está dentro dela. O "esvaziamento" foi da guerra para cá. Essa guerra mexeu com meio mundo, caboclo correu, mexeu com muitos Estados. A "peça" veio da Alemanha. Hoje, o dinheiro que o "Brasil" deve, diz que é dessa peça - que veio para ser paga em ouro, não tinha mais, ai ficou sem "durda" para pagar a "prêmio", "via o povo contar, mas não era daqui não, era de longe". No fim, o "rio era sangue do povo e a serra de cuscuz era o pessoal arrumado enriba uns dos outros, foi isso que aconteceu".

## Considerações finais

Depoimentos de não índios apontam também para a participação dos índios Tuxá de Rodelas, tendo Manoel Quadrado como "chefe". Este, em Canudos "tratava de ferimentos, dava remédio, rezava dores, ficou como se diz, médico, ele era menzinheiro, "curador dos baleados", Natuba<sup>9</sup> "alimpou". Os índios de Natuba pelos relatos, foram em massa para Canudos. "As rezadeiras de lá eram muito boas, chega retombava", "Francisca era de lá, ganhou até um rosário do Conselheiro e andava com ele no pescoço...". Os depoimentos abordam modos completamente diferentes no relatar a participação em Canudos. Os Kiriri, apesar de compreenderem o grau de perda que tiveram como povo, contam com orgulho que o primeiro a morrer foi um índio. Os índios tinham em Canudos sua rua e também suas rezas. Os pajés usavam a "ciência" para a defesa de Canudos. Entre os Kaimbé, uns assumem a ida para Canudos, outros não. Esta atitude é explicada por eles mesmos quando atentam com detalhes para a ação de terror implantada pelo Coronel José Américo antes e depois da guerra. A caminhada para pegar a madeira eram sublinhada como momentos fortes em que a comunidade canudense mostrava o seu fervor e fé e ao mesmo tempo, a cada dia, a eles se juntavam mais pessoas. Alguns depoimentos indicam também que havia simpatizantes que não querendo ir para Canudos ajudavam um pouco pela estrada com as madeiras: "carregavam um pouco e depois voltavam para suas casas, não iam para Canudos não". Como diz Zacarias, era uma santa alegria. A questão da divisão da comida é sublinhada pelos dois povos, "...homem dá comida a tanta gente". A fome existia, mais na guerra. Relatam que nas imediações de Canudos as terras não serviam para o plantio, as pessoas buscavam trabalho fora ou iam buscar nas suas áreas de origem o essencial - COMIDA.

## NOTA:

2. Os Kiriri - localizados no município de Banzaê, povoado de Mirandela, apresentam uma população distribuída em núcleos próximos a esse povoado, sede da missão jesuíta que ali os reuniu no final do século XVII (Leite, 1945). Com a eleição do Cacique Lázaro Gonzaga de Souza, em 1972, inicia-se um trabalho de reorganização. Preocupados também com a perda das tradições buscam, junto aos Tuxá de Rodelas, ajuda para "assentar" o trabalho do Toré e a "ciência" com fé nos "encantados" (seres sobrenaturais de papel destacado no conjunto de crenças Kiriri).

3. Os Kaimbé - no Sertão, município de Euclides da Cunha, povoado de Massacará. Habitam em núcleos, tendo como centro da aldeia o povoado de Massacará. Desde 1866 Camello de Souza Velho e José Américo, já encabeçavam acirrado cerco sobre os índios, inclusive recrutando-os à força com a opção de irem para os campos de batalha no Paraguai ou trabalharem de graça para Camello. Em 1873, esta aldeia chega ser considerada extinta pelo Diretor Geral dos Índios sob pretexto de ali não existir quantidade suficiente de índios que justificasse a existência da mesma. Na região, destaca-se o Coronel José Américo que tem ampla participação nos acontecimentos relativos à guerra de Canudos e como acirrado perseguidor de índios. A tradição oral dá conta do estado de penúria em que se encontravam os índios, utilizados como mão-de-obra em suas próprias terras. A partir de 1940 que os Kaimbé começaram a movimentar-se em busca dos seus direitos, com o importante apoio do Pe. Renato Galvão e em 1949, é implantado o Posto Indígena Kiriri, com responsabilidade, também, de atender aos Kaimbé. Oito anos depois, em 1957, é implantado um Subposto em Massacará.

4. Bendó: área de mata, ao sul de Mirandela

5. Segundo os Kiriri, primeiro sangue derramado é índio.

6. Esse relato demonstra que para os Kiriri de hoje apesar de conhecer as orações que a igreja ensinava; estes tinham uma forma própria ligada a suas origens culturais.

7. Manoel Quadrado: segundo vários depoimentos de não índios é Pajé dos índios Tuxá de Rodelas. Euclides da Cunha (1975) em sua caderneta de campo refere que este morreu em 22 de setembro de 1897.

8. Primeira noite dos caboclos - Os Kaimbés, como costume, também prepararam com zelo a primeira noite do novenário da festa da Santíssima Trindade, sendo o ponto alto "o ritual da bandeira" que implica em preparar "um mastro de madeira e dois ramos de liculizeiros" que são arrumados com esmero e, no dia da primeira noite, antes de escurecer, esse mastro é elevado com acompanhamento de zabumba para a frente da igreja, onde é hasteado até o final das festividades.

9. Hoje, Nova soure.

## MOVIMENTO HISTÓRICO DE CANUDOS

resgate a partir do olhar da experiência

Enoque José de Oliveira

“Pe. independente”

Na década de setenta, acompanhei várias ocupações de terras das populações de Salvador, em busca de um lugar onde morar. Na impossibilidade de pôr em prática um projeto alternativo de pastoral nestas invasões, me foi sugerido de procurar uma região onde fosse possível concretizar este sonho. Em 1981 fui convidado para trabalhar no sertão e subir “o Monte Santo, para redescobrir o Conselheiro”.

### Monte Santo

Dom Jairo Rui Matos, bispo da diocese de Senhor do Bonfim concedeu-me uma temporada em Monte Santo, que batizei de “Santuário da Fé e Paraíso da Grilagem”, com a finalidade de solucionar conflitos de terra. Assim, deixava uma região conflitiva e integrava-me a outra, tendo como pano de fundo no mar quanto no sertão, a questão da terra.

No Piquaraçá, atuava monsenhor José Dias, envelhecido na postura pastoral, mas inofensivo. Isolado, dedicava-se à celebração dos sacramentos. Estava sob o fogo cruzado: a igreja queria descartá-lo e o poder político utilizava-o para suas manobras sujas. Com ele, atuavam quatro freiras espanholas, abismadas naqueles confins, onde haviam iniciado um trabalho comunitário. Tinham boa vontade, faltava-lhes

entretanto elementos para compreensão da cultura e religiosidade do povo. Numa área tão conflitiva deixavam-se conduzir pela emoção. A inexperiência impedia-lhes de ter clareza política dos desafios, tornando-as prisioneiras da rispidez do sol quente, impedindo-as de dinamizar um projeto pastoral capaz de aglutinar as massas camponesas no combate à injustiça generalizada.

Nesse clima, penetro na caatinga para o primeiro encontro pessoal com o sertão bravio acossado pela seca. Pisei naquele solo consagrado pelo terço e o bacamarte, à hora da Ave-Maria, em que o menino Bastinho tocava com a santidade de Timotinho do Vaza-Barris. Mirei o lugar, era lendário. No sopé da paisagem esboçava-se a montanha silenciosa, calvário sertanejo abraçando a pequenina cidade. Clareando aquele postal agreste exibiam-se as muralhas embranquecidas do Conselheiro como a elevar as noturnas preces do estranho romeiro contemplando aquele pedestal místico da Divina Santa Cruz. Bateu-me a sensação de haver encontrado um tesouro magnífico. Ali começava o definitivo aprendizado conselheirista.

### Monte Santo de múltiplas contradições

De um lado, camponeses, beatos e cangaceiros. Do outro, clero, fazendeiros, militares. Monte de Apolônio de Todí disseminando o catolicismo burguês instrumento de sujeição das massas camponesas e Monte do Beato Conselheiro, devoção talhada em ferro e brasa, elevando a fé com seus conselhos humanitários. Monte dos revoltosos da coluna Prestes, de Lampião e Monte das volantes assassinos. Monte do padre Berenguer, chefe político preocupado com a saúde do povo, enquanto recebia as oferendas da grilagem, e Monte de Glauber Rocha tangedor de imagens, que desafiou as forças do maligno e sentenciou o mais novo auto da terra depois do Conselheiro: a terra não é de Deus (dos vigários); nem do Diabo (coroneis) a terra é dos homens (camponeses) buscando na mística guerreira dos beatos a força transformadora da vida e da arte. Mas foi Edvirgem Rosa Cardoso, a princesa do Saco Fundo que melhor cantou as grandezas de Monte Santo: "tinha que ser o maior, a primeira comarca sede da nova diocese,...

<sup>1</sup>ev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2 n.2, 1997

Conselheiro seu profeta santo, porque ele só queria a monarca" (república de Canudos)<sup>1</sup>.

Largado naquele sertão do mundo, teatro da guerra contra Canudos, descobri que aquela cidade aparentemente ignóbil, servira de quartel general da maior guerra camponesa do século XIX. Cidade mística, não exorcizara sua culpa, ignorando o vaqueiro e o tangedor. A fé lhe dera o carrancismo por tributo às feridas. Era o monte de deslavados planos traiçoeiros contra aquela massa tremenda subjugada pelo carro-pipa. Mirei o sobrado (prefeitura e a cadeia pública) e em minha mente movimentavam-se imagens dos estrategistas militares planejando as operações de destruição de Belo Monte. Quanta história viva! Unimo-nos à Isabel Anunciação Vanda (Monte Santo), Edésio Lima (Cumbe), Pedro Peixinho (Uauá) e cortamos aqueles grotões redescobrimos os sussurros do misterioso Cocorobó, tementes da advertência da sobrevivente Maria Avelina "para que adianta estar falando dessas coisas. Já passou" (Tavares, Odorico -50 anos depois)<sup>2</sup>.

Movia-nos a idéia de resgatar Canudos, denunciar os culpados, exigir justiça. Mas a justificativa maior para mexer naquela chaga aberta nos céus da caatinga, era transformar a realidade do mundo camponês e dar-lhe identidade. A fé nos seus rompantes inexplicáveis inspirou-me o "Pai Nosso da América-Latina":

*"Pai ó Pai nosso quando é que esse mundo será nosso?"*

- *Pai nosso dessa América ferida, ah vida, quanta aflição*
- *Pai nosso quando vem a liberdade dos povos destas Nações.*
- *Pai nosso quando a terra será nossa dos pobres das multidões*
- *Pai nosso quando o mundo será nosso, dos povos, sem divisões"...*

*(Música da Missa de Canudos)<sup>3</sup>.*

Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2 n.2, 1997

## Qual a referência de Canudos na região?

Em 1982 visitamos o povoado do Rosário (teatro da guerra). Não tivemos autorização de entrar na capela para falar de Canudos. Os padres da diocese de Bonfim temerosos de abordar o assunto irritaram-se com a iniciativa do resgate. Uma das filhas de seu João de Regis, rama dos Guerra, afirma que há dez anos odiava Conselheiro "porque aquele assassino tinha matado muita gente" (pesquisa 1996)<sup>4</sup>. Em Chorrochô, na novena de Senhor do Bonfim, Afonso, preocupado com a memória histórica do município é proibido pelo vigário local de falar sobre Conselheiro no templo religioso construído pelos canudistas<sup>5</sup>. Havia temor de tocar naquele episódio. Para uns era história de carochinha, para outros lembrava o ronco dos canhões. A lembrança da guerra soava atroz, como se evocasse o martírio que ali se reproduzia nas milhares de crianças assassinadas pela escassez d'água. O espantoso da morte soava como uma ferida canudista que reproduzia flagelo. Como superar aquele medo das armas misturado à propaganda anticomunista pregada pelos adeptos da ditadura militar? A ideia de que os comunistas "comiam crianças", tomavam as terras e acabavam com a fé, a estrutura mental do mundo camponês associava essa realidade ao massacre de Canudos. Por que éramos comunistas, não pudíamos entrar na capela do Rosário.

Debaixo dos umbuzeirais, em barracas, capelas, casas de farinha, os camponeses em assembleia foram tirando as prioridades do trabalho: defesa da terra livre para o bode se criar, terra para trabalhar e morar, criação de açudes, vivência profética do evangelho incorporado à religiosidade popular, denúncia aberta contra a injustiça generalizada, defesa de escola, etc. Assim, nascia o Movimento Histórico de Canudos, nas cercanias de Monte Santo e região, originado no trabalho das comunidades populares, formadas à sombra da igreja oficial, sofreram resistência do clero desde o nascedouro. Os padres não tendo o direcionamento teórico-prático do movimento, viram-no com reservas. As igrejas protestantes caminhavam à distância. Aquilo era "política".

## A divergência com o clero

O movimento defendia o máximo de participação dos camponeses nas assembleias, cujas decisões coletivas deveriam ser soberanas. Os padres defendiam que a hierarquia tinha a palavra principal. Na nossa visão o novo Canudos não podia ser administrado por uma hierarquia, que o destruiu. O direcionamento devia ser dos camponeses.

Na questão de encaminhamento dos conflitos de terra, defendíamos que os camponeses deveriam decidir o rumo dos seus confrontos. Os padres adotavam uma postura técnica e legalista. A predominância dessa última tendência resultou em saldo trágico para o movimento camponês e para centenas de famílias que perderam suas terras.

Desse modo, o resgate de Canudos, incorporado à vivência dos camponeses gerou um progressivo afastamento (na praxis) das dioceses ao trabalho de Monte Santo. Envolvida naquele quadro novo que o clero não desejava, a Igreja viu-se entre a cruz e a espada: ou apoiava o trabalho das comunidades de Monte Santo associado ao resgate de Canudos e se expunha a um embate aberto e claro com a justiça, latifundiários, políticos, ou se juntava a eles para combater o trabalho. Optou-se pela saída de 1897.

## A Formação das Comunidades

Como ponto de partida, urgente seria criar as comunidades autônomas, democráticas, com poder de se reunir livremente. Deveriam nascer com uma missão específica: dinamizar o movimento histórico de Canudos, através de um conselho camponês, originado nas roças, de difícil acesso à vigilância do cabo eleitoral e onde também funcionaria como coordenação local. E foram surgindo em todo município. Cada comunidade recebiam os textos bíblicos e passavam a se reunir livremente. Inspiravam-se nas experiências bíblicas, mas também lhes fora mostrado, que à beira do Vaza-Barris os camponeses construíram uma belíssima comunidade onde a terra, o bode, a água do rio,

as roças, a cidade, foram administradas em comum pelos camponeses que não aceitaram polícia, juiz, padre e coronel, representantes da classe dominante. Fora do município de Monte Santo, mobilizavam-se as pessoas através dos conflitos de terra, em combinação com as lideranças leigas.

Por que os camponeses de 1982 responderam rapidamente ao novo chamado? por que esperavam um Messias, para lhe salvar da miséria e implantar um mundo novo (messianismo); um rei salvador com seus exércitos para aplacar a ira dos prefeitos e grileiros contra o povo humilde e substituí-los ao combate da miséria (sebastianismo)? Como tentavam explicar as razões por que os camponeses acompanharam o Conselheiro. Não!. Novamente na mesma região os camponeses assumiram o novo Canudos, movidos pelo misticismo sim, agora transformado numa força combativa, porque ali encontravam-se respostas concretas aos seus gritos mais profundos. Agora como em 1897 os "fracos" se faziam fortes e administram suas lutas. Derrubavam cercas, encoivaravam grileiros, desafiavam autoridades, questionavam o bispo e se reconheciam legião de irmãos comunizados.

## Reação do Coronelismo e da Igreja

Ficava patente entre uma agressão e outra dos setores conservadores e reacionários, que não era possível resgatar Canudos sem um amplo e forte movimento camponês. Em seis meses o bispo pedia a paróquia. O prefeito Tota, descendente do primeiro intendente de Monte Santo, cel. João Cordeiro, do Acaru, executor da linha política do Barão de Gereboabo, arrebatado pelo espírito repressivo de João Cordeiro, Tota (Antônio Cordeiro) partia para o ataque frontal ao trabalho. Exibia um barril de gasolina para atear fogo nas lideranças. Nem sabia o inexperiente prefeito, que seu ancestral compartilhara com o exército, praticando o mais vil ato de terrorismo, jogando dinamite e querosene nos templos religiosos de Canudos e nos subterrâneos, onde buscavam água os conselheiristas que resistiam contra as elites representadas ali pelo exército brasileiro. O candidato do PDS-2 o Sr. Ariston Correia Andrade, qual jararaca roedora de suas presas, execu-

tava o hino do Senhor do Bonfim, fingindo espertamente de simpatizante do trabalho popular, tática que lhe valeu a vitória nas eleições de 1982.

## O Aprendizado dos camponeses - 90% analfabetos

O movimento estruturado a partir da vida concreta das comunidades, possibilitou aos camponeses extrair das lições de suas próprias de luta. Desse modo, eles iam reelaborando sua visão de mundo. O instrumento material das discussões era o evangelho e a vida. Desse binômio os camponeses iam formulando sua teologia. Elaborando uma nova leitura de Deus e do sertão, inspirados na realidade material e religiosidade popular, puderam explicitar sua visão do Canudos do Vaza-Barris. Interpretando, teorizando, levantando hipóteses e aproximando-se da "verdade histórica" do movimento conselheirista:

- "Antônio Conselheiro, acho que seja qualquer um de nós que queira ser. Porque se nós faz a vontade que ele fazia, somos Antônio Conselheiro. Porque ele era um homem que gostava muito de dividir, de compartilhar com os pobres por isso os grandes que estavam lá no poder derrubaram com ele. Até que mataram. Mais a luta não se acabou, ficou continuando ainda mais forte" (Maria das Virgens, Muquem)º.

- "Nós temos que ter fê em Deus e lutar pela terra e gritar dentro da terra; pode arder o que arder, pode até correr sangue, mas nós enfrenta. Porque quem nos ajuda é Maria Santíssima. Quando ela disse que tomava o direito dos grandes para dar prós pobres é porque ela não é mulher mentirosa. Ela é firme, está ai para ajudar os filhos dela" (camponesa jovem do Muquem)º.

- "Então companheiro ... a gente lutou numa batalha muito forte e conseguiu aqui esse barraco para projetar nossos trabalhos pra que nós decida. Como vai a grilagem? Vai mal. Então aqui nós decide. Pra que nós tire pista de chegar até os órgãos competentes do governo do estado ou do Presidente da República para que nós tenha

vez e voz. Isso aqui não é um benefício de eu só. É de todos. Para que todos tenham um dia de vida melhor, pra ver se nós colhe uma água-da aqui na nossa fazenda... Quando a seca vem, nós se desloca daqui duas léguas, para nós ver uma lata d'água na cabeça. Ou então passa a noite, para nós ficar esperando uma gotinha d'água suar numa cimbra"<sup>8</sup>(Máximo, Muquem)

- "Popular para nós foi a luta de Antônio Conselheiro. Popular para nós é fazer o mutirão. E nós darmos as mãos erguidas. Abraçados a todos. Popular precisa ficar muito importante.

Jesus disse no Evangelho. De onde vem as grandes guerras? Vem de vocês? A guerra não vem de nós. Vem dos politiquinhos. Daqueles que manda na polícia. É nós que bate na polícia ou é a polícia que bate em nós? É nós que tomamos a terra ou é o grileiro que toma a terra de nós. É nós que explora os ricos ou os ricos que explora nós. É nós que toma o direito da criança ter escola; ou é os ricos que prende, fecha os hospitais, cobra grandes impostos e quando acaba não nos dá o direito. É preciso que nós entenda, que nos respeite, que a luta de Antônio Conselheiro era em cima disso, para nós ser livres, independentes. A nossa luta é essa. Quando uma pessoa disser que popular é inútil, essa pessoa é um safado".(Zé do Jardim)<sup>9</sup>

Os quatro depoentes recuperam a linguagem belíssima dos camponeses de 1897. Nota-se que nunca frequentaram escola, porque em Monte Santo, como no sertão de Canudos, o analfabetismo impera qual praga devoradora. Conseguem situar o seu mundo, o estado, a terra, personagens bíblicos. Distinguem o que é oficial do popular e exprimem a consciência da origem das guerras, da grilagem da exploração dos impostos, da ação violenta da polícia e de como o estado os desrespeitam. O Canudos popular vem de Antônio Conselheiro e sua prática. O grito de rebeldia da camponesa jovem, anteriormente citado só podia assustar quem está no poder! Nos depoimentos os entrevistados apresentam idéias de seu aprendizado concreto, onde mesmo sem escolaridade, elaboram uma visão crítica de seu país, da exploração do sertão e expressam a convicção de que só pela luta e união, acreditam realizar os seus sonhos.

- "Aconteceu uma guerra cruel aqui pertinho da gente. Então era importante rever essa história. Dizem que Antônio Conselheiro era louco, fanático, vamos ver se é mesmo? Por que essa experiência foi combatida? Por que veto o Exército do país para acabar com isso aí? Qual a importância disso aí? Então a gente foi revendo a história. Que hoje a gente compara com a nossa. Quando o povo começou a se organizar aqui, também foi combatido, estão sendo combatidos, até... mesmo pela Igreja. Então é uma história que tem muito a ver com a gente. Canudos está profundamente ligado a vida do povo". (Givandete Evangelista dos Santos, professora primária)<sup>10</sup>. O depoimento da professora animadora da comunidades, destaca a preocupação com a revisão histórica. Quem diria! revisão a partir dos olhares dos oprimidos. Realça a busca de identidade com aquele povo do Bello Monte. Entende que através do trabalho atual foi possível compreender a comunidade de Canudos. Explica que o trabalho de hoje possibilita responder a certas dúvidas sobre o mistério de Canudos. Esclarece que há uma continuidade histórica, uma relação íntima entre Canudos velho e o novo e que este é um assunto do povo campones.

### Primeira Missa Popular de Canudos

O período ocorrido entre 1982-84 consolida e amplia o movimento de Canudos. A coordenação do Movimento decidiu celebrar a primeira Missa pelos mártires de Canudos em 28/07/1984. Divulgada na imprensa, a reação foi imediata. A Rádio de Casanova em dois programas combate a iniciativa da missa. A Rádio Grande Rio de Petrolina afrontava: "será que o padre Enoque ainda quer outra guerra de Canudos?" os prefeitos da região de Monte Santo, Uauá, Cumbe, Cocorobô, se mobilizam. Distribuem alimentos, proibem seus liderados de participar do evento.

## O Editorial

A 26 de julho de 1984, véspera da realização da missa, o Jornal A Tarde, desponta com o editorial "Preparando a Guerrilha" diz: *"Infelizmente alguns sinistros personagens do chamado clero engajado do pensam de forma diferente e apresentam os fatos como consumados e definitivos, servindo para seus objetivos políticos ideológicos, porém abrindo uma frente de divergências com as Forças Armadas (mas precisamente o Exército que enfrentou Canudos) num momento de instabilidade política nacional e tendo como cenário a região que se apresenta como a maior vítima da atual crise econômica do país - o nordeste, e, no coração do nordeste, o tórrido sertão da Bahia. Os indivíduos que preparam tais manifestações de histórico caráter re-vanchista se apresentam como elementos de sindicatos, padres, dirigentes de partidos políticos, bispos - intelectuais, poetas. A cerimônia de sua parte tem um estranho colorido sacerdotista, qual seja os três momentos de Canudos: O nascimento, a guerra e ressurreição. Antecedendo a festa magna, a paróquia de Monte Santo promoveu debates, orações e vigílias, em torno de Canudos. Seria melhor que ficasse o programa limitado aos debates. Afinal temos convicção de que Canudos é ainda um assunto para estudos e não para justificar atividades militantes que tem um claro objetivo de desestabilização do campo. Não temos dúvidas de que se a sociedade urbana tem alguma coisa a ver com Canudos, deve manifestar-se nos círculos universitários, no âmbito dos estudos da história. Porém remontar o cenário de Canudos invertendo os fatos e apresentando uma versão tendenciosa da figura de Antônio Conselheiro, não tem cabimento. No fundo não passa de uma provocação, que caberia ser abortada pela hierarquia da igreja, instituição que ao longo dos tempos, sempre combateram com o crucifixo e o rosário, as manifestações messiânicas de fanatismo"*<sup>10</sup>

O editorial em verdade era uma tentativa de impedir a realização da missa, que significava de um lado a marcha do resgate de Canudos, e de outro a ebulição do movimento camponês na região de

Monte Santo e cercanias. E da o tom de recado: "Engana-se os que apresentam os fatos como consumados"<sup>11</sup>.

Nas entrelinhas o editorial quer dizer que não é tempo de se pensar no resgate de Canudos e, quando isso tiver que ser feito, que seja pelas mãos das elites intelectuais, nos círculos universitários, como assunto acadêmico. Porque Canudos ainda é propriedade do Exército, que o destruiu. Afinal, o silêncio deve ser a compensação para o crime cometido. Canudos é assunto para estudo. Assunto encerrado. Tema maldito. Deve ficar escondido no fundo do Açude mas não era isto que estava sendo programado no sertão. Como admitir que o resgate pudesse ser construído por um bando de tabareus de Monte Santo e região? isto é "provocação" ao regime militar. Será esta mesma elite que tem que dar a versão do Bom Jesus Conselheiro. Fora dela "será uma versão tendenciosa... Não tem cabimento". E apresenta Antônio Conselheiro como "Profeta e Caudilho". Eis a versão real para que se evite a reedição de outra "epopeia do fanatismo".

O jornal ainda tenta induzir Monte Santo a parar os debates e chama a alta hierarquia da igreja para impedir aquela "manifestação messiânica de fanatismo". Insiste: "Não será uma Missa qualquer". Porque se em 1897 Canudos estava querendo desestabilizar o novo regime, agora o Movimento do resgate quer "desestabilizar o campo" amparando-se o jornal no mesmo discurso de 1897.

Sabia-se na Bahia que a missa era iniciativa exclusiva de Monte Santo e lideranças leigas da região. A diocese de Juazeiro não participou da coordenação do movimento, não colaborou economicamente, não levou o povo, mas o jornal joga cizânia num "padre italiano" e na diocese de Juazeiro, negando a liderança leiga e camponesa na concretização do evento.

O editorial produziu forte efeito psicológico no sertão, traduzindo-se no temor dos padres, quanto nos insistentes apelos do bispo para que "caisse fora disso". Tarde demais. A missa se realizou com clima tenso. Crianças camponesas ficaram chorando "porque os seus

país iam morrer na guerra". A missa marcou um salto na história interrompida do movimento conselheirista. Rompeu com uma postura localizada do tema. Foi um marco: antes, só os intelectuais em círculos restritos estudavam Camudos. Depois dali o mundo camponês incorporou a discussão, num claro protesto contra a apropriação intelectual de Camudos como peça de decoração do passado. A partir dali a abolição do tema pode ser proclamada na crista da Canabrava. O mandato do medo foi rechaçado. Camudos é palpável nas mãos camponesas. Mastigado no pão simbólico da liberdade. A multidão inaugurava uma nova fase da religiosidade profética proclamando as tabuas das leis e decretos do novo Camudos do Povo. Aquelas águas tinturadas pelo chumbo da artilharia e pelo sangue dos mártires, evocavam o cenário bíblico e um arco-íris corta os céus de Cocorobó, sacramentando o acontecimento. Estava lançado o Movimento de Camudos com um grito solene:

*"Camudos não Morreu".*

*Alegria povo meu  
Pois Camudos não morreu  
Está vivo na união  
Tá na fé no coração, no coração.*

*Tá no homem na mulher  
Tá na flor da minha fé  
Tá na terra na alegria  
No amor na rebelião...*<sup>17</sup>

A programação se desenvolvia com a realização de assembleia e celebração de manhã. Pela tarde a cantoria. As canções cortavam as águas sagradas. Os céus abriam-se em preces. O Vale dos Degolamentos trespassado por aquele hálito e o Vale das Quixabeiras consumiam aquele doloroso momento. "E quando o sol cai em Camudos" despedimo-nos do Cocorobó, com um grito selvagem da música

*Deixem-me Viver.*

*"Deixem-me viver, deixem-me falar  
Deixem-me crescer, deixem-me organizar.*

*Quando eu vivia no sertão  
Aos pés de quem devia me mandar  
Gemia calo e dor nas minhas mãos  
A canga era pesada pra levar.*

*Camudos outra vez vai florescer  
A vida como um galho vai frondar  
A luta pela terra gera o pão  
Amores vão de novo começar...*<sup>18</sup>

#### Repercussões da Missa:

A revista *Veja* analisou como "Missa ao Herege". Referiu-se ao Conselheiro como "Chefe do movimento messiânico, ... fanático religioso" (*Veja* 8-ag-1984)

*- Espalhou-se no sertão de Camudos uma publicação apócrifa, repudiando a missa e qualificando os organizadores do evento de "Terroristas, criminosos, maníacos os autores daquela orgia demoníaca: Negro momento após 1987".*

*- O Jornal de Brasília, fez-se porta-voz do Movimento de Camudos e dizia: "Como Camudos oferecia trabalho e acolhida para todos os empregados das fazendas, verdadeiros escravos, os retirantes e lavradores começaram a deixar os locais onde moravam e trabalhavam para viverem em Camudos. Com isto os fazendeiros iam perdendo os seus servos. A perseguição não demorou a vir" e continua, "O Movimento de Camudos lançado no Cocorobó. Um movimento que já começou a nível regional a sofrer sérias acusações inclusive a de estar preparando o revanchismo político (Jornal de Brasília 12.08.1984).*

- A revista *Retrato do Brasil* fala de "Crenças da miséria, messianismo" e conclui: "A Igreja progressista de Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro, na Bahia reorganiza o mistério de Camudos". A revista também não conseguiu admitir que o resgate de Camudos não é obra da alta hierarquia da igreja e elege seus ídolos como responsáveis pela "reabilitação" de Camudos. Insiste na versão de Messianismo, perde a oportunidade de encarar Camudos como Movimento camponês e dar nome aos bois (*Revista Retrato do Brasil*, p. 101-103).

1985-86 foram os anos de articulação do Poder Político e da Igreja para por fim no grito do povo.

### A Conscientização

O jornal *Tabuleiro*, edição de 24.7 a 28.08 de 1985, página 7 relata: "Uma verdadeira guerra foi desencadeada a partir do mês de maio-1984. Pressões de toda ordem para se tentar denegrir... o trabalho de conscientização. Em 12 de março de 1984 a Câmara de Vereadores aprovou uma "Moção de Desagravo e Repúdio" contra o vigário de Monte Santo, considerando-o "Persona non Grata". Na quinta-feira santa desse ano o padre fora ameaçado de morte caso acompanhasse a Procissão de Senhor Morto e por isso não pode participar do ato religioso (...)

- Grupos liderados pelo filho do delegado arrombaram a porta da Matriz tocaram o sino da igreja e soltaram fogos em grande quantidade.... As perseguições continuaram e se estenderam também a pessoas que faziam parte diretamente do trabalho (grifo nosso). O prefeito municipal começou a demitir funcionários da prefeitura que se manifestavam a favor do movimento

- Quem participa da comunidade de base, Movimento de Mulheres, Oposição Sindical, Irmandade da Santa Cruz eram discrimina-

dos no atendimento médico, quando necessitavam dos serviços do hospital de Monte Santo" (*O Tabuleiro* 24.07 a 28. 1985 p 7)

Percebendo que as ameaças e difamações não estavam surtindo efeito o prefeito arma um plano mais ousado. Amparado num alvará expedido pelo juiz Antônio Oliveira Martins, se apropria de dois imóveis da Paróquia com o claro objetivo de tirar os abrigos das multidões que vêm a Monte Santo nas Romarias, Missão da Terra, Assembleias. Em resposta a mais um ato de truculência do prefeito, foi preparado dia 10 maio 95 uma manifestação de repúdio a apropriação dos imóveis tomados. A procissão guerreira percorreu a cidade e os fatos foram denunciados. Como estava marcada uma audiência do juiz com onze pessoas das comunidades, o cortejo para em frente ao Fórum. O juiz não cumpre o trato e num golpe sujo manda-me chamar e de revolver a mão tranca-me na sua sala e sob ameaças, da-me ordem de prisão, alegando "desacato a autoridade". Para angariar apoio declara para o presidente da Associação dos Magistrados da Bahia - AMAB "única entidade que se pronunciou contra o Padre e em favor do ato de prisão do juiz, através do seu presidente Mario Albani" (*Jornal do tabuleiro*, 24 a 27.08.95). Afirmando que "o padre foi preso por ter chamado o juiz de corrupto, em audiência no fórum da cidade... sendo que o padre ofendeu o juiz na presença do promotor público de Queimadas... O Presidente da Associação dos Magistrados da Bahia acredita que a atitude do juiz foi correta e disse que se solidariza com o companheiro" (nota da AMAB A Tarde 11 maio 85 p 13). Fiquei cinco dias no Quartel de Bonfim e fui liberado em Queimados pelo mesmo juiz sob as seguintes condições: "Não celebrar missa na roça, não falar publicamente, não participar de passeatas, não se ausentar da cidade sem autorização do juiz". Dias depois após a prisão fui chamado a Senhor Bonfim e, numa reunião com oito padres presidida pelo bispo, acusaram-me de comunista e estava usando a Igreja, sendo aconselhado a deixar imediatamente a paróquia. So o vigário de Senhor Bonfim, Pe. Luis não se pronunciou. Entendi o objetivo da reunião e como não tinha como me defender, propus que se instaurasse um inquérito sobre o meu passado, que publicaria o veredito. O rastreamento foi feito pelo

bispo. Não encontrando ligações direta com partido de esquerda o bispo, farsaicamente, silenciou sobre as investigações.

O plano do prefeito abortou, mas conseguiu acirrar a posição da igreja. Na Missão da Terra (13 set 1985) os romeiros retomam os imóveis sob o olhar inflexível dos vinte policiais armados dando proteção as tropelias do prefeito.

“O encontro da Missão da Terra visava a discussão da reforma agrária e constituinte. Fieis dos recantos mais distantes do sertão marcaram suas presenças... Ao lado da Igreja ouvia-se anunciar o filme ‘Deus e o Diabo na terra de Monte Santo’ tudo isso foi feito para desviar a atenção do povo e esvaziar a Missão da Terra. O encontro tornou-se uma das maiores manifestações já vistas no sertão após a morte de Antônio Conselheiro. Uma cruz carregada cuidadosamente por um fiel arrastava a multidão depois de ocuparem os imóveis...” (O Tabuleiro, out 11 1995 p 7).

## O Papel de Monte Santo A questão da terra se repete

Com a força popular das comunidades, Monte Santo tornou-se importante foco de ebulição do movimento camponês, no sertão nordeste da Bahia, liderando o confronto oligarquia-povo. Um dos momentos fortes dessa ebulição dava-se na Missão da Terra. Porque Monte Santo? Porque ali havia apoio popular às denúncias que os camponeses de Feira a Queimadas, Tucano a Jacobina, vinham expor sem medo de serem surpreendidos por bandos de capangas armados ou por diligências policiais. No centro daquelas manifestações, destacava-se a questão da terra. Aqueles novos levantes mostravam que no sertão de Canudos a questão fundiária sobrevivia intocável. O Estado não tinha interesse de enfrentá-la. Ao contrário, extinguiu a Secretaria de Reforma Agrária, delegando assim plena liberdade aos coronéis grileiros que contavam com a cumplicidade de juizes, delegados e prefeitos. Na essência dessas manifestações o mundo camponês manifestava sua

saudade da irmandade do Vaza-Barris. Aquela praça, outrora palco de grandes “romarias de tabaréus”, crentes nas promessas enganosas do Partido da ditadura militar, recebiam agora importantes concentrações de camponeses revoltos. Conscientes de sua luta contra a seca e seus derivados. Pois é, ela que na ponta desse iceberg do flagelo, batizado de indústria da seca, enfraquece e mata, exila e mantém o vínculo criminoso do chefe político com o “tabaréu crendeiro”.

Momentos inéditos, não dissociados da história passada. Essas grandes manifestações de camponeses eram a reedição de um único e mesmo sonho, vivido em Palmares, Contestado, Caldeirão, Aldeias, Ligas Camponesas. Os mesmos “sem-terras” construindo as transformações que o Estado emperra. Dissociar Canudos dessas lutas atuais é negar a história. Até porque, do lado de lá existe um encadeamento histórico que reproduz secularmente a violência. A luta pela terra, a crença na igualdade, a religiosidade guerreira, têm uma explicação única: é o camponês do Brasil, quais piratas sertanejos, assumindo suas causas e buscando respostas para o seu tempo. E estranho imaginar cada levante desses, como episódio estanque. O sangue derramado das crianças desnutridas, pela “seca de 77”, o grito do búzio de Pedrão convocando os guerreiros para as tocaias, é o mesmo grito do camponês de 1997 rompendo os grilhões de uma República neo-liberal, que mais parece uma lavra, que desova os filhotes e devora a maioria. São os mesmos deportados após a Guerra de 1897 que atravessavam as fronteiras da Pátria, teimosamente, brutalmente (não importa) construindo seu direito de viver.

## A Contra Partida

Ao tempo em que Monte Santo se afirma como trincheira das lutas camponesas, o prefeito local, médico Ariston Correia Andrade, que pretende transformar Monte Santo, numa roça de um único coronel, é imposto por forças superiores para combater o movimento camponês, articulando-se a longos passos no Nordeste da Bahia. Exímio

violador dos direitos públicos e individuais, “manhoso” na arte de “jogar a pedra e esconder a mão” tem sempre na ponta da língua a resposta escusa:

- “Não é verdade que as professoras leigas ganhem ordenados de 25 mil cruzeiros mensais e que este esteja atrasado 3 meses. As professoras leigas de Monte Santo recebem mensalmente 70 mil cruzeiros (3 horas diárias de aulas) e seus vencimentos estão em dias...

- “Não é verdade que eu considere inimigo as pessoas que reclamam seus direitos. A verdade é que existe nesse município um padre psicopata, por nome Enoque José de Oliveira que, encapuzado na condição de sacerdote não tem senão promovido agitações políticas a ponto de ser, nos dias que correm um tipo universalmente antipatizado e execrado pelo povo monte-santense”. (A Tarde, p. 10 29.06.85).

#### Respostas das comunidades:

- “Se o prefeito trabalha com tanta ‘seriedade, equilíbrio, honestidade’ como afirma na matéria paga como é que desempregou centenas de pais de família...?”

- Se o bom prefeito não persegue as nossas comunidades, por que proíbe missas, rezas, encontros comunitários, nos prédios escolares”...?”

Amparado numa ampla rede de comunicações para combater o movimento camponês e forçar as dioceses a extinguir aquele trabalho, o prefeito de Monte Santo com um aparato policial que dá suporte às suas tropelias para impedir as celebrações do movimento: “Depois que tomou conta do poder, o prefeito tem trazido constantemente polícia para amedrontar as lutas do povo. Em dez-1993, um tenente do exército veio investigar o trabalho, em abril-94, dez policiais armados de metralhadoras permaneceram um mês na cidade para impedir que os lavradores tomassem a diretoria do sindicato, em set.-1984, vinte agentes secretos veio vigiar a missa das comunidades (missão da terra). Sendo que um enviado do prefeito, o jornalista da “Tribuna da Verda-

de” e várias vezes o sargento da cidade havia tentado vigiar os grandes encontros da paróquia. (comunicação das comunidades 15 maio. 1985).

#### As Romarias Paralelas

Do ponto de vista religioso o prefeito compra dezenas de “imagens” para fazer suas romarias paralelas, obrigando funcionários públicos a compor o seu séquito extravagante. Monte Santo passou a ter duas romarias: a do prefeito e a da igreja. Numa dessas romarias de novembro o chefe Ariston trama liderar pela força a festa religiosa. Para evitar o confronto fomos obrigados a fechar as portas da matriz. Na calada, este larga as “imagens” na porta do templo e chama um jornalista aliado, para documentar a cena macabra. O plano era o seguinte: sob ameaça o padre não seguiria a procissão do Monte da Santa Cruz. Em baixo na matriz, impondo pela força suas imagens e lideraria a festa de Todos os Santos em trinta e um e primeiro de novembro. No dia 2.12.85 o Jornal A Tarde estampa a seguinte manchete:

“Padre fez Santos dormirem ao relento durante Romaria”

“Quando chegamos de volta no sopé da montanha vamos descansar nas escadarias da igreja... matriz. E aqui ficamos assombrados, os santos dormiram ao relento... pois foi o que aconteceu. O padre Enoque José de Oliveira, para muitos um psicopata, para outros político travestido de sacerdote, para a maioria um perdido... depois de terminada a procissão de todos os santos, não permitiu que os verdadeiros donos do templo entrassem em sua casa. Só acreditamos porque vimos e fotografamos todos abandonados na calçada, como um bando de malfeitores... Padre Enoque preferiu se fechar. Pior para ele. Não assistiu ao grande espetáculo que é a romaria de todos os santos em Monte Santo... Padre Enoque José de Oliveira com seu materialismo histórico, sua ortodoxia, Padre? (A Tarde 2 dez. 1985).

Um jornal de Serrinha interpretou a matéria da “A Tarde”: “Tinha tudo para acreditar... mas o que me deixou em dúvida foram os

ataques e o fato da matéria estar assinada... No artigo o padre é taxado de psicopata, materialista, pregador de doutrinas abertamente políticas e partidário do extremismo. Colocou-se no artigo até em dúvida a sua condição de padre. Eu imaginava que não existiam jornalistas extremamente reacionários... Se lutar por terra, para o trabalhador pobre do campo; protestar contra demissões praticadas pelo prefeito da cidade; lutar junto ao trabalhador por melhores salários; denunciar as corrupções e desmandos e acima de tudo, conscientizar o povo de sua real força e dos seus reais direitos é ser psicopata, materialista então o padre Enoque o é... Lamentável foi a atitude do prefeito, mas pior foi a atitude desse jornalista, que a troca de migalhas tentou prejudicar a imagem de um trabalho de conscientização de um povo. Povo este maltratado pelo sistema, relegado a planos distantes regado a miséria e migalhas, corroído pelo tempo e enganado pela esperança de políticos da marca do Sr. Ariston... (Tribuna do Nordeste, dez.1995 p.7).

## A Volta da Matadeira

“Novembro de 1994 um contingente do exército trazendo o canhão de Canudos para desfilar nas ruas e amedrontar o povo”. Denunciavam as comunidades em documento. Era o argumento supremo. Chegava do Quartel de Amaralina para ser exibida na feira de Monte Santo, a terrível Matadeira, tencionando “pavorizar” a região. Tinha-se ali um recurso extremo. A agressão estúpida contra o estado de direito daquele povo de se organizar livremente. Simbolicamente, tinha-se a impressão que a Ditadura se despedira do sertão. Imaginava-se que o rufar dos canhões tivesse encerrado seu ciclo. Aquele era um fato grave de abusiva agressão histórica. Visava dar um ultimato ao movimento camponês, nascendo ali sob os fragmentos de chumbo da artilharia de 1897. Agora já não era mais a corporação de polícia que vinha agredir, era o próprio exército com sua arma medonha metendo sua mão-de-ferro contra a luta dos miseráveis por terra livre para o tangedor abôia. Qual seria agora o argumento do combate ao movimento? Sequer faziam uma avaliação de 1897!. Esquecidos?. Quando naquela mesma praça as ordens do dia de Artur Oscar 19 de novembro

prometeram progresso aquela região?... as cenas de miséria, a agressão do prefeito, o desvio escancarado do dinheiro público, as terras griladas, nada disso comovia o pensamento militar. A exibição macabra, naquele cenário mostrava que os invasores de Canudos, não se renderam a tão falada civilização. Respondi aquela agressão com a música:

### “A Matadeira”

*Lá, lá vem a Matadeira  
Com seu dinamite  
Come ferro ôiá  
Lá, lá vem ela macia  
Lindos ódios de cria  
Armação do capeta  
Danação, trama de Dragão.*

*Olhai, bota pra quebrar  
No Coiqui, já matou no mar  
Oi, oi, oi, oi, já matou no mar.*

*Quer destrui nosso sonho  
Santuário de Antônio  
Tadim do sertão  
Mais ninguém vai deixar  
Macambira irá  
Intalá o Cão.*

A Matadeira voltou a Salvador, para tempos depois instalar-se definitivamente na praça do Piquaraçá, palco de sublevações. Simboliza hoje a presença repressiva da elite brasileira que tem tratado as lutas camponesas a ponta de baioneta e ao arrojio dos canhões.

## Uma derrota do Poder Político

Quatro anos após o resgate, o poder político regional que preservou a postura repressiva de 1897, deu sustentação a ideologia do regime militar, foi impotente para freiar o segundo Canudos do povo, “vira a casaca” e encara Conselheiro noutra direção. Se não é mais possível esconder o crime de 1897, danam-se atrás do prejuízo político. Ninguém quer ficar com o matulão da culpa e desembestam em busca de uma versão burguesa do Conselheiro: “os coronéis que proibiram o nome do conselheiro assumiram uma tática bastante inteligente para impedir a tomada de consciência do povo. Adotaram um Conselheiro carola (“O Estado de São Paulo, 15.8.89): substituem o nome da cidade do Cocorobó por Nova Canudos. Em Monte Santo o prefeito na sua histórica fuzilaria verbal contra o resgate popular, cria o Museu do Sertão que poderia ser uma importante fonte de pesquisa, mas depois foi por ele fechado. Adota um Conselheiro de madeira, exposto na praça e o exhibe na feira dos municípios. Quem diria! “É! Agora por causa das comunidades de comunistas para eu ganhar as eleições, sou forçado a andar com esse agitador pra cima e para baixo, chamando-o de Beato. Será que ainda consigo ganhar o povo?” Retrata uma charge do livro, Noventa anos depois Canudos de Novo<sup>14</sup>. No Cumbe atual cidade de Euclides da Cunha, distante 78 Km de Canudos o estado constrói o “Hotel do Conselheiro”.

## O Pagador de Promessas

A escolha de Monte Santo para as filmagens da mini-série, “O Pagador de Promessa” era prato desejado que a igreja esperava para aplicar o golpe mortal. “Recém-chegado à Bahia, Dias Gomes disse que encontrou na região de Canudos o misticismo necessário. A própria cidade de Monte Santo é histórica” (Folha de São Paulo 23.8.86). Dias Gomes manteve contato conosco. Foi a Monte Santo, ouviu durante 3 horas uma assembléia de camponeses, percebeu a força libertária do trabalho e escolheu Monte Santo para mostrar ao Brasil a questão central do campo: a terra e dentro dela o conflito: latifúndio - posseiro e seus desdobramentos. O misticismo que ele viu foi o relato

*Rev.Canudos.Salvador,UNEB,v.2 n.2, 1997*

dramático, recheado de violência contra os camponeses, mas que não dobrou sua altivez. Ouviu a novidade da região: a velha ordem coronelística de que sempre vence o poderoso, ali fôra quebrada. A escolha era o reconhecimento público da grandeza do novo Canudos do povo. Mas a luta de Monte Santo não ficou por aí: fomos a Jacobina desafiar a coivara do PDS, contra a defesa dos trabalhadores para se manter na terra; fomos a Caldeirão Grande abrir a igreja matriz fechada pelos Bezerra e que os padres vacilantes não quiseram aprender a lição de Monte Santo mantendo-a fechada. Fomos a Uauá, Tucano derrubar cerca de grileiros. Eis o misticismo da velha Edvirgens, esparguejando os ignóbeis. De Maria Gorda, desafiando os carrancistas. Da velha Honorata, orando contra “os Caifaz”.

Pouco tempo depois da escolha de Monte Santo, para as filmagens, a igreja manda ao Piquaraçá um bispo para conhecer o trabalho. Na visão de um jornalista tratava-se da reedição da missão Capuchinho de 1896. O Jornal “A Prensa” acompanhou a visita (25 a 27. ag.96).

## Depoimentos das comunidades:

*- “Nós trabalhamos numa comunidade pela força da união. A gente se reuniu pelo sofrimento que a gente vive. Nós estamos no que é nosso e quem vem de fora chega e diz: vocês não são donos. Aqui é nosso. Então nós estamos lá como num círculo, como agregados dos grileiros, que tomaram o que é nosso. A gente vive sofrendo. A gente precisa cozinhar e para isso precisa ir ao mato tirar pau-de-lenha, mas a gente não pode ir porque lá está cheio de pistoleiros. A gente vive assombrado de deitar e no outro dia não amanhecer vivo. Nós estamos andando sem ter onde pousar. Quem é forte tem o dinheiro, vai para a justiça, tem cobertura. Nós fracos não podemos andar porque não temos” (dona Rosa Maria da Silva, comunidade do Desterro).*

*Rev.Canudos.Salvador,UNEB,v.2 n.2, 1997*

O depoimento dramático dessa mulher é um dos casos citados em que a Diocese e a CPT, assumiram a direção do conflito substituindo os camponeses, enfraquecendo sua luta. São mais de duzentas famílias nesta fazenda.

- "Sr. Bispo: as crianças sofrem demais. Não existe prédio escolar. Elas estudam nas casas de farinha, nos depósitos de sisal. As crianças não tem merenda escolar, recebem apenas um livro só por ano, um caderno e um lápis. Quando vão a escola elas levam um punhado de farinha seca. Outras com apenas um gole de café. Quando retornam vem cegas de fome. Esse prefeito nega a merenda e troca por votos. Agora ele quer tirar as professoras, porque queria que elas assinassem como se estivessem recebido a merenda. Esse prefeito queu paga uma miséria para as coitadas das professoras. Ele é um massacrador do povo" (Prof<sup>a</sup>. Leiga da comunidade do Campo Grande.)

- Posição do bispo: "Gostei sobretudo de observar que os membros das comunidades tem uma fundamentação cristã muito profunda. Fala-se sempre no Evangelho. Aqui não se prega o marxismo nem qualquer outras ideologias; mais a fé, pois é na fé que o povo sente sua libertação. (A Prensa p.3. out.1986).

### A Imprensa analisa a mini-série

Segundo a Revista Veja "nos capítulos da mini-série que transcorreriam em Monte Santo, a todo momento ficava evidente a simpatia de Dias Gomes e Tizuka pelos camponeses"... Um comunicado interno da Rede Globo reclamara que a mini-série "pintava os donos de terra como grileiros e assassinos" o que teria levado o Sr. Roberto Marinho a cortar quatro capítulos. Na opinião deste "os espectadores esperavam ver a história do personagem místico Zé do Burro, do homem religioso,... e o que se viu na mini-série foi muito diferente... Em alguns capítulos se faziam proselitismo político de maneira clara em cenas violentamente revolucionárias". Na nova versão os espectadores deixaram de ver uma série de cenas de cunho

político. Na mais apoteótica delas, camponeses de Monte Santo se munem de tochas e organizam uma passeata destinada a libertar da cadeia um de seus líderes" (ver. Veja, 13.ab.1988).

- A Revista Manchete comenta: "Os quatro capítulos excluídos, tratavam de temas: como conflitos de terra, revolta de camponeses, reforma agrária". "Ninguém entendeu porque a parte do Antônio Conselheiro foi retirada da mini-série" (Osmar Prado). Várias cenas registravam depoimentos de pessoas que vivem no sertão, contando sua luta contra os donos de terras. 'É tudo isso foi cortado' (José Mayer). (R. Manchete n.º 962, Rio de Janeiro, 25 novembro 1989, p. 4).

### Quem estaria atingido nos cortes?

À Globo não interessava apresentar a problemática do povo camponês. Mas ela temia sobretudo, mostrar uma experiência concreta em que esse povo estava sendo vitorioso, o coronelismo na região agonizando.

Para evitar que minha presença, criasse dificuldades às filmagens, foi combinado que eu ficaria dois meses fora do município e retornaria para uma grande procissão final. No dia que viajo para São Paulo recebo por telefone uma comunicação de afastamento. O bispo foi taxativo: "não volte mais para a paróquia". Há 2 meses que não me via!. Em uma grande assembleia de camponeses a Diocese ditou a sentença o que significava retorno ao projeto pastoral de subserviência ao clero e às autoridades civis, como havia feito em Jacobina. Como não houve rendição em 1987 o bispo sela o "Pacto Noventano" texto da missa de Canudos, com o prefeito para efetivar a marcha do retrocesso. Eis a face real da Igreja progressista!

A mini-série atingia em cheio a igreja enquanto instituição. Pois, quem estava firmando um pacto demoníaco em nome de quatro dioceses, com o que existe de mais estúpido nesse sertão, para castrar a luta do povo, com o objetivo de destruir um trabalho que ousou ar-

rancar Canudos do fundo do Cocorobó, era o clero. Estava em jogo uma disputa de poder: entre a massa camponesa de um lado, brigando pelo direito de sobreviver e o clero e fazendeiros de outro, obstinados em reter o processo histórico a qualquer preço. Proclame-se nas rodas oficiais: o Piquaraçá livrou-se da maldita subversão, invistam nele! A farsa foi montada. O público em delírio chora suas mágoas, porque a música para neutralizar sonhos guerreiros, deve dar ao sertão a anestesia que o impotentiza e destrói. E haja repressão!

Do ponto de vista da questão da terra a mini-série, coloca frente a frente: posseiros e fazendeiros. Pintar os fazendeiros (grileiros) com as cores de suas emoções, não será transgressão à lei divina; mostrar-lhes ao público com as patas monstruosas da agressão: não é traição ao código do carrancismo; dar-lhes identidade de açambarcadores das terras do mundo; não transgride a ânsia de sua voragem. Por isso o Sr. Marinho, talvez bajulado pelas duas poderosas instituições, latifúndio e Igreja amputou as imagens, evitando a discussão, adocinando-as na Novela "O Rei do Gado". Onde o grande fazendeiro, possuído de infáveis qualidades, casa-se com uma sem-terra. Dialoga com seus companheiros. Delega a estes a missão de encontrar a mulher foragida, ocupa-se do destino econômico de alguns e financia um Senador-modelo na defesa até a morte dos espoliados do latifúndio. É a imagem que faz o Brasil legal de si próprio porque a imagem da UDR e da bancada Ruralista é bem outra nas miragens dos novos jaguncinhos do Vaza-Barris.

Voltei a Monte Santo para definir os rumos que o trabalho ia tomar. Fui morar no Cumbe e teimosamente continuar a luta de Antônio Conselheiro. Trouxe de São Paulo um grito tremendo no bolso. O texto da missa popular de Canudos para teatro e música que termina a marcha final:

*"Das águas do Cocorobó ouviu-se um grito  
Por almas inundadas Raquel chorou  
Do horror da terra quente se escuta, gritos de dor;*

*Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v. 2 n. 2, 1997*

*De batalhas e massacres milhões de mortos  
Da espora da opressão a triste sorte  
Geme o povo dos sertões, solta gritos, gritos de dor.*

*Salve, Salve, Canudos  
Roga a Deus ó Maria  
Benze o povo e eleva  
Cristo é seu guia.*

*Do navio e da aldeia nos misturamos  
Índios negros e roceiros a marca herdamos  
Do deserto das três raças Deus chama à promessa  
De Beatos e missões a fé colhemos  
Da escola da enxada partilhamos  
Do conselho dos profetas, ouvimos:  
Libertação". (marcha final da Missa de Canudos)<sup>15</sup>.*

O "Pagador de Promessa" foi a divulgação nacional do trabalho. Valeu-lhe também o decreto de destruição. Restou a imagem forte do contrato que a Globo fez para aproveitamento da canção "Deixem-me Viver" na trilha sonora da mini-série e descumpriu.

As imagens do povo de Monte Santo chegaram à tela através do trabalho de Jorge Alfredo, Póla Ribeiro e Moisés Augusto, no vídeo "República de Canudos". Ali viu-se a voz do povo contando os fatos... a cerca aparece como símbolo da opressão... lá os moradores sobrevivem do bode que tem de ter lugar para pastar e os proprietários cercam para nada... numa demonstração vazia de poder e arrogância: fala Jorge Alfredo: "República de Canudos mostra como as comunidades se mobilizam para melhor distribuição de terra e na luta por seus direitos"- A Tarde, 5.2.1990.

O vídeo exhibe a cara do povo marcada pelos rasgos da violência e da fome. Revela sua rejeição ao atraso planejado, seu ódio ao arame. Na experiência posta na tela os camponeses só podem esperar pela ação do alicate. Com cenas inéditas atualiza o grito mais remoto

*Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v. 2 n. 2, 1997*

da terra, que em Canudos teve o seu momento mais aguerrido: “o vídeo toma partido do lado dos camponeses, retrata por inteiro aquele movimento. Era um momento histórico. Não interessava ouvir o outro lado, o bispo; importava os camponeses. O símbolo deixado por Antônio Conselheiro” (Jorge Alfredo, conversa com o autor).

## Grilagem do Sítio do Feliciano

O grileiro já havia tomado várias sortes de terras para os lados do Mocambo. Tomara dos negros do São Pedro e os transformara em semi-servos, agora investia nas glebas de Uauá, onde moram 45 (quarenta e cinco) famílias e centenas se beneficiam da reserva livre. Área seca, caatingal solto, destinado ao cultivo, produção de lenha, criação de bode. Com o apoio das autoridades de Uauá e Monte Santo, o grileiro cerca a reserva dos camponeses ignorando inclusive as relações de compadrio. Juntam-se as comunidades do movimento de Canudos, derrubam nove km de cerca e cortam o arame. Józa e Dedé, camponeses da região e posseiros do sítio citado, ficam um mês foragidos. Dedé 20 dias preso em Bonfim. A polícia invade sua casa e uma criança de um ano é morta nessa invasão. De volta para Monte Santo membros da coordenação do movimento com muita habilidade convencem os pistoleiros a desistirem da execução. Proprietários da região policiaram suas fazendas temendo uma derrubada geral. O movimento mostrava sua força. E Hermenegilda guerreira de Canudos, inspirou esse hino das derrubadas de cerca:

“Querem cercar o Sertão”:

*“Querem cercar o sertão  
Querem vender o país  
Querem botar num curral  
O povo simples, como animal.*

*Nos deixa,  
Nos não deixa, não.*

*Seja o que Deus quiser  
Canudos quem vai mandar  
Venha donde viver  
O vento forte é quem dirá”...<sup>16</sup>*

Porque derrubar? Era o último recurso: ou defender a terra livre ou deixar cercar e ser consumido pela cerca e pela seca. Aquele ato representava a proteção do bode, porque no caatingal o preceito divino nas palavras do tangedor é: “deus no céu e bode na terra” e “quem tiver medo de morrer, que se enterre vivo” responde o ancião camponês do sítio de Feliciano (vídeo República de Canudos).

## Depoimento dos camponeses:

- “A gente aqui não tem do que sobreviver. Vive do preá, do coelho. E se a gente não derrubar essa cerca onde é que as mulheres vão achar pau para fazer lenha? Vamos derrubar, é onde nossa criação pasta. Derruba! Que nosso bisavô tem uma capoeira aqui dentro do terreno. Nós temos que derrubar, porque companheiros, a terra é nossa. Vamos derrubar, nós só devemos temer a Deus (vários depoimentos).

- Dedé. “nós derruba a cerca, porque se nós não derrubar, nós vamos morrer de fome. Aqui é uma área coletiva, pra gente viver e criar... se a gente não criar como é que vive numa terra em que a gente não tem salário. Tem que derrubar é o único jeito para nós. Temos é que morrer de bala; mas não de fome”.

- Maria, companheira de Dedé: “nós derruba porque a roça não é dele. Ele grilou nossa. E se ele botou arame, o arame é dele, mas a terra não é não. E nós vamos derrubar porque é aonde os nossos bichos pastam. E se a gente não derrubar nossos bichos vão morrer de fome. E num sertão arrasado como esse, nós vive do bode, se nós não viver do bode de que é que nós vamos viver? Não é todo ano que nós temos safra: feijão, farinha. Então nós vamos derrubar. Olhem essas crianças... aonde elas vão se arrancar, num momento

*desse, tudo pequenininho, tudo aí pronto para derrubar junto com nós. E nós vamos derrubar. Não! Vamos cortar, esbagaçar. Intupir. Dinheiro num presta não; pra nós o que adianta é o povão tudo de braço dado assim, ôi”.*

O combate à caminhada do resgate se intensificou após 1987. As imagens do vídeo ficaram de testemunho de que a guerra contra o Canudos Velho, quanto no Canudos Popular continua viva e seus autores, os mesmos que destruíram o Bello Monte se aliaram e se reproduziram, para combater o grito dos camponeses. A bravura de seu Jôza, cortando arame, derrubando estacas inspirou esta cantiga:

### Jôza

*“Venho canta canto novo  
Venho canta aboiá  
Sou cavaleiro do Poço  
Mensagem das terras de Uauá.*

*Me chamam matuto  
Jagunço Jôza  
Saibam desse vaqueiro  
O táio que dá.*

*Ê boi é a bôia  
Bacurim quando cresce esquece  
Que viveu de mamã.*

*Não fui à escola  
Mais domino a rês  
A sabença da flor das campina  
Me botou altivêz”<sup>17</sup>.*

Como isolar o Canudos do Conselheiro com o que se passa hoje nos sertões? Há uma continuidade histórica. A terra preserva o grito do homem latente, fervendo como um fogareu que não deixa

resfriar. E de quando em vez ele responde como um velho mandacaru: *“os engenheiros ‘truveram’ umas máquinas, as máquinas estão comendo a terra e vão mergulhar Canudos na água da chuva. Mas lá é ruim de chover. As terras da gente o governo ainda não pagou. É por estas e outras que sertanejo fica triste, perde a confiança e briga”* (José Ciriaco, sobrevivente da guerra). (O Globo, 19.1.1966 p. 15).

Momentos fortes marcaram esta fase. Em maio de 1991, o jornal “O Regional” desponta com a seguinte manchete:

### “Ex-Padre é o cão de Uauá

“Como se não fosse bastante a invasão de terras perpetradas pelos arruaceiros liderados pelo ex-padre Enoque, no município de Uauá, eles conseguiram convencer até mesmo a FETAG. No último dia 10 esses falsos posseiros voltaram a provocar baderna nas ruas da sede do município, gritando palavras de ordem contra o pecuarista José Borges prefeito que defende na justiça a posse de suas terras invadidas a cerca de dois meses sob inspiração do ex-padre. Além das manifestações públicas em Uauá, os baderneiros tem feito outras ameaças à ordem no município... todas as pessoas de bem... sabem da legitimidade de sua posse sobre as terras em litígio, o que deverá ficar provado na justiça... para dar um basta nas pretensões maléficas da quadrilha de arruaceiros chefiada pelo ex-padre. Ainda de acordo com Borges, o ex-religioso é um notório perturbador da ordem e por esse motivo perdeu a batina, expulso da Igreja devido a conduta contrária aos mandamentos da lei de Deus. Também a lei dos homens tem sido denegrida por esse falso profeta que já foi preso várias vezes e hoje sabe-se que está envolvido com tóxicos e outros delitos. Enoque se faz acompanhar sempre de uma legião de asseclas que comumente se misturam a incautos lavradores... para provocar agitação. Segundo apuração de o Regional, somente com a retirada desses elementos da comunidade é que os moradores de Uauá poderão voltar a respirar com tranquilidade... O pecuarista José Borges salienta mais uma vez que as terras de sua propriedade que Enoque mandou invadir foram adquiridas dos herdeiros do Barão de Geremoabo” (o Regional p.2, n.º 30).

A matéria do jornalista Antenor Júnior faz uma revelação marcante: os grileiros estão preocupados com a ação energética dos camponeses organizados. Sendo Uauá eixo e foco da grilagem, também trincheira do movimento de Canudos os grileiros estrebuchavam ao verem suas pretensões escusas diluídas. O temor das autoridades da região, vai além da impossibilidade de acumular terra, atinge sua identidade, enquanto políticos da região temerosos de perderem a boiada humana. E aí a consciência da matéria indaga: por que não ser político do lado do povo? Por que temer sua organização? Até quando o sertão elegerá corruptos, fatores do atraso temerosos de povo desenvolvido? Esse ciclo viciado já está condenado pela história. Chega!

Em 1988, entregamos a paróquia. Assume a direção pastoral uma grande equipe de padres e freiras. Duas lideranças pastoral que ainda participavam da coordenação do movimento de Canudos caem fora. Era o rompimento oficial com o movimento. A diocese de Paulo Afonso assume a liderança do Canudos da igreja (Canudos Romeiro) realizando em 1988 a primeira Romaria paralela de Canudos.

## O Combate ao Canudos Popular

A nova equipe de padres assume a paróquia do Piquaraçá com uma missão digna de suas pretensões: destruir o trabalho popular. Se em 1895 a igreja com o relatório Capuchinho limpava as mãos sobre o que acontecia em Canudos, “dava o sinal verde para o Exército jogar a bala” (conversa com Maria Isaura de Queiroz, em São Paulo, 1987), a igreja de agora assegurava as autoridades que a era dos levantes estaria encerrada e sela as alianças mais estúpidas. Imediatamente a Paróquia recebe dois carros novos e milhões de dólares da Alemanha como gratificação pela empreitada. Afinal o país germânico não deseja que a mão-de-obra sertaneja destinada às suas fábricas em São Paulo tenha consciência do valor de sua força-de-trabalho.

A igreja se livrava daquele teste fenomenal. Saira arranhada. Perdera terreno e a imagem na região comprometida. Já houvera se

envolvido em dois movimentos indesejáveis, tinha que agir com astúcia. Recuperar o prestígio. E se arvoram, sequiosos de poder. Arrebatam os padres chegantes:

- “É muito fácil manipular o povo analfabeto através de Antônio Conselheiro, um poderoso tradutor da mística nordestina, bombardeia o espanhol Manolo”. “O Padre Enoque escolheu um caminho que não agrada à diocese para recuperar a memória de Antônio Conselheiro e de Canudos contemporiza Padre Tiago Milan, espanhol” (O Estado de São Paulo, 15. ag. 1989), vigário de Canudos: pela diocese de Paulo Afonso. Edvirgens Rosa Cardoso, na sua sapiência agreste percebendo o retrocesso indigna-se: “Depois que padre Enoque saiu as mães solteiras não podem mais batizar os filhos, nem parece que todos são filhos de Deus” (O Estado da São Paulo, 15. ag. 1989).

- O coronel Gerônimo Ribeiro de Uauá, há mais de três décadas no poder, corre atrás das cabras perdidas: “o que estão fazendo com Conselheiro é uma barbaridade histórica. Nada mais grosseiro intelectualmente do que ter que ouvir que um homem de fê com conduta de apóstolo, foi um inflamado líder de massas” (O Estado da São Paulo, 15. ag. 1989).

- “Monte Santo ficou livre das intrigas e rixas políticas que a tumultuara nos últimos anos e os fiéis subiram a colina em paz na Sexta-feira Santa. A política e a religião resolveram descruzar os caminhos... Silenciosamente a multidão percorre os três quilômetros... é hora de agradecer as graças alcançadas ou rogar ao senhor a cura da doença e o término da seca, da miséria, a garantia de emprego” (A Tarde, 25. mar. 1989).

Nesta redefinição da questão Canudos, as forças politico-religiosas se articulam em busca dos espaços perdidos. O sertão de Canudos está tão somente refletindo o retrocesso da igreja a nível mundial. Num ponto as declarações se conjugam: todos aceitam o Conselheiro místico-burguês, mas rejeitam na tela, quanto na praxes concreta a versão do Conselheiro trabalhada pelo movimento de Canudos: líder

religioso camponês. Profeta catingueiro. Querem a reabilitação do Conselheiro como líder messiânico, mas detestam-no como líder das massas camponesas.

## Década de 90: três Canudos, três Paixões

O Canudos das Elites, fomenta a pesquisa acadêmica dissociada da dinâmica do mundo camponês. O Canudos Romeiro, trabalha um beato espiritualista que se incorpora ao ambiente clerical. E o Canudos popular, síntese de história e luta, passado e presente, religiosidade e profetismo guerreiro é grito e revolta de luta do povo camponês.

Dois momentos na cidade da Bahia marcaram a presença do Canudos Popular, o lançamento do livrinho: “noventa anos depois Canudos de Novo” e a fundação de um núcleo do movimento em Salvador, com a divulgação de uma carta do movimento... Pouco, muito pouco, para o muito que esta cidade ofereceu à destruição do Bello Monte. Depois, muito depois do que se formara e firmara o movimento na capital de Sergipe.

Na década de noventa o movimento seguiu seu caminho tortuoso. A macambira ardeu nos confrontantes da luta. A terra tostada das imburana tremeu na sola de nossas pisadas. Pois foi nas dificultosas assembléias nas roças à sombra dos umbuzeirais que resistimos. Vimos os novos jaguncinhos atacados. Os camponeses “alugados” para fazer catequese. O catecismo substituindo o furor evangélico. O cerco apertando do adro da Santa Cruz: não casa, não batiza quem é do movimento. E como o batistério é o documento válido da aposentadoria. Ah! Como é difícil manter o camponês no trabalho popular.

O Cruzeiro, que no Canudos Velho, arrebatava as multidões das porteiras da opressão, cem anos depois, serve para acomodar as massas e calar o sertão. Que reine a pastoral da criança, pesando os novos jaguncinhos, alimentando-os de casca de ovos e frutas, substituindo o alimento que deveria vir da terra grilada. Passam a impressão

que a Macambira está morta. Mas a natureza tem suas leis para mantê-la viva.

## O Centenário

Em 1997, descortina-se o Centenário da Guerra contra o povo do Bello Monte, apelidado de “Guerra de Canudos”. Versões várias são apresentadas sobre aquele povo e o triste acontecimento. Cada setor envolvido naquele holocausto, tenta eximir-se da culpa. Há análises extremas que chegam a colocar no mesmo rol: Padre Cicero, Ibiapina e Conselheiro. Não é possível igualar o inigualável. O Centenário nos alcança num momento trágico da vida brasileira, quando devíamos estar traçando os rumos da primavera do povo.

Igrejas, associações, movimentos, apostando no assistencialismo como alternativa para as feridas sociais. Será sua função dá remédio acalentador para os estragos que as elites causam nas massas? Se as elites apostam nesse projeto suicida, (vê-se o terrorismo da tela para estragar a população humilde) não cabe a nós ir ao encontro das massas para acalmá-la. Conselheiro injuriado com a miséria imposta, mostrou magistralmente o caminho. No sertão de Canudos o que deveria servir de lição, perpetuou a tragédia. Cairam no vazio as palavras do grande escritor: “decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, continua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários (Os Sertões). Ainda não moveu o coração dos dirigentes, as grandes idéias. A maioria ainda ruma o ciclo vegetativo das coisas rasteiras. Dá mais lucro pregar o “silêncio das massas”, porque no Centenário os programadores da miséria podem comemorar. O evangelho combativo foi substituído por doutrina. Não há mais “tumulto”. As procissões de denúncia diluem-se nas miragens do passado. Instala-se a liturgia do silêncio, as mirarias

oficiais. Se antes rezava-se para derrubar cerca de grileiro e garantir trabalho na terra, exigir açude, agora espera-se da oração que Deus dê trabalho. Pelo que o silêncio dará a medalha salvacionista. E o atrasado era Conselheiro !.

Por que apresentar o nordeste como celeiro de “pagadores de promessa”?, versão moderna do “vale de lágrimas” a fomentar mitos, tipo Frei Damião, para esculpir na consciência da massa a idéia apocalíptica da bonança para além da morte? Deplora-se o atraso que gera o fanatismo e criam-se os fanáticos para sustentar a orgia de uma casta. Proíbe-se as imagens da luta vitoriosa do povo camponês do sertão de Canudos, mas usa-se as imagens dos nordestinos para atrasá-lo, induzindo-o a eleger um capuchinho que tantas glórias deu as oligarquias do nordeste, fatalizando as massas, apoiando o fátidico Collor, enquanto os nordestinos exilam, têm suas terras griladas, suas crianças degoladas pelo planejamento da fome. Que louve o Papa os seus missionários, porque o nordeste precisa de Conselheiros dos sem-terras, que apesar de “mal-vestidos, enfezados, lembram os fanáticos de Antônio Conselheiro”, buscam na força da enxada ou do bacamarte as condições materiais e espirituais de seu futuro.

Primeiro de junho de 1997 a TV Educativa da Bahia exibiu um documentário sobre Monte Santo. O programa refletiu o que querem fazer com o povo do sertão: botá-lo silencioso num curral. A devoção é vista ali como suporte acalentador da opressão estampada no rosto daquele povo sofrido. Os personagens humanos, calados, silenciosos, quando muito cantam, um canto distante, quando não cruzado com o gregoriano, para distanciar-lo ainda mais do “Deixem-me Viver”. Querem roubar a voz da realidade. Todos querem o Monte Santo com seus misticismo burguês, mas qualquer sinal de rebeldia contra a ordem coronelística, lá vem o bispo e o coronel ditando que é pecado. O documentário apresentou as imagens do povo e do Santo. Imagens Mudas! “representando” não mais um protesto, símbolo da defesa da vida, nas imagens do santo que julgam os “miseráveis” diz no canto uma beata. Não são mais camponeses são “pecadores”. No centro do cortejo religioso, atual semana Santa de Monte Santo, destaca-se a “Imagem do

Senhor Morto”. O Cristo Sofredor, não é ali um questionamento aos pecados mortais do latifúndio, mas serve como justificativa do sofrimento do homem-mulher. Então indaga o devoto: prá que lutar por água, terra, saúde, escola se dispõem de promesseiros delicias da religião oficial? E são lentas apagar as imagens da recente revolta eucarística, como se fora um pecado cometido por aquele mesmo povo. Se organizar e exigir justiça.

Que venham as celebrações do 4 e 5 de outubro a beira do Açude. Ali ninguém mais se ocupara do “Conselheiro visionário” da indústria cinematográfica “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”.

### Canto do Centenário

*“Não me leve a mal  
Quando eu cantar  
Cem anos de Canudos  
O sonho tem que vingar.*

*Destruíram o sonho  
Prá dominar  
Corações unidos  
Sem não de Carcará.*

*“Por ele não havia  
Mal no mundo  
Prisigueiro de  
A desgraçeira aí está”*

*Vês toda miséria desfilam contentes  
Quais raposas velhas ritem) da gente.*

*Seja a lei de Deus  
Contra a lei do Cão  
Diabo quer miséria*

*Conselheiro é terra e pão.*

*Mão que faz o taio  
Santinha, Marciano  
Hoje Cememário  
Brotá gitirand<sup>18</sup>.*

NOTAS:

1. Depoimento gravado para o video documentário República de Canudos de Pola Ribeiro e Jorge Alfredo, realizado em 1986.
2. Odorico, Tavares. Canudos, Cinquenta Anos Depois, 1947, pág. 40
3. Canção integrante do Texto da missa Pelos Mártires de Canudos.
4. Entrevista realizada no município de Canudos no ano de 1996.
5. Entrevista com Afonso em Chorrochó no ano de 1996.
6. Depoimento da comunidade sobre Canudos e do Vaza-Barris.
7. idem
8. idem
9. idem
10. Depoimento de uma professora primária com uma nova revisão história
11. Editorial do Jornal a Tarde de 26 de julho de 1984, página 6.
12. idem
13. Poema e música do Pe. Enoque, gravado pelo cantor Fábio Paz em CD - "Canudos e Canto do Sertão"-1997.
14. Canudos noventa anos depois, como demostra em edição Maria Quitéria
15. Letra de Enoque, música de Fábio Paz e Enoque
16. Letra e música do Pe. Enoque
17. Idem
18. Poema do Pe. Enoque

1993-O CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE  
CANUDOS e suas influências sobre o imaginário popular<sup>1</sup>

*Patricia Pinho<sup>2</sup>*

Em 1993, o imaginário popular de Canudos viveu um momento de muita efervescência, pois aquele foi o ano em que se comemorou o Centenário da fundação da comunidade criada por Antônio Conselheiro. Creio que 1993 foi um marco na historia recente de Canudos e uma chave para se compreender o imaginário contemporâneo da cidade. Vários setores da sociedade mobilizaram-se para expressar sua opinião a respeito do assunto, revelando suas diversificadas formas de concepção da história de Canudos.

A imprensa teve um papel importante na divulgação dos cem anos da fundação de Canudos. Jornais de todo o Brasil trouxeram matérias sobre o tema, e repórteres de várias revistas deslocaram-se até Canudos para fotografá-la e obter informações sobre o assunto.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação de um capítulo da minha da tese de Mestrado em Sociologia, *Revisitando Canudos Hoje no Imaginário Popular*, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, agosto de 1996.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP.

<sup>3</sup> Dentre estas revistas, destacam-se "Manchete"; "Isto É"; "Caminhos da Terra"; e "Superinteressante".

Mais do que o conteúdo das reportagens, foi interessante perceber o contato estabelecido entre os agentes destas revistas e as pessoas de Canudos. A maioria delas, principalmente as da zona rural, nem mesmo tem acesso a revistas e jornais. No entanto, considero que a comunicação estabelecida naquele período foi relevante para semear o imaginário dos canudenses a respeito de sua própria história.

A movimentação de "pessoas de fora", interessadas na história de Canudos, reforçou nos canudenses a importância de sua trajetória no decorrer do tempo, estimulando-os a conhecer ainda mais os fatos que marcaram esta epopeia. Diante de tantos perguntadores curiosos - pesquisadores, jornalistas, universitários - os canudenses sentiam-se quase obrigados a verbalizar situações sobre as quais muitas vezes nunca haviam pensado, ou que nem tinham uma opinião a respeito. Certamente esta penetração da imprensa e de estudiosos inspirou e influenciou o imaginário popular de Canudos, ao colocar, frente a frente, diferentes interlocutores de uma mesma história.

É importante lembrar que no mesmo ano de 1993, em junho, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) realizou a IIIª "Semana Cultural de Canudos". Obviamente, o tema desta foi o "Centenário do Bello Monte". Realizado de 7 a 13 de junho, este evento coincidiu com a provável data da chegada de Antônio Conselheiro a Canudos. Segundo informou numa palestra o professor José Calasans, o Conselheiro e seu grupo lá teriam chegado entre os dias 7 e 13 de junho de 1893. Por este motivo, a UNEB escolheu o período compreendido entre estes dias para realizar a IIIª "Semana Cultural". Aquele período coincidiu com a "trezena de Santo Antônio", isto é, as treze noites em que os canudenses rezam e festejam o seu Santo Padroeiro, que acontece todos os anos de 1ª a 13 de junho.

Em meio a estas comemorações, um "arraial" foi armado na principal praça da cidade. Na entrada do "arraial", viam-se duas grandes pinturas: de um lado, estava Santo Antônio, o padroeiro da cidade e "dono da festa"; do outro lado, e desenhada do mesmo tamanho estava a imagem de Antônio Conselheiro. Além da enorme pintura do

herói canudense estar situada ao lado, e com o mesmo destaque, da pintura de Santo Antônio, havia muitos outros desenhos do Conselheiro espalhados em diversos pontos do "arraial". Barracas de artesanato, bebidas e comidas típicas também divulgavam a imagem do Conselheiro em camisetas, "bottons", adesivos e esteiras pintadas à mão. Pequenos vasos de cerâmica traziam a frase: "Canudos: o maior exemplo de insistência e resistência".

Foi muito interessante perceber também o nome das barracas, que foram escolhidos pelos próprios donos. Alguns exemplo são: "Raízes de Canudos"; "Sertão de Canudos"; "Eu, Você e Canudos", revelando como o tema de Canudos está presente no imaginário destas pessoas. Outros nomes de barracas traziam ainda uma lembrança de acontecimentos ou lugares históricos que marcaram a guerra, tais como: "Batalha do Cambaio", que Euclides da Cunha narra detalhadamente em *Os Sertões* sob a denominação de "Travessia do Cambaio" (Cunha, 1991). Havia também uma barraca denominada "Alto do Mário", que é o nome do local onde se posicionaram os canhões para destruir Canudos nas duas últimas expedições do exército, pois de lá os soldados tinham uma "Visão do Arraiá", expressão que intitulou mais uma barraca no Centenário. Além disso, muitas barracas tinham nomes que carregam em si a idéia do "ressurgimento" de Canudos, como: "Canudos Novo", "Canudos Revivendo" e "Canudos Imortal".

O próprio nome do "arraial" foi "Arraiá do Bello Monte" e, em todas as noites, o tema de Canudos foi tratado em praça pública. Em meio a muito forró e apresentação de quadrilhas juninas das cidades vizinhas, a história de Canudos era constantemente lembrada. Houve apresentação de duas peças de teatro, uma peça musical e uma mostra de dança, onde, sempre, o assunto central era a comunidade do Conselheiro e a guerra de Canudos. Foi interessante perceber, durante a apresentação de uma peça, o estado de excitação em que o povo ficou.

O nome da peça foi "Canudos, A Guerra do Sem Fim", direção de Paulo Dourado. No momento em que os atores representaram a guerra, a plateia gritava entusiasmada "Dá-lhe Canudos!". Algumas

senhoras idosas que assistiam à peça começaram a chorar quando o povo do Conselheiro foi morrendo. No final, quando os atores desceram do palco, muitas pessoas se aproximaram do ator que representou Antônio Conselheiro - vestido tal qual o líder, com uma túnica azul e um chapéu largo daonde pendiam longas e coloridas fitas, barba e cabelos brancos compridos - para pedir-lhe a bênção! Este episódio lembra uma descrição feita por Paul Thompson sobre a apresentação de uma peça, *The Dillen*, realizada na Inglaterra do pós-guerra, em lugares importantes para o povo inglês: num parque, à beira de um rio, etc. Durante os intervalos da peça, a plateia trocava suas lembranças pessoais sobre a guerra e sobre aqueles lugares (Thompson, 1988). Com toda certeza, o evento do Centenário foi de muita influência para o imaginário dos canudenses pois, em todo momento, colocou a sua história em destaque, despertando curiosidades e as mais variadas emoções.

O mês de outubro daquele mesmo ano foi marcado por dois fortes momentos que também inspiraram o imaginário popular de Canudos. O Movimento Popular de Canudos realizou a "Celebração Popular pelos Mártires de Canudos" nos dois primeiros dias do mês. E a Igreja Católica celebrou a sua Romaria anual.

Diferentemente dos outros anos, em que a Romaria era realizada ao Alto do Mário, em 1993 ela se dirigiu a um outro lugar, também nas imediações de Canudos, chamado Alto Alegre. Esta decisão foi tomada porque o Alto do Mário seria pequeno demais para suportar a quantidade de fiéis que para lá se dirigiram este ano, formando uma multidão de 10 mil pessoas! Em 1993, a Romaria ultrapassou muito o número de romeiros dos anos anteriores. Apenas para situar este número na realidade de Canudos, este município possui hoje cerca de 15 mil habitantes. Portanto, durante a Romaria, a população quase dobrou de tamanho. Segundo as informações contidas nos folhetos, a Romaria de 1993 contou com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Foi um evento que provocou grande agitação em Canudos.

O grande número de romeiros que visitaram a cidade nesta época se hospedaram nas casas dos canudenses. Estes abriram suas portas e recebiam quem ia chegando, oferecendo banho e comida, como é típico da hospitalidade do sertanejo. Durante dois dias a cidade viveu um grande rebuliço. No sábado, houve a "Noite Cultural", com apresentações de peças e palestras sobre Canudos.

Dentre o material a que tive acesso, algo que se destaca é um livrinho do MST, chamado: "Canudos Não Se Rendeu: 100 Anos de Luta pela Terra", elaborado pela Secretaria Nacional do Movimento e distribuído para os núcleos de todo o país. A linguagem contida neste livreto é a mesma da Igreja Católica: idealiza a figura de Antônio Conselheiro como alguém que buscava "a elevação do povo humilde", e o Bello Monte como "a cidade comunitária de Canudos", onde "não faltava trabalho, comida e reza". Mostra a comunidade do Conselheiro como o primeiro exemplo de Reforma Agrária do país. O final do livreto afirma que Canudos está presente em cada trabalhador rural brasileiro, e que estes devem lutar convencidos de que Canudos serve de ânimo e de ideal. O livreto conclui afirmando: "Até que o sonho do povo trabalhador de Canudos se realize: que se dividam as terras, que se realize a Reforma Agrária e que se organize uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil".

Vale citar aqui um exemplo expressivo da divulgação que vem sendo feita da história de Canudos: a propaganda política. Um dos folhetos que foram distribuídos durante a Romaria era de um vereador da região. Estava escrito: "O socialismo enfurece aos capitalistas, latifundiários, banqueiros, empresários e governantes manipulados por eles. Antônio Conselheiro, Você Permanece Vivo Dentro de Nós!"

Como se pode perceber, a história de Canudos se torna acessível a um número cada vez maior de pessoas. Em se tratando das pessoas de Canudos, o ano de 1993 foi um momento de muita efervescência para o imaginário deste povo. O ano do Centenário da fundação do Bello Monte foi marcado por estas diversas comemorações, quando a

<sup>1</sup> Da composição "Haiti", autoria de Gilberto Gil e Caetano Veloso.  
*Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v. 2 n. 2, 1997*

todo tempo só se falava, se pensava, se lembrava da comunidade do Conselheiro. Vários intelectuais lá deixaram suas impressões sobre a história de Canudos, servindo de interlocutores junto aos canudenses e, ao mesmo tempo, penetrando na composição de seu imaginário. A Igreja Católica realizou a Romaria, oportunidade em que pôde, mais uma vez, divulgar sua versão da história de Canudos, também influenciando decisivamente no imaginário dos canudenses. Neste contexto, a tradição oral também se fez presente, já que os velhos canudenses foram induzidos a narrar os fatos que seus pais viveram no Bello Monte. Foram indagados não apenas por pesquisadores e repórteres mas, cada vez mais, pelos jovens canudenses, curiosos para conhecerem a história de seus antepassados, que o imaginário popular atualiza e revitaliza.

As várias manifestações ocorridas para comemorar o Centenário colocaram, à disposição dos canudenses, diversas versões de sua história. Naquele período de tanta efervescência, aumentou-se a teia de informações que se embaraçam para compor e recompor o imaginário popular de Canudos. Saida das águas escuras do esquecimento, a história de Canudos emerge agora sob a luz dos nossos dias, luz que reflete no imaginário as angústias e as expectativas dos canudenses, embutidos na noção do que deve ter sido o passado e do que poderá vir a ser o futuro.

Neste ano de 1997, lembramos dos cem anos de Canudos mais uma vez: dos cem anos do fim da guerra de Canudos. Nos cabe agora agir para que a lembrança das atrocidades cometidas no Bello Monte contra um povo que vivia em paz e honestidade, faça permear o imaginário de todos, povo e governantes. Quem sabe assim conseguiremos impedir as novas "guerras" que ocorrem em todo o Brasil, como a "Chacina de Vigário Geral", o massacre dos meninos da Candelária, o massacre aos "111 presos indefesos, quase todos pretos"<sup>4</sup> do Carandirú, as mortes no Pontal do Paranapanema e dos seus irmãos Sem-Terra no morticínio realizado pelas autoridades brasileiras, em Eldorado dos Carajás, PA. Eldorado que de grandes riquezas nada tinha, a não ser a riqueza de cada um de seus trabalhadores, pobres em terra, em ins-

trumentos, em dinheiro, mas ricos em determinação e coragem para jamais desistir da luta pela justiça social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*, 35 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
2. THOMPSON, Paul. *A Voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
3. *CANUDOS não se Rendeu, 100 anos de luta pela terra*, movimento dos tabalhadores rurais sem terra, agosto de 1993.

## POR QUÊ CANUDOS?

Fernando Massote

Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG

O episódio de Canudos é um dos temas da nossa história social, política e militar que mais instigam a curiosidade dos que o abordam. As suas características são mesmo bastante singulares: ele se dá em uma região marcada pela distância, pelo isolamento, pela inclemência do clima, pelo abandono do Brasil oficial. Trata-se, de fato de um cenário diferente no vasto panorama nacional.

A história da região, condicionada em um quadro tão particular é também uma história diferente: a lenta ocupação do Sertão foi feita por homens e animais que *sobraram* na zona costeira do açúcar e ao sabor das circunstâncias foram penetrando região adentro. A última grande circunstância foi a crise da produção algodoeira dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão que abriu espaço, no mercado internacional, para o produto sertanejo, por alguns poucos anos.

Se as forças do homem organizado - a civilização - não ajudam o Sertão, as forças da natureza conspiram constantemente contra a sua vida difícil. Como que *cobrando* a sorte dos que imigraram para o Sertão nos anos sessenta do século passado a procura de uma vida nova produzindo algodão para exportar, veio, em 1877, o flagelo da grande seca que por 3-4 anos a fio matou mais de cem mil pessoas.

A vida, no Sertão, é colocada à prova a cada instante e a sua força como que por prodígio, renasce incessantemente. Este renascimento constante, produz, a meu ver, dois tipos de história que chamei, algo maniqueisticamente de **positiva e negativa**. **Positiva** é a história na qual o homem busca a sobrevivência num tipo de comportamento coletivo produtivo de novas riquezas e aí, então, faz *história econômica*. **Negativa** é a história de quem combate o mundo existente em defesa de interesses oprimidos e aí faz *história revolucionária*. Um balanço pode ser feito para aquilatar na história do Sertão o peso do **positivo** e do **negativo**. Qualquer que seja a conclusão ela não desmentirá, certamente, a afirmação segundo a qual aquela é a região mais **negativa** do país. Com efeito, olhando para trás nós a vemos acoitar o contrabando do ouro das minas gerais para ao exterior nos séculos XVII e XVIII, já nos anos vinte do nosso século ela se transforma em área de grande refúgio para a *Columa Prestes*. Estes acontecimentos tão diferentes entre si têm um ponto em comum: buscaram o Sertão como palco central de sua representação de **história negativa**. E aí, neste palco, que se dão dois acontecimentos ainda mais singulares e gigantescos de **história negativa**: o do cangaceirismo e o da guerra de Canudos que foi o conflito militar interno mais prolongado da história do país. Estes dois episódios projetam o sertão do nordeste com lugar de destaque no panorama mundial do banditismo social e das guerras camponesas. Os estudos de Hobsbawm evidenciam isto. Canudos é, assim, um capítulo relevante nas páginas não só da história nacional mas mundial.

Este acontecimento tão amplamente significativo - a Guerra de Canudos - a quase cem anos do seu desfecho permanece obscuro nas páginas de nossa história. Estudiosos provenientes das mais diversas matrizes teóricas já fizeram suas incursões no episódio sem que ele resultasse suficientemente esclarecido.

Para mim o **imanentismo historicista** indica o caminho a ser percorrido para dar uma resposta a esta questão: o episódio de Canudos é o resultado de contradições da vida nacional. Afinal o avanço do

exército brasileiro ate os sertões de Canudos com quatro grandes expedições numa luta renhida e barbara envolvendo 12.000 militares, metade dos quais morreram em combate e que terminou com a degola sistemática dos prisioneiros não é prova suficiente de que Canudos foi plenamente um fato social, político e militar intimamente ligado a sociedade brasileira e aos seus grandes interesses hegemônicos?!... Não é, portanto, tomando ao pé da letra o que Antônio Conselheiro dizia sobre suas crenças religiosas ou políticas sobre a monarquia ou a república que vamos encontrar as razões que o engendraram e ao seu movimento isto é, entretanto, o que faz - com objetivos obviamente instrumentais - a nossa história oficial com a tese do *fanatismo religioso e monarquista* do conselheirismo.

Afirma-se que Antônio Conselheiro era um *fanático monarquista* que lutava contra a república. Nisto residiria toda a razão de um conflito militar que assumiu as proporções que assumiu numa *guerra sua* contra camponeses esfomeados, maltrapilhos e armados precariamente! Trata-se, evidentemente, de um exorcismo politico-ideologico que, como tal, quer esconder e reprimir e não explicar. O esclarecimento desta questão virá com os desenvolvimentos com os quais responderemos a indagação que encontra o nosso tema de hoje: "por que Canudos" ?

## A Contradição Norte-Sul e o Arranjo de Poder

O que a tese do *fanatismo monarquista* quer esconder está no macro da nossa história nacional da época e não tanto no conjuntural imediato da passagem da monarquia para a república ou na disputa pelo poder entre os grupos dominantes na república. Com a decadência do açúcar no norte que se acentua a partir do início do século XVIII, o desenvolvimento do café no sul a partir de 1830 e o estancamento definitivo da importação de escravos negros a partir de 1850 desenvolve-se uma intensa disputa pela mão-de-obra entre o norte e o sul do Brasil. Esta contradição entre os setores dominantes do norte (açúcar) e o

sul (café) vai dar o rumo, o ritmo e a forma da história nacional no avançar do século e mesmo bem depois disso. Este vai ser o rumo, o ritmo e a forma de um grande arranjo hegemônico entre as classes dominantes brasileiras do norte e do sul. O **arranjo de poder** entre os setores dominantes do norte e do sul vai procurar congelar o equilíbrio social e político do país, em proveito da hegemonia do café. É o acordo entre o norte e o sul pelo *status quo* social e político. Por este acordo o sul passa a comandar hegemonicamente e o norte se enquadra aceitando participar de forma subordinada no aparelho de estado *republicano*. É inegável que o **recurso à imigração estrangeira** como fonte de substituição da mão-de-obra escrava é o elemento central desse processo que, entre outras virtudes, permitia também um acomodamento da contradição com o norte na disputa pela mão-de-obra. Com efeito, quem vai combater Canudos será o governo *paulista* de Prudente de Moraes que representava, depois das turbulências do início da república, o sólido controle das novas forças hegemônicas sobre os negócios do estado. É este quadro que vai explicar a contradição de um governo *paulista* que representando as forças econômicas que promovem a emigração estrangeira - hegemônicas no seio da república - vai comandar ao mesmo tempo o exército contra as dezenas de milhares de sertanejos miseráveis que representavam, sem dúvida, mão-de-obra barata à disposição de quem dela necessitasse e que se dispusesse a mobilizá-la... O quadro, como se vê, dá fundamento à pergunta: por quê, enquanto o café importava mão-de-obra estrangeira, as forças hegemônicas que o representavam, controlando o poder do estado com a república, comandavam o massacre da gente pobre que se aglomerava em Canudos? Por quê eram trabalhadores nacionais e segundo a ideologia oficial, assim, *indolentes*?!... Mas o exército nacional teria mesmo necessidade de 12.000 homens e quase um ano de luta para vencer os *indolentes* de Canudos?...

Muitos discordarão dessa tese afirmando que não havia mão-de-obra livre disponível antes da abolição ou que essa mão-de-obra existia, mas que se encontrava dispersa e assim de difícil e custosa mobilização. Na nossa literatura científica mais clássica o único que chega a admitir que o custo da mobilização **não seria tanto financeiro mas,**

**sim, político,** é Celso Furtado, em um pé da página do seu excelente trabalho sobre a *Formação Econômica do Brasil*. Os demais autores nem se colocavam esta questão tão tomados estavam pela concepção dominante segundo a qual a mão-de-obra estrangeira significava um avanço para o desenvolvimento do país. Estes últimos - como Caio Prado Junior na História Econômica do Brasil - ajudavam a propagar a visão segundo a qual a mão-de-obra nacional era atrasada e indolente... Era isto, aliás, o que comandava, o receituário ideológico positivista que orientou, no período, a **modernização conservadora**, ou a **articulação pelo alto** dos setores dominantes do norte e do sul do país. Segundo esta concepção a busca da mão-de-obra européia não tinha uma razão política mas por assim dizer **técnica**. Ela era socialmente mais avançada e assim mais preparada para o plantio e o tratamento do café. Não se pode, entretanto, negar as trágicas consequências políticas desta opção **técnica**. Ela marginalizou por décadas o trabalhador nacional e impregna ainda hoje a visão racista com o qual o sul encara a grande distância sócio-econômica, cultural e política entre o norte e o sul do Brasil. Houve, sim, uma **decisão política** nesta **opção técnica pela modernidade** e ela marca bem o rumo do nosso capitalismo selvagem que produziu Canudos ontem nos sertões da Bahia e produz outras Canudos hoje nas favelas de todo o país que, como ontem, são invadidas pelo exército nacional...

No meu entendimento é este o caminho para explicar o episódio de Canudos retirando-o de uma espécie de limbo em que a ideologia oficial o colocou e de onde ainda não foi retirado pelos esforços das ciências sociais.

O caráter macro da crise que gerou Canudos é a razão maior e mais imediata para estudar, debater e entender aquele episódio. Canudos, dessa forma, não é um curioso fato isolado, o resultado fâmigero de populações enlouquecidas pelo fanatismo, mas a expressão ou mesmo o resultado de desenvolvimentos perversos de fundo da sociedade brasileira.

Este quadro permite situar todo o sentido da célebre denúncia com que Euclides da Cunha - com a maestria de seu gênio poético e a energia de seus sentimentos cívicos - representou o drama histórico de Canudos com palavras pungentes na *Nota Preliminar* de sua obra prima OS SERTÕES:

*Aquela campanha lembra um refluxo para o passado e foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo*

E ainda:

*Eram, realmente, fragilíssimos, aqueles pobres rebelados...*

*Requeriam outra reação, obrigavam-nos a outra luta.*

*Entretanto, enviamo-lhes o legislador Combain;*

*E esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador: a bala.*

Euclides não podia conceber melhores termos para explicitar sua reação que, naturalmente, não é individual, mas coletiva. Ele denunciou os vencedores, tirou-lhes a razão, colocou-os na defensiva nos subterrâneos morais da história da nação. Afirmando que aqueles *pobres rebelados (...) requeriam outra reação (e) obrigavam-nos a outra luta*, Euclides manifesta a sua grande perplexidade política diante do acontecimento e sustenta a pergunta implícita: **por que mandamos bala ao invés de pão e mestres-escolas?** Essas afirmações civicamente indignadas e colocadas propositalmente na *nota preliminar*, precedendo dessa forma o desenrolar da trama literária de OS SERTÕES constituem uma ponte entre o artista e o cidadão em Euclides da Cunha. E esta é a pergunta cidadã, de Euclides, que temos que responder.

## A Revolução Passiva e o Rebelismo Anárquico

Encontramos em uma argumentação de Antônio Gramsci em torno do conceito de *revolução passiva* uma categoria interpretativa que penso nos seja útil para discutir os desenvolvimentos da nossa história social na qual, naturalmente, se encontra Canudos. Trata-se do

que ele chama de *subversivismo* ou *rebelismo anárquico e esporádico das classes populares* que, diz ele: *e elementar e disorgânico* e se opõe às *iniciativas populares unitárias* que ele afirma serem ausentes na história italiana. Segundo a reflexão gramsciana podemos concluir que no pensamento daquele autor estes fatos acabaram marcando caracteristicamente o desenvolvimento estrutural da história de seu país como uma história predominantemente de *revolução passiva*. Este desenvolvimento se dá sempre pelo alto, por iniciativa das classes dominantes, sem a pressão dialética das massas populares conscientes e organizadas e, desse modo, incapazes de se colocarem como um pólo autônomo e efetivo de poder dentro de relação de força sócio-política e institucional. O caráter unilateral que os grupos dominantes imprimem à própria iniciativa hegemônica na vida do país faz com que eles ocupem o poder de forma predominantemente coercitiva. Eles são, assim, para Gramsci, *restritamente dirigentes*.

Na *revolução passiva* o desenvolvimento econômico e social se dá de forma particularmente contraditória e desigual, atendendo certas áreas e interesses em detrimento de outras que se mantêm atrasadas. O desenvolvimento cultural e político que resulta dialeticamente desse processo e que constitui um dos seus pólos ativos acompanha a linha desse desenrolar desigual. O acordo ou **articulação pelo alto** entre os setores dominantes contraditórios do desenvolvimento histórico brasileiro deixa setores sociais populares significativos às margens das conquistas econômicas, sociais, culturais e políticas. Estes setores desatendidos tendem, assim, a se rebelar e o fazem seguindo o rumo do *rebelismo anárquico e esporádico*. Trata-se, então, de uma rebelião sem futuro que se justifica pela situação de abandono social, de miséria, de atraso social, cultural e político.

A sociedade brasileira tem seguido predominantemente um desenvolvimento desse tipo. Ela exhibe no quadro de sua realidade presente, bem como no perfil de seu desenvolvimento histórico de sociedade politicamente independente, as contradições e conflitos típicos - de natureza econômica, social, regional, cultural e política - que evidenciam o tratamento autoritário que tem recebido de suas *elites dominan-*

tes e estritamente dirigentes. Nesse quadro, os grupos populares, quando não colaboram positivamente para a manutenção dessa arquitetura social e política perversa o fazem negativamente com *rebeliões esporádicas e anárquicas* sem nenhum projeto de unidade mais amplo. Estas rebeliões e a consequente e inexorável repressão policial e militar deixam atrás de si a terra arrasada: destruição, tortura, sangue, e até a degola sistemática, gratuita e vil de derrotados indefesos... como em Canudos, há quase um século, em 1897. Não vejo, assim, em Canudos, nenhuma indicação positiva de como proceder para ampliar a democracia brasileira. Canudos é a luta de resistência renhida, heroica e cega, necessariamente bárbara de grupos populares socialmente explorados e abandonados politicamente e militarmente encurralados e covardemente massacrados pelo estado maior político das classes dominantes.

Canudos é, - e junto aqui, também, as outras formas de rebelião coletiva sertanejas do período que vai mais ou menos da grande seca de 1887 até a morte de Corisco em 1940 passando pelo massacre da população do Caldeirão (ajuntamento em uma fazenda do Pe. Cicero) incluindo evidentemente, a experiência pluridecenal de Juazeiro do Pe. Cicero e o complicado quadro que se seguiu à sua morte, no vale do Cariri - para mim, uma manifestação típica de *rebelismo anárquico* resultante de um quadro nacional contraditório gerado pelo **acordo pelo alto** entre as elites dominantes do norte e do sul que marcou a transição do império para a república.

A guerra de Canudos foi um episódio de repressão política atuado pelo estado brasileiro em uma região do território sob o seu controle mais formal que real, em nome de interesses sociais dominantes de caráter regional por ele congregados e que redundou num puro e simples massacre que deu cabo do inimigo definitivamente. É, aliás, exatamente esse o significado do gramsciano *subversivismo anárquico*: uma rebelião inconsistente, incapaz de planejar o seu desenvolvimento de forma a se articular e se sustentar politicamente de modo a seguir acumulando forças. São rebeliões que se esgotam em si mesmas dei-

xando suas forças completamente destruídas depois de enfrentamentos suicidas com as forças militares dominantes.

A rebelião conselheiristas não foi, assim, um caso único no desenvolvimento de nossa história social, como entendem certas interpretações: que isolam aquele acontecimento e o destacam de forma a dar-lhe uma autonomia projetual latente ou manifesta que ele, indiscutivelmente, não teve. Essa interpretação, além de ilusória, é politicamente irresponsável e bem na linha do paternalismo político dominante no Brasil. Esta interpretação instrumental e oportunista de Canudos por parte de certas correntes políticas de esquerda é marcada por concepções ultrapassadas do processo político baseadas na chamada **revolução permanente** que implica uma visão catastrófica do confronto entre a burguesia e o proletariado, entre o capitalismo e o socialismo. Nessa visão, a concepção *clauzewitchiana* da guerra como continuação da política por outros meios, preside - de forma simplificada, esquemática - um entendimento do processo político anticapitalista como desembocando no socialismo através de uma ruptura explosiva ou violenta. Estas concepções que por tão longo tempo foram hegemônicas no movimento socialista clássico e mais tarde no movimento comunista, tendem a desvalorizar a **política como momento horizontal de agregação, articulação e aliança** entre interesses em favor de uma sua **definição verticalizada, militarizante**, da ação de blocos sociais e políticos colocados como organicamente opostos. A **resistência desesperada** dos conselheiristas por seu caráter imediatamente militar, fica próxima do modelo político concebido como exemplar por certas concepções maximalistas da esquerda.

No quadro da minha interpretação, Canudos foi uma ponta de iceberg do nosso desenvolvimento sócio-político perverso, marcado, assim, pelas constantes **manipulações ou articulações pelo alto** dos setores dominantes. Esse tipo de desenvolvimento político é gerado pelas elites dominantes *restritamente dirigentes e nacionais* e dita um rumo permanente da vida política da sociedade brasileira, também pela incapacidade da esquerda brasileira de atuar como incorporadora das grandes massas populares no processo político.

O caso emblemático de Canudos indica a situação de desespero extremo a que são impelidas as massas populares pela *revolução passiva* das elites dominantes. A resposta dos rebelados é, de um lado, energética, forte, destemida, heróica, como ficou demonstrado em Canudos, de outro é uma luta desesperada, destinada inexoravelmente à derrota porque, dominada pelo atraso, pelo despreparo e pelo isolamento.

## O CACHORRINHO SAMBA EM CANUDOS:

O Estranhamento na Literatura Infanto-Juvenil

Climaco Dias

Pesquisador do CEEC UNEB

A Guerra de Canudos sempre teve uma grande influência sobre a literatura brasileira. Desde o seu mais famoso livro "Os Sertões", Canudos vem sendo uma rica fonte para os ficcionistas brasileiros e estrangeiros. Ali inaugurou-se o Romance denúncia, rompendo com uma fase anterior em que o sertanejo era tratado de uma forma idealizada. A tragédia canudense trouxe o conflito para a literatura, e o sertão passou a ser visto não mais como um espaço de "pobres felizes" mas como um palco de grandes conflitos sociais. Conselheiro e sua gente fez a literatura regional brasileira perder uma inocência, que na verdade era a indisposição para compreender o Brasil dos índios, dos negros, dos mestiços, dos oprimidos e famintos. E se Canudos tem essa importância para a literatura, a literatura também sempre foi muito importante para o resgate dos acontecimentos que há cem anos faz o Brasil ainda ficar perplexo.

Ficção e história sempre andaram de mãos dadas nessa tragédia brasileira. Dos livros surgidos quando ainda se buscava entender a dimensão real do massacre, grande parte seguiu a trilha da ficção. Em 1898 um ano após a destruição do Arraial, o escritor Afonso Arinos lançava "Os Jagunços" e o poeta popular Manoel Bombinhos publicava

o cordel "Canudos Historia em Versos. Em 99, o correspondente de guerra Jornal de Noticias, Manoel Benicio publica "O Rei dos Jagunços". Além do livro mais perturbador "Os Sertões" de Euclides da Cunha publicado em 1902 e que até hoje se discute se é ficção ou um ensaio científico, sem se encontrar um consenso acerca do gênero do livro de Euclides.

Talvez por isso, a ficção canudiana jamais seja abordada pela crítica com a delicadeza que normalmente exige uma obra ficcional. A ficção que mesmo sem pretender faz história, exige e chama para si uma crítica bem mais exigente e contundente que a obra que não se coloca neste espaço de dualidade. E a ficção sobre a Guerra de Canudos sempre esteve imbricada com a história, ou se propôs a contá-la a exemplo do livro "O Cachorrinho Samba na Bahia" da Sr<sup>a</sup> Leandro Dupré ou Maria José Dupré.

"O Cachorrinho Samba na Bahia" é um dos raros livros de literatura infanto-juvenil que enfoca a Guerra de Canudos. Lançado pela editora Saraiva em 1957 por Maria José Dupré que àquela época assinava Sr<sup>a</sup> Leandro Dupré. A autora também é uma das mais, lidas e consagradas pelo público infanto-juvenil, sobretudo com os livros "Cachorrinho Samba", "Cachorrinho Samba na Fazenda", "Cachorrinho Samba na Floresta", além de ser autora de livros como "Éramos Seis" que foi até adaptado para novela por uma rede nacional de televisão.

A trama do livro "O Cachorrinho Samba na Bahia" é a visita do cachorrinho paulista Samba, junto com os seus donos à Bahia, passando por Salvador, Geremoabo, Canudos e Paulo Afonso. O desenrolar da história é uma sucessão de equívocos históricos, estranhamentos e preconceitos que acompanham o Cachorrinho durante toda sua visita, o que traduz o exacerbado estranhamento que as elites brasileiras sempre tiveram ao se depararem com os movimentos populares. Sessenta anos depois, Maria José Dupré olhava Canudos através das lentes que as elites do final do século XIX utilizavam. Com preconceito, manipulação de fatos, e o emudecimento

dos pobres por achá-los incultos e inferiores, sendo portanto incapazes de tornarem-se agentes da história.

Ao chegar em Salvador a autora demonstra o deslumbramento ou a visão paradisiaca do "estrangeiro" quando visita a Bahia, ao descrever a festa da Boa Viagem: "*Os nomes das barracas continuavam a ser lidos em voz alta: Barraca Perpétua, Barraca da Alegria de Viver, Barraca do Sol Dourado, Barraca da Galeota, Barraca dos Navegantes, Barraca de Beira Mar, Barraca de Maria de São Pedro, a mais famosa quituteira baiana*"... "*Nomes tão lindos que o dono do Samba ia lendo e os outros iam repetindo porque achavam bonitos. A praia até onde a vista alcançava, estava cheia de povo e as cores das roupas, o movimento, a música, o cheiro de comida, as barraquinhas armadas, dava cor pitoresca a Salvador*"... "*Espetáculo nunca visto Barraca de Abaeté, Barraca de São Jorge, Barraca de São Rafael e dourando tudo um sol quente e vermelho*"...

Mas onde se estabelece o estranhamento a que foi feita referência anteriormente, se ao contrário, este fragmento apresentado é a perfeita simbiose de um visitante com o lugar visitado?

A seqüência logo após esse deslumbramento, oferece uma resposta imediata, quando o Cachorrinho Samba dialoga com um Cachorro Baiano:

- ... "*Onde está o seu dono? gostaria de conhecer*"
- "*Meu dono é preto, falou o baiano mas é um preto de alma branca. E um dono excelente nunca me faltou nada, quero-o de todo coração. É aquele que está dançando samba*".

Estes dois trechos aparentemente contraditórios na verdade são complementares, pois sintetizam a visão dominante das elites brasileiras, quando revelam as suas impressões sobre o povo. A visão idílica e romantizada é a primeira, desde que o povo se adegue a alguns condicionamentos, como: ser negro de alma branca, ser índio manso, não se revoltar contra a ordem estabelecida, e não tentar ocupar os espaços preenchidos pelos dominadores. E descumprindo qualquer

item deste código subjugante, o povo passa a ser fanático, descaído, louco, assassino, sub-raça e mais uma gama de adjetivos análogos que estão disseminados na maior parte dos escritos das elites, quando estas tratam das revoltas e lutas populares. Em um passe de mágica, o que é pitoresco passa a ser horrendo, o que é amor passa a ser ódio e o que é pertencimento passa a ser estranhamento.

Depois desta estada em Salvador, "O Cachorrinho Samba" e os seus donos dirigem-se para Canudos, antes passando pelo município de Geremoabo. A permanência nesta cidade não oferece nenhum fato que mereça destaque. No entanto, na estrada para Canudos, a autora já revela o seu posicionamento a respeito da Guerra de Canudos quando faz através do narrador distante, o seguinte comentário:

*"A manhã estava quente mas não desagradável, os olhos de todos estavam fixos no caminho. Neste mesmo caminho que, 60 anos antes, foi trilhado pela tropa do general Savaget e seus auxiliares; e toda tropa foi atacada pelos jagunços de Canudos."*

Esse comentário faz parte de um posicionamento recorrente em grande parte do livro de Maria José Dupré, e de quase toda literatura e historiografia sobre a Guerra de Canudos. A imagem que ficaria retida desta construção se não fosse identificado o seu conteúdo eminentemente ideológico, seria algo prozaico e bizzaro. Seria como se o General Savaget tivesse partido de Aracaju com destino a Canudos com 2.350 soldados fortemente armados para fazer um passeio e no percurso tivesse sido atacado por jagunços hostis. Ora, quem foi atacar os conselheirista foi o General Savaget, e qualquer atitude beligerante assumida pelos canudenses foi antes de qualquer questionamento, defensiva. os canudenses jamais tomaram a iniciativa de ataque na Guerra. Sempre se comportavam de forma aguerrida e brava. Mas sempre se defendendo. Ter ido ao encontro de uma tropa que já marchava por centenas de quilômetros com o objetivo de destruir Canudos, foi uma atitude defensiva.

Uma vez em Canudos, O Cachorrinho Samba entra em contato com os cachorros do lugar e a escritora faz uma transferência das suas posições tanto para estes como para Samba. Na primeira situação, dois cachorros canudenses iniciam uma discussão banal e um deles em atitude indôcil mostra os dentes para o outro, que retruca desta forma:

*"Não precisa mostrar os dentes, perde seu tempo, você vive procurando encrencas... parece que aprendeu essas coisas de briga com os jagunços de Antônio Conselheiro".*

No outro momento é o próprio samba que faz uma intervenção, a propósito de acalmar os ânimos de dois outros cachorros canudenses que também se desentendiam:

*"Calma rapazes pediu samba. Vim aqui para visitar vocês e não quero ver briguinhas e discussões como no tempo dos jagunços".*

Estes dois momentos unifica definitivamente a visão da autora de que os conselheiristas eram os agressores. Tanto o narrador distante, que é a própria autora, quanto o Cachorrinho Samba e a comunidade, têm a opinião comum de que Antônio Conselheiro e seus seguidores foram os causadores da Guerra. Em nenhum momento do livro esta "verdade" é colocada em dúvida. E os cães também fazem coro com essa versão, sejam os canudenses, ou Samba. Canudos para Maria José Dupré não tem presente nem futuro e o passado é dissociado do mundo sertanejo que o circundava, por não existirem causas para a guerra a não ser a belerância dos canudenses, e os habitantes de Canudos sessenta anos depois na voz dos seus cachorros reprovam os conselheiristas. A Guerra de Canudos para a autora é um ato de delinquência não de revolta social, como pode ser observado neste trecho que é narrado na voz da cadela canudense Chinita, principal narradora dos episódios da guerra:

... Sendo pessoas atrasadas, mal sabendo ler ou sem instrução alguma, acreditavam tudo que dizia o Conselheiro”...

... “Ora essa gente boa que veio para cá pensando que Antônio Conselheiro era santo vieram também homens maus assassinos que queriam esconder-se da polícia. Assim vieram Pedrão, Pajeú, José Venancio, autor de dezoito mortes, Joaquim Trancapês, Raimundo Boca Torta, Chico Ema, Antônio Fogueteiro, Quiquim, Macambira, João Abade, Antônio Beatinho, Taramela, Manoel Quadrado”...

... “Muitos não trabalhavam viviam tocando viola de papo pro ar, ou então conversando, ou rezando”...

... “A comida começou a faltar, havia gente demais e os gêneros eram poucos para tantas bocas e alguns homens começaram a roubar: Saíam ai pelo sertão, roubavam bois, mantimentos, tudo o que podiam; depois chegavam aqui com cara de inocentes e iam rezar na igreja com o Conselheiro. Ele não sabia seus homens faziam estrepolias”...

... “Mas o Conselheiro era ignorante, não sabia nem interpretar a religião, fazia tudo a moda dele”...

Esta parte revela todo o estranhamento da autora em relação à comunidade de Canudos. O preconceito embora seja dirigido a todos é obliterado por um ardid muito comum aos escritores que não aceitam a existência do Belo Monte, que é a separação dos habitantes em três estratos bastante diferenciados: o primeiro é composto pela grande maioria, que é “atrasada” e “inculta” e que por isso, e só por isso, segundo eles, seguiu o conselheiro. O segundo estrato é representado por Antônio Conselheiro que apesar de também ser “ignorante”, pela sua liderança consegue atrair essa massa. O terceiro é composto pelas lideranças que são criminosos procurados pela polícia e que continuam a delinquir, aproveitando-se da falta de conhecimento do Conselheiro sobre a realidade que o cerca em Canudos. O que essas visões nunca quiseram perceber, é que mesmo depois de guerrear contra quatro

expedições militares, qualquer pessoa teve, até os momentos finais, liberdade para ir embora. E se eles resolveram lutar até o fim, não é porque fossem incultos e ignorantes, mas por serem movidos pela fé, e portanto acreditavam que venceriam qualquer expedição e tomariam os seus destinos nas suas próprias mãos. Canudos tinha a utopia na alma, e utopia jamais é compreendida pelos conservadores.

Um outro aspecto revelador do livro da escritora Maria José Dupré é a forma favorável e até mesmo passional com que esta trata o exército. O sentimento em relação as tropas, invariavelmente oscila entre a exaltação do heroísmo, à dor com o sofrimento dos soldados, como pode ser visto na sequência a seguir, na narração da cadelã Chinita:

... “Então nesse momento apareceu o feroz Pajeú, jagunço perigoso e temível. Sabem o que ele organizou? O cerco da tropa estropiada nas gargantas do Cambaio, na volta, pobres soldados famintos e cansados tiveram que lutar heroicamente contra os homens de Pajeú atravessaram a garganta da serra com as maiores dificuldades e o Major Febrônio e seus oficiais deram provas de coragem extraordinária... ou sobre a expedição Moreira César

... “Somente a artilharia defendia-se calmamente, dirigida por um valente que nunca se acovardou: Salomão da Rocha”.

O exército como a representação máxima das elites brasileira, neste livro é elevado a uma condição que nunca desfrutou na guerra de Canudos. A depender da situação são heróis ou vítimas. Em nenhuma passagem há qualquer registro sobre a prática covarde da degola de prisioneiros, utilizada fartamente pelos militares, e denunciada imediatamente após o fim da guerra pelos estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, e depois por Euclides em os sertões, e como é que soldados, que na sua grande maioria eram recrutados de forma compulsória, sem ter uma compreensão clara sobre a causa porque estavam lutando podiam ser protagonistas de tantos atos de heroísmo?

E a versão favorável aos militares é completamente disseminada por todo livro a ponto da autora não considerar a expedição do Tenente Pires Ferreira, como uma das quatro comumente aceitas, enquanto que a expedição Artur Oscar se transforma em três expedições distintas, uma comandada pelo próprio, outra comandada pelo General Savaget e a última sob, o comando do General Bittencourt. As duas primeiras, segundo a autora são as comandadas pelo Major Febrônio de Brito e o Coronel Moreira César respectivamente.

Ora, para quase toda a historiografia Canudense e até para o próprio exército, foram quatro as expedições inclusive a do Tenente Pires Ferreira, e a expedição de Artur Oscar é considerada a destruidora de Canudos, sendo a coluna comandada pelo General Savaget e os homens que posteriormente vieram, sob as ordens do General Girard e do Ministro da Guerra General Bittencourt, apenas apoio ao General Artur Oscar.

Maria José Dupré considera, na voz da cadela Chinita, que as expedições de Savaget e Artur Oscar foram derrotadas, enquanto que a expedição "Salvadora" comandada por Bittencourt é quem põe fim ao arraial de Canudos<sup>1</sup>. Como o General Bittencourt poderia ser o comandante de uma expedição se o mesmo ficou em Monte Santo? Porque dentro dessa lógica a autora não considerou a coluna Girard, conhecida nas hostes militares como "Mimosa", pelo grande número de pedidos de baixa dos seus integrantes motivados pelo medo, e covardia como uma expedição?

<sup>1</sup> Euclides da Cunha denomina o grupo que acompanha o General Bittencourt de "Divisão Salvadora".

As respostas a essas perguntas podem facilmente ser encontradas por todo o passeio do cachorrinho samba na Bahia que é um libelo da não compreensão da comunidade do Belo Monte. O cachorrinho Samba e Sr<sup>o</sup>. Dupré foram a Canudos, mas em todo momento olharam com olhar do preconceito, do estranhamento absoluto. mesmo sessenta anos depois, as elites ainda não haviam perdoado um povo que teve como único pecado querer construir o seu próprio caminho.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- I. DUPRÉ, Senhora Leandro. *Cachorrinho Samba na Bahia*, São Paulo: Saraiva, 1957.

## REDE DE INTRIGAS / FALAS INCENDIÁRIAS

*José Carlos da Costa Pinheiro*  
*Historiador, Bel. em Direito e pesquisador do CEEC-UNEB*

Precisamente a 05 de outubro de 1997 estaremos comemorando o Centenário do término da Guerra de Canudos, período compreendido de novembro de 1896 a outubro de 1997. Está ligado a este episódio da história brasileira, a figura do líder religioso e político Antônio Vicente Mendes Maciel, o "Antônio Conselheiro", nascido em Quixeramobim, Ceará, em 13 de março de 1830. Por volta de 1859 muda-se para Sobral e emprega-se como caxeiro, a seguir vai para Campo Grande com a função de Escrivão de Paz e daí para Ipú como requerente no Fórum. Em 1871, a Justiça penhora-lhe os últimos bens: "Auto de Penhora - Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e um, aos dois dias do mez de outubro do dito anno nesta cidade e na rua do Cotovello, onde foi vindo o official de justiça abaixo assignado, ahi, e em cumprimento do presente mandado penhoramos duas êgoas novas castanhas, dois poltros de muda, um castanho e outro cardão, um poltrinho cardão e uma poltrinha da mesma cor, um novilhote azul e um bizerro liso, tendo os

*Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v. 2, n. 2, 1997*

referidos animais a marca à margem, um relógio de prata desconsertado, uma corrente de ouro para o mesmo, um colete de fustão, um chapéu de pello usado, um palitot, de panno fino preto, um jogo de caixa de pregaria de bom uso (estes bens foram avaliados por 270 \$ 000), dois mil - réis, outra dívida de quatro mil-réis da responsabilidade de Ambrósio de tal, morador no Patu, e finalmente outra dívida da responsabilidade de Francisco de Campos Lima, morador no Riacho Verde, da importância de quatro mil oitocentos e quarenta, cujos bens foram depositados em mãos e poder do tenente Antônio Augusto de Oliveira Castro, depositário particular, que se obrigando às penas da lei, assigna este auto judicial com o dito official e commigo, que o escrevi. Official de Justiça Eufrásio José de Sant'anna - Antônio Augusto de Oliveira Castro"<sup>1</sup>.

A partir de 22 de novembro de 1874 começa a ser noticia e o RABUDO, um jornal de Estância/Sergipe, é o primeiro a noticiar o seu aparecimento sob a alcunha de Antônio dos Mares. Este jornal editado por Manoel Lopes de Souza Silva, parecia antever, inclusive porque contribuiu para a rede de intrigas o rastro sinistro que viria ocorrer 23 anos depois, conforme podemos observar em suas linhas:

*"Anda no caráter missionário, pregoando ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas prédicas consistem na proibição dos chales de merinó, botinas, pentes; e não comer se carne e cousas doces nas sextas e sábados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido. (...) pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela autoridade da palavra do FR. S. Antônio dos Mares moderno.*

*Dizem que elle não teme a nada e que estará a frente destas ovelhas.*

*Que audácia!*

Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2, n.2, 1997

*O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o. Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em numero fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Provincia da Bahia, erigindo um templo."<sup>2</sup>*

Sempre ao lado dos oprimidos, Conselheiro se indispunha com o sistema dominante, que o via como uma grande ameaça. Começava a atrair a hostilidade principalmente dos proprietários de terra, que tinham a mão-de-obra evadida e, do clero, na perda do seu "rebanho".

Diversas foram as tentativas no sentido de dissolver o séquito Conselheirista. Em maio de 1895, o Frei Evangelista de Monte Marciانو, ( 1843 - 1921 ), capuchinho italiano que esteve em uma Santa Missão no Arraial de Canudos, apresentou posteriormente, um relatório sobre Conselheiro e seus seguidores. Vejamos alguns trechos desse importante depoimento, quando o frei italiano se dirige a Antônio Conselheiro "as primeiras palavras que trocamos versaram sobre as obras que se construíam, e elle convidou-nos a examinal-as, guiando-nos a todas as divisões do edificio". Adiante o religioso explica a Conselheiro que "ia abrir uma Santa Missão, e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho no interesse de cada um e para o bem geral". E o povo dizia: "nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro" e Antônio Conselheiro, voltando-se para o Frei Evangelista, declarava: "é para minha defeza que tenho comigo estes homens armados, porque V. Revm. ha de saber que a policia atacou-me e, quiz matar-me no lugar chamado Maceté, onde houve mortes de um e de outro lado, no tempo da Monarchia deixei-me prender, porque reconhecia o Governo; hoje não, porque não reconheço a Republica - eu não desarmo minha gente, mas também não estorvo a Sta. Missão".<sup>3</sup>

Ainda este religioso, no sétimo dia da sua Missão a Canudos, preconizando o fim trágico que ocorreria em outubro de 1897, dizia: "desconheceste os emissários da verdade e da paz, repelestes a visita

Rev. Canudos, Salvador, UNEB, v.2, n.2, 1997

da salvação; mas ali vêm tempos em que forças irresistíveis sitiarão, braço poderoso te derrubará, e arrazando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverá a seita impostora e maligna que te reduziu a seu jugo, odioso e aviltante". 03

São inúmeras as causas que determinaram a Guerra de Canudos. Desde o dito "incidente desvalioso" referente ao madeirame encomendado em Juazeiro - Bahia, ao Cel. João Evangelista Pereira de Melo, cuja entrega não ocorreu no prazo estabelecido; até a mobilização dos setores oligárquicos inquietos com o crescimento vertiginoso do Arraial Conselheirista.

Fato é, que em telegrama, datado de 29 de outubro de 1896 dirigido ao Governador da Bahia, Conselheiro Luís Viana, o Juiz Arlindo Leoni (1869 - 1936), da Comarca de Juazeiro, invoca a ação do Estado. Diz o telegrama: "*Conselheiro Governador. Notícias transmitidas por positivo confirmam boato da vinda do perverso Antonio Conselheiro reunido a bandidos; partirão Canudos 2 vindouros. População receosa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providencias. Juiz de Direito. Arlindo Leoni*".<sup>4</sup>

A agitação do Clero estava expressa nas correspondências confidenciais dirigidas ao Arcebispado da Bahia. Um dos párocos, o vigário coadjutor de Inhambupe, Júlio Fiorentini, foi o mais ardoroso opositor de Antônio Conselheiro, conforme explicita a sua correspondência, uma delas afirma ser o peregrino cearense, "*o lobo devorador de almas, que tem feito e continua a fazer um mal horrível ao rebanho*". E é mais contundente: "O tal Antonio Conselheiro ainda anda em roda das freguesias de Inhambupe, Aporá e Itapicuru, continuando sempre o seu plano de ataque a religião Catholica de Roma e a moralidade -. O pobre infeliz rodeado de mais de centocinquenta homens armados, pretende sustentar por força o mal que fez, constringindo assim os catholicos incautos a ouvirem suas perveras doutrinas, assaltando como um ladrão e bandido, os lugares onde pensa fazer alguma conquista e ingrandecer por esse modo o seu sequito criminoso -. *Senhor tal homem, procede de tal forma, que fascina, attrahe, seduz os po-*

*bres ignorantes a segui-lo, ficando assim, não somente a religião Catholica Romana, que é também a do Estado, opprimida; mas a vida dos cidadãos compromethida e atacada, pois elles Antonio Conselheiro e seos bravos ameaçam de morte todos que tem a ousadia de resistir ou obstar os planos diabolicos do novo heretico, o herege furibundo e ferino -. Os Sacerdotes, parochos, que tem zelo e pretendem espellir de suas freguesias o tal energumeno chefe de horrorosa quadrilha de ladroes e assassinos, vem-se perseguidos, atacados ameaçados de morte, tal forma que as autoridades locaes, sem as forças precisas para repellir tanto mal, são obrigadas a presenciar as mais horripilantes trajédias -. ...*Senhor as coisas andam de tal forma, que não é mais possivel ellas continuarem assim, e se do alto não vierem providencias enérgicas não somente a religião Catholica terá muito a soffrer, mas a sociedade haverá a deplorar gravissimos danos. É pois um dever sagrado que eu tenho de informar Va. Exa. Rmã. observando mui respeitosa e que é absolutamente necessario que Va. Exa. Rmã. s'intenda com o Exmõ. Sr. Presidente da Provincia e este com o Exmõ Dr. Chefe de Policia, para que sem demora venha um socorro aos povos do centro, particularmente de Inhambupe, Aporá e Itapicuru que se acham atacados pelos comp<sup>os</sup> do perverso herege perturbando assim a tranquillidade publica sosego das familias e a pax das consciencias ... É necessario prevenir as Autoridades Ecclesiasticas e Civis, para que em tempo sejam dadas as devidas providencias, afim de que não tenhamos a deplorar maiores males. - ... e em nome dos Cidadões Brasileiros, Bahianos, que se vêm atacados em seos bens em suas propriedades, que Va. Exa. Rmã. haja por bem dar providencias enérgicas, intendendo-se com o Sabio Governo da Provincia, porque e de suma urgencia, que o tal homem e seos capangas sejam repellidos".<sup>5</sup>**

Já o Barão de Geremoabo, Cicero Dantas Martins (1838-1903), poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, politico influente, grande articulista, também tem seus temores, "via em Conselheiro, um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região"<sup>6</sup> que em verdade significa o pensamento dos numerosos proprietários locais. Em correspondência datada de 24 de fevereiro de 1879 e publicada no Jornal de Noticias da Bahia, 4 e 5 de março expõe: "não posso e não

da salvação; mas ahí vêm tempos em que forças irresistíveis sitiarão, braço poderoso te derrubarã, e arrazando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverã a seita impostora e maligna que te reduziu a seo jugo, odioso e aviltante". 03

São inúmeras as causas que determinaram a Guerra de Canudos. Desde o dito "incidente desvalioso" referente ao madeirame encomendado em Juazeiro - Bahia, ao Cel. João Evangelista Pereira de Melo, cuja entrega não ocorreu no prazo estabelecido; até a mobilização dos setores oligárquicos inquietos com o crescimento vertiginoso do Arraial Conselherista.

Fato é, que em telegrama, datado de 29 de outubro de 1896 dirigido ao Governador da Bahia, Conselheiro Luis Viana, o Juiz Arlindo Leoni (1869 - 1936), da Comarca de Juazeiro, invoca a ação do Estado. Diz o telegrama: "*Conselheiro Governador. Notícias transmitidas por positivo confirmam boato da vinda do perverso Antonio Conselheiro reunido a bandidos; partirão Canudos 2 vindouro. População recessa. Cidade sem garantias. Requisito enérgicas providencias. Juiz de Direito, Arlindo Leoni*".<sup>4</sup>

A agitação do Clero estava expressa nas correspondências confidenciais dirigidas ao Arcebispo da Bahia. Um dos párocos, o vigário coadjutor de Inhambupe, Júlio Fiorentini, foi o mais ardoroso opositor de Antônio Conselheiro, conforme explicita a sua correspondência, uma delas afirma ser o peregrino cearense, "*o lobo devorador de almas, que tem feito e continua a fazer um mal horrível ao rebanho*". E é mais contundente: "O tal Antonio Conselheiro ainda anda em roda das freguesias de Inhambupe, Aporã e Itapicuru, continuando sempre o seo plano de ataque a religião Catholica de Roma e a moralidade -. O pobre infeliz rodiado de mais de centocinquenta homens armados, pretende sustentar por força o mal que fez, constringindo assim os catholicos incautos a ouvirem suas perveras douctinas, assaltando como um ladrão e bandido, os lugares onde pensa fazer alguma conquista e ingrandecer por esse modo o seu sequito criminoso -. *Senhor tal homem, procede de tal forma, que fascina, attrahe, seduz os po-*

*bres ignorantes a segui-lo, ficando assim, não somente a religião Catholica Romana, que é também a do Estado, opprimida; mas a vida dos cidadãos compromethida e atacada, pois elles Antonio Conselheiro e seos bravos ameaçam de morte todos que tem a ousadia de resistir ou obstar os planos diabolicos do novo heretico, o herege furibundo e ferino -. Os Sacerdotes, parochos, que tem zelo e pretendem espellir de suas freguesias o tal energumeno chefe de horrorosa quadrilha de ladroes e assassinos, vem-se perseguidos, atacados ameaçados de morte, tal forma que as autoridades locais, sem as forças precisas para repellir tanto mal, são obrigadas a presenciar as mais horripilantes trajédias -. ...*Senhor as coisas andam de tal forma, que não é mais possivel ellas continuarem assim, e se do alto não vierem providencias energicas não somente a religião Catholica terá muito a soffrer, mas a sociedade haverá a deplorar gravissimos danos. É pois um dever sagrado que eu tenho de informar Va. Exa. Rmã, observando mui respeitosa e que é absolutamente necessario que Va. Exa. Rmã s'intenda com o Exmõ. Sr. Presidente da Provincia e este com o Exmõ Dr. Chefe de Policia, para que sem demora venha um socorro aos povos do centro, particularmente de Inhambupe, Aporã e Itapicuru que se acham atacados pelos comp<sup>tes</sup> do perverso herege perturbando assim a tranquillidade publica sosego das familias e a pax das consciencias. ... É necessario prevenir as Autoridades Ecclesiasticas e Civis, para que em tempo sejam dadas as devidas providencias, afim de que não tenhamos a deplorar maiores males. - ... e em nome dos Cidadões Brasileiros, Bahianos, que se vêm atacados em seos bens em suas propriedades, que Va. Exa. Rmã haja por bem dar providencias energicas, intendendose com o Sabio Governo da Provincia, porque é de suma urgencia, que o tal homem e seos capangas sejam repellidos".<sup>5</sup>**

Já o Barão de Geremoabo, Cicero Dantas Martins (1838-1903), poderoso proprietário de terra na região de Itapicuru, politico influente, grande articulista, também tem seus temores, "*via em Conselheiro, um elemento perturbador da ordem e do trabalho em sua região*"<sup>108</sup> que em verdade significa o pensamento dos numerosos proprietários locais. Em correspondência datada de 24 de fevereiro de 1879 e publicada no Jornal de Notícias da Bahia, 4 e 5 de março expõe: "não posso e não

devo por mais tempo ficar silencioso, os fatos que se têm desenrolado, com assombro geral, nesse Estado e repercutido agudamente nos demais e até fora dele de modo a tornar irrequieto o espírito público, exige a minha apresentação na imprensa.

Refiro-me à magna questão da atualidade negócios de Canudos - que, dia a dia vai assumindo medonhas proporções que, em tempo, seriam evitadas com grande facilidade, sem gastos de rios de dinheiro e perdas de centenas de vidas. *Se o governo não é a providência, é a providência (...)* Não havia quem com força bastante pudesse demover o povo desta faina devastadora, a que gostosamente se entregava na convicção de praticar um ato meritório. Os prejuízos foram incalculáveis e não fez mister encomiá-los.

Cansé de ver os males incalculáveis, presentes e futuros, que Antônio Conselheiro traria para esta localidade

Desde 1874 e 1876 continuou ininterruptamente esse estado de coisas sempre em estado ascendente.

Começou então a desorganização do trabalho e os efeitos da ociosidade acentuadamente se fizeram sentir.

Crescia mais e mais a influência de A. Conselheiro e, a exceção da minha, posso sem receio dizer, que não houve família que não assistisse às suas orações. (...) Pela segunda vez, ainda ausente em 1876, dirigiram-se as autoridades locais ao Governo, e vindo um oficial com algumas praças de linha foi preso Antônio Conselheiro, conduzido para esta Capital e remetido para o Ceará na suposição de ser criminoso

*Reentrou a população no labor costumeiro quando, algum tempo depois, reaparece inesperadamente este indivíduo. Então ateou com intensidade o fogo do fanatismo e Antônio Conselheiro já não era mais penitente, era um enviado de Deus ou o próprio Deus.*

A sua órbita de ação ampliou-se: além das prédicas principiou a levantar pequenos cemitérios e capelinhas.

*O povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo.*

*Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e a tudo quanto não fosse útil e agradável ao inculcado enviado de Deus, facilmente não se prestava.*

Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados em carro por pessoas do povo na distância de léguas e léguas; nada por animais, era a doutrina da seita.

*Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.*

*O acúmulo de males em gestação, mais dias menos dias, havia de explodir vulcanicamente, e assim sucedeu.*

Foi proclamada a República e então as prédicas de Antônio Conselheiro não eram somente sobre motivos religiosos; estenderam-se ao novo regime que era fortemente atacado.

Republicano, no dizer dele, é excomungado, e quem aderisse e obedecesse as autoridades constituídas, estava fora da lei de Deus. (...) Corria o ano de 1893 quando, em abril, foram constituídos os municípios de Itapicurú, Soure e Amparo, todos desta comarca onde por muitos anos assentou sua tenda Antônio Conselheiro.

Ao serem cobrados, no Soure, os devidos impostos no dia da feira, o povo, obediente às doutrinas de Antônio Conselheiro contra a República, insuflados por indivíduos hoje guindados em autoridades, o

que com ele entretém relações, fez em pedaços as tabuletas em que estavam afixados para devida publicidade, na falta de imprensa, o orçamento e posturas municipais e prorrompeu, em gritarias infernais, ao atroar de foguetes contra o pagamento de imposto. (...) Levado o fato ao conhecimento do Juiz de Direito da Comarca, este, na feira seguinte, acompanhado do Promotor Público e outras autoridades, para ali dirigiu-se e, com seus próprios olhos viu o movimento sedicioso.

*Uma horda de mais de 500 homens, carregados com armas de fogo, facões, cacetes e chuiços, fora os índios de Mirandela, com arcos e flechas, percorreu as ruas com ameaças, insultos e impopulares, protestando que se de novo fossem colocadas as tabuletas seriam outra vez despedaçadas, e que ninguém, absolutamente ninguém, pagaria um real de imposto porque não reconheciam e nem obedeciam as leis da República. (...)*

*Alguns lugares desta comarca e de outras circunvizinhas e até do Estado de Sergipe, ficaram desabinados, tal o aluvião de famílias que subiam para Canudos, lugar escolhido por "Antonio Conselheiro" para o centro de suas operações.*

Causava dó verem-se expostos à venda, nas feiras, extraordinária quantidade de gado cavalariço, vacum, caprino e etc., além de outros objetos, por preço de nonada, como terrenos, casas etc.

*O anelo era vender, apurar algum dinheiro e ir repartir com o Santo Conselheiro.*

Não era que o Governo fosse estranho ao que se passava. A imprensa bradava alerta. No parlamento estadual houve grande discussão, e a resposta dos governistas era endeusar Antônio Conselheiro".<sup>7</sup>

As principais forças políticas do Estado, quer o Governo, quer a oposição se manifestavam. Fala o Governador da Bahia, Luis Viana, em entrevista concedida ao repórter Favila Nunes, da Gazeta de Notícias, em 24.07.1897 e publicada em 07.08 do mesmo ano:

F N - Como explica V. Ex<sup>a</sup>. Esta guerra de Canudos ?

Luis Viana - Canudos é um desses acidentes que de quando em vez aparecem e para os quais concorrem múltiplas causas sem que a previdência completa dos homens e dos Governos possa prever.

Na mensagem que dirigi ao Senhor Presidente da República sobre tais acontecimentos, expliquei como organizou-se e cresceu aquela horda de fanáticos, a principio de meras crenças religiosas e depois prejudicial à ordem pública, porque já não conheciam e nem obedeciam as leis e nem as autoridades.<sup>(106 p. 140)</sup>

F N - Julga V. Ex<sup>a</sup>. que com a tomada de Canudos estará concluída esta cruenta guerra ?

Luis Viana - Se for pegado Antônio Conselheiro tudo estará terminado. se porém ele fugir, será preciso persegui-lo onde quer que esteja, para não formar mais grupos. Parece-me que isto não será difícil, pois ele não podera fugir sem grande séquito, que nos facilite capturá-lo.<sup>(106 p. 148)</sup>

Por outro lado, o Dr. José Gonçalves afirmava ao mesmo repórter, no dia 14.08.1897, sendo a entrevista publicada em 21.08.1897.

F N - Que julga V Ex<sup>a</sup>. desta guerra de Canudos e quais os intuitos de Antônio Conselheiro ?

José Gonçalves - Como posso eu julgar semelhante guerra, se não compreendo o que se está passando ?<sup>(106 p. 153)</sup>

Quanto aos intuitos de Antônio Conselheiro, não os conheço. Sempre ouvi dizer, nunca o vi, que era um fanático religioso que detestava a República e os republicanos; hoje o que nele aparentemente vejo é um guerrilheiro terrível.<sup>(106 p. 154)</sup>

F N - Pensa V. Ex<sup>a</sup>. que Antônio Conselheiro possa sustentar esta guerra por muito tempo ?

José Gonçalves - A duração desta guerra depende de circunstâncias que me não é possível determinar. Quem comanda o inimigo é efetivamente Antônio Conselheiro ? Ele cairá em poder das tropas que se apoderarem de Canudos ? Não sei - nem posso prever; portanto, não posso razoavelmente calcular a sua duração. <sup>(106 p. 154)</sup>

O cerco fechava-se em torno de Canudos !

A 5 de outubro tinha fim a Guerra de Canudos e a Ordem-dia. nº 145 de 6 de outubro de 1897 assinada pelo General em Chefe, Artur-Oscar expressava: "*Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Está terminada a Campanha de Canudos. Desde hontem que os Batalhões das Forças Expedicionárias passeiam suas bandeiras sobre as ruínas da cidadella, com a consciência de hem haverem cumprido o seu dever.*" <sup>(104 p. 131)</sup>

#### BIBLIOGRAFIA CITADA:

- 1.MACEDO, Nertan. Memorial de Vilanova. *O Cruzeiro*, p.114, mar. 1964.
- 2.RABUDO. Estância: Se, n. 7, p.1-2, 22/nov/1874.
- 3.MARCIANO, João Evangelista de Monte Frei. *Relatório sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial de Canudos*, em 1895. Salvador: UFBA. CEB, n. 130, p.4-5,1987. Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia.
- 4.MILTON, Aristides Augusto. *A Campanha de Canudos*. ed. UFB<sup>a</sup>, 1979. Coleção Cachoeira, v.2 p.131.
- 5.Arquivo da Cúria Metropolitana do Salvador -ACMS. Arquivo de Microfilmes do CEEC- UNEB. Filme 001-

- flash 01. Correspondência do Pe. Júlio Fiorentini ao Arcebispo da Bahia-Inhambupe, 24/out/1886 e 4/jul/1887.
- 6.GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. 2. ed. São Paulo: Ática 1977.
  - 7.ARRUDA, João. *Canudos, Messianismo e Conflito Social*. Fortaleza: UFC/SECULT, 1993 - 183 p.
  - 8.CALASANS, José. Canudos não Euclidiano fase anterior ao início da guerra do Conselheiro. In: *Canudos Subsídio para a sua Reavaliação Histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986 p.20.

## **CRIAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA E A GUERRA DE CANUDOS**

*João Augusto de Lima Rocha*

*Professor Adjunto da Escola Politécnica da UFB<sup>a</sup>*

Completando seu centenário a 14 de março de 1897, a Escola Politécnica da Bahia constitui-se num exemplo de instituição criada em razão de necessidades econômicas e políticas bem identificadas com os interesses das classes dirigentes, àquela época, no Estado da Bahia, havendo uma aparente relação desse episódio com a escalada militar em Canudos, assunto que aqui se levanta, no intuito de que pesquisas mais aprofundadas, a cargo naturalmente de historiadores, possam entrar em detalhes mais substanciais.

Buscando superar a difícil fase imediatamente posterior à instalação do regime republicano, quando seis governadores foram nomeados para o Estado, num período de pouco mais de dois anos, a Bahia de 1892 vivia um momento em que suas elites dirigentes tentavam consolidar a estabilidade política, através da eleição regular dos governadores.

Num clima de grande efervescência política, toma posse o primeiro governador eleito do Estado, o médico Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que consegue atravessar a turbulência e completar o mandato para o qual havia sido eleito (28/5/1892 a 27/5/1896), havendo

contribuído para a montagem da máquina administrativa e diminuído o montante da dívida do Estado.

Secretário de Viação do Governo Rodrigues Lima, o engenheiro Arlindo Coelho Fragoso, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, seria, logo imediatamente ao fim de seu mandato, o principal organizador do Instituto Politécnico e da Escola Politécnica da Bahia, já no governo seguinte, de Luiz Viana, que tomou posse em 28/5/1896.

Logo a 5 de julho desse ano, pouco mais de um mês após a posse de Luiz Viana, Arlindo Fragoso reúne-se com os engenheiros Afonso Glicério da Cunha Maciel, Austriciano de Carvalho, Alexandre Freire Maia Bittencourt, Justino da Silveira Franca, Salvador Pires de Carvalho e Aragão, Francisco Lopes da Silva Lima, Antonio Luiz Freire de Carvalho, Fortunato Fausto Galo e Antonio Augusto Machado, na sala do Secretário de Agricultura, José Antonio Costa, e anuncia que, pela ação de *particulares* e do *Governo Estadual*, iria ser fundado o Instituto Politécnico e a Escola Politécnica. Após apenas quatro dias, em 9 de julho de 1896, são aprovados os estatutos das duas instituições, sendo o Instituto instalado em 12 de julho de 1896, somente uma semana após o início do processo! A rapidez, algo um tanto fora da tradição de nossa burocracia, parece não deixar dúvidas quanto ao fato de que se tratava de uma decisão política muito bem calculada, do Governo Luiz Viana. O interesse do Executivo estadual materializou-se, aliás, através de sucessivas dotações de recursos para o Instituto.

A Escola Politécnica, a primeira parte do projeto educativo do Instituto recém-fundado, cujos cursos seriam instalados a 14 de março de 1897, teve sua proposta baseada na da escola congênera do Rio de Janeiro. Arlindo Fragoso, ao apresentar, em 24 de julho de 1896, o *Plano de Ensino para os Cursos da Escola Politécnica da Bahia*, referiu-se às “...faltas de que se ressentia a Escola de Pernambuco e à confusão que se nota na de São Paulo”, para propor que fosse adotado o regime da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, nome pelo qual passara a ser chamada a escola Central a partir de 1874, esta, por sua vez, criada em 1858, a partir da Escola Militar.

Foi na Escola Central do Rio de Janeiro que se inaugurou o primeiro curso de engenharia *civil* em nosso país. Segundo Luiz Antonio Cunha: “o qualificativo *civil* tem a função única de distingui-la da outra engenharia, a militar. Foi muito mais tarde, já no século XX, que o termo *civil* passou a designar uma engenharia geral não especializada. Só a partir dos anos 50 engenharia *civil* veio a ser entendida como especializada em construção *civil*, isto é, edificações, estradas, águas e esgotos, etc.”. A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, segundo o mesmo autor, formava quatro especialidades de engenheiros: *civil*, *geógrafo*, *minas* e *industrial*, das quais somente as duas primeiras seriam inicialmente instaladas na Escola Politécnica da Bahia.

Não há dúvida que a introdução desses cursos na Bahia guarda coerência com a tese política do aumento da autonomia estadual, defendida no plano nacional principalmente por Luiz Viana e pelo líder gaúcho Júlio de Castilhos, no confronto estabelecido entre os estados e o poder central, naqueles primeiros anos do regime republicano. As elites baianas mais esclarecidas davam suporte a essa tese, lutando pelo atendimento das necessidades de transporte, moradias, fábricas, melhoria da infraestrutura urbana e produção de energia, essenciais para o início do processo, por elas almejado, de industrialização do estado.

Por outro lado, o setor agrário que, aliado ao setor do comércio de exportação, fazia parte, à época, do polo hegemônico de poder no Estado, encontrava-se às voltas com um episódio que iria marcar a vida nacional, a Guerra de Canudos. A ascensão da liderança de Antonio Conselheiro preocupava os proprietários rurais, principalmente porque sua pregação estava contribuindo para a retirada da mão-de-obra semi-escravizada das fazendas, a partir do “*mau exemplo*” representado pela promessa do carismático líder, de oferecer o paraíso antes da morte aos explorados do campo.

Registram-se, à época, muitas críticas dos setores econômicos e, ao contrário, o apoio da intelectualidade baiana, à decisão do Governador Rodrigues Lima, de não intervir em Canudos<sup>1</sup>. Já o Governador Luiz Viana, aproveitando-se do pretexto de um incidente ocorrido em Juazeiro, pouco tempo após assumir o governo, no mês de outubro de 1896, começa a escalada que irá levar a um envolvimento crescente, culminando com a presença do próprio Ministro da Guerra, para esmagar brutalmente as forças do movimento de contestação ao poder central, hoje considerado o mais potente forjado em nosso país.

A escalada militar em Canudos teve como um de seus maiores problemas a geografia do semi-árido, particularmente na questão do clima e do terreno, este último tendo sido bastante relevante, dada a utilização de táticas assemelhadas à da guerrilha, pelos homens do Conselheiro. À medida que se seguiam as sucessivas expedições militares, as três primeiras fragorosamente derrotadas no sertão da Bahia, o noticiário nacional ia aumentando o destaque para a guerra, e dentro dela o fator geográfico. A propósito, Walnice Nogueira Galvão transcreve, em seu clássico "No Calor da Hora", um anúncio publicado, à época do episódio de Canudos, pelo jornal carioca "O País", vendendo o "Mapa de Canudos, ... nitidamente litografado, indicando as marchas e posições das diversas colunas em operações". O fato de a Escola Politécnica da Bahia ter iniciado suas atividades propondo-se precisamente a formar engenheiros civis e *engenheiros geógrafos*, insinua uma ligação entre o fato de sua apressada instalação, com o projeto de uma intervenção autônoma do Governo Luiz Viana nos acontecimentos de Canudos, na hipótese, àquele tempo muito provável, de um desdobramento dos fatos que colocasse a possibilidade de um confronto, usando-se o pretexto de Canudos, entre os autonomistas e o poder central.

<sup>1</sup> A esse respeito, vale registrar a existência de um soneto inédito (datado de 28 de maio de 1896) em homenagem ao Governador Rodrigues Lima, de autoria do celebrado poeta baiano Pethion de Villar (pseudônimo de Egas Moniz), encontrado no fundo de um quadro recentemente recuperado pelo Deputado Haroldo Lima, bisneto do governador. As estrofes finais do soneto são muito reveladoras do apoio à não intervenção em Canudos: "Merces a polê, gritam raiosamente / Tu que o Estado de Sítio e as sanhas vingadoras / De uma guerra civil postpaste-nos clemente! ...// Deixal-os blasphemar! caminha sempre em frente / Espera sem temor, de pé, tranquilamente, / A sentença final das gerações vindouras!"

Na busca da aproximação entre os eventos de Canudos e da criação da Escola, vale registrar o momento de sua instalação solene, exatamente quando chegava a notícia da morte do Coronel Moreira César, chefe da terceira expedição militar, esfacelada após o controvertido fim de seu prestigiado comandante. Segundo registra Arquimedes Guimarães, no seu precioso resumo das atas da Escola Politécnica (1896-1946), a instalação da Escola ocorre a 14 de março de 1897, "perante autoridades e pessoas gradas, incluindo o representante da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Professor Francisco Antonio Carneiro da Cunha e alunos do Colégio Militar da Capital Federal". O Secretário do Interior, Sátiro de Oliveira Dias, representando o Governador Luiz Viana, afirma na ocasião que: "...em meio às aflições da Pátria, ainda de luto pelas mágoas da sua atualidade, era uma nota consoladora aquela festa.", e compromete-se em auxiliar a Escola, "por compreender as vantagens do seu advento." Arlindo Fragoso, em resposta, aludindo à agitação reinante no país diz que, também a Escola Politécnica de Paris surgira em meio a agitações nacionais e pede que seja adotado para lema da bandeira da escola, aquele que Napoleão colocara no estandarte da *École Polytechnique*: "Pela ciência, pela instrução e pela Pátria"

O episódio da criação da Escola Politécnica da Bahia parece estar incluído na preparação de uma cuidadosa estratégia de governo e revela o senso de oportunidade política do Governador Luiz Viana, ao conseguir combinar tão distintos interesses, quais sejam os do setor agrário-exportador, temeroso da ascensão do Conselheiro, com os dos setores interessados na industrialização e desenvolvimento urbano da Bahia, dentro do propósito de fortalecimento da tese da autonomia estadual, contra os excessos do poder central. Uma questão, como se percebe, ainda bastante atual, nestes tempos de medidas provisórias em profusão, do uso desmedido da máquina pública federal e do sufocamento dos estados e municípios...

OBRAS CONSULTADAS:

1. CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: O ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
2. GALVÃO, W. N. *No Calor da Hora*. São Paulo: Ática, 1974.
3. GUIMARÃES, A. P. *Escola Politécnica da UFBA.- 1896 a 1947 - Síntese das Atas*. Salvador: Escola Politécnica, 1972.
4. *80 ANOS de Escola Politécnica da UFBA - Artigos de Augusto da Silveira Mascarenhas, Hernâni Sávio Sobral, Magno dos Santos Pereira Valente e Norberto Odebrecht*, Salvador, 1977.
5. *NONAGÉSIMO aniversário da instalação da Escola Politécnica da Bahia* - Discurso de Hildérico Pinheiro de Oliveira, Salvador, 1987.

## ALTO DO MARIO ou ALTO DA FAVELA?

Claude Santos

Fotógrafo e pesquisador de imagens.

Autor do Projeto "Guia Visual do Cenário da Guerra de Canudos"

Tudo indica que existe, nos estudos do cenário da Guerra de Canudos, um grande equívoco em relação ao Alto da Favela.

Este sítio, durante muitos anos, tem sido confundido com o Alto do Mário, cristalizando um engano que exige esclarecimento imediato por estarmos às vésperas da inauguração do Parque Estadual de Canudos, iniciativa da Universidade do Estado da Bahia - UNEB<sup>1</sup>.

O Parque, instalado no cenário da Guerra, tem entre os seus objetivos estimular o turismo histórico na região. Estudantes e estudiosos interessados no tema terão a oportunidade de buscar entendê-lo estando no palco da terrível tragédia sertaneja.

Retomando a afirmativa inicial, apresentaremos alguns argumentos na tentativa de esclarecê-la. Começaremos historiando a locação.

O Alto ou Morro da Favela é, depois da Praça das Igrejas, o ponto mais importante no palco da guerra. Deste sítio tinha-se uma visão total do Arraial. Total e frontal.

Das expedições militares, a primeira a ter este ângulo de visão foi a de Moreira César na manhã do dia 3 de março de 1897.

As expedições anteriores não viram Canudos. A primeira, do tenente Pires Ferreira voltou do Uauá, vila distante do palco, e a segunda, sob o comando do major Febrônio de Brito, depois de combater na Serra do Cambaio e chegar à Lagoa do Cipó, mais tarde Lagoa do Sangue, nos arredores do Arraial de Antônio Conselheiro, retornou abandonando o cenário.

Durante a expedição Artur Oscar esse local se reveste de vital importância.

No entardecer do dia 27 de junho, a primeira coluna chega, sob o fogo cruzado dos jagunços conselheiristas, ao Alto ou Morro da Favela.

A segunda que cumpria a expedição, depois dos combates do Cocorobó, Macambira e Trabubu, já estava perto de Canudos, deslocando-se pela estrada de Geremoabo, à margem direita do rio Vaza-Barris.

A primeira veio de Monte Santo e a segunda, comandada pelo general Savaget, teve como ponto de partida a cidade de Aracajú. Se encontrariam em Canudos. Porém o desenrolar da refrega não aconteceu como planejaram os militares.

No começo da manhã do dia 28, Artur Oscar manda mensagem a Savaget pedindo que suas tropas se deslocassem para o Alto da Favela. A primeira coluna estava em situação insustentável.

Savaget abandona as posições conquistadas, atravessa o leito seco do Vaza-Barris e segue até o encontro das estradas do Geremoabo e Rosário. Pela do Rosário chega ao alto da Favela.

Manoel Benício, jornalista e combatente que acompanhou a segunda coluna, descreve o encontro com a primeira:

*(...) Não era um acampamento, era uma barafunda, um inferno, uma mescla dantesca, satânica, impossível. Cavalos, centenas de cavalos selados, no meio dos feridos, burros arreados junto aos que dormiam pelo chão poeirento e vermelho, de massapê solto, cargas jogadas pelo chão, espingardas cobertas de pó, homens de côcoras, homens curvados ao som das balas, homens de pé com ares de desalento, cobertos de poeira fina do massapê volátil, todo sujo, todo curvado pela tremenda desgraça que o feria, de olhos espantadiços e ânimo frouxo (...)*<sup>2</sup>

Estavam acampados na "toca" ou "gruta" da Favela. Permaneceram aí durante muitos dias.

A fome, a sede, a falta de medicamentos, principalmente, a bravura conselheirista, provocaram inúmeras baixas entre os militares.

Muitos desertaram, fugindo pelas caatingas em busca de água e alimentos.

Ficaram a um passo de mais uma derrota frente aos defensores do Bello Monte.

Depois, com a reorganização dos comboios vindos de Monte Santo, decidiram assaltar o Arraial.

O fizeram ao amanhecer do dia 18 de julho. Na investida usaram o mesmo caminho traçado por Savaget para chegar ao Alto da Favela.

Contornaram pela estrada do Rosário até o encontro com a estrada de Geremoabo, desceram e atravessaram o leito do Vaza-Barris, ocuparam algumas casas do povoado e se estabeleceram a aproximadamente cem metros dos fundos da Igreja de Santo Antônio, ou Igreja Velha.

A esta linha de comunicação entre o Alto da Favela, onde permaneceram instalações militares até o final da Guerra, e as costas da Igreja, denominaram "linha negra". Atrás armaram as barracas dos quartéis gerais, comissão de engenharia e hospital de sangue.

Ao fundo, sinuosa e imponente, a Serra da Canabrava.

As posições ocupadas no cenário continuaram quase as mesmas até o dia 7 de setembro quando, à noite, tomaram a Fazenda Velha, forte trincheira conselheirista.

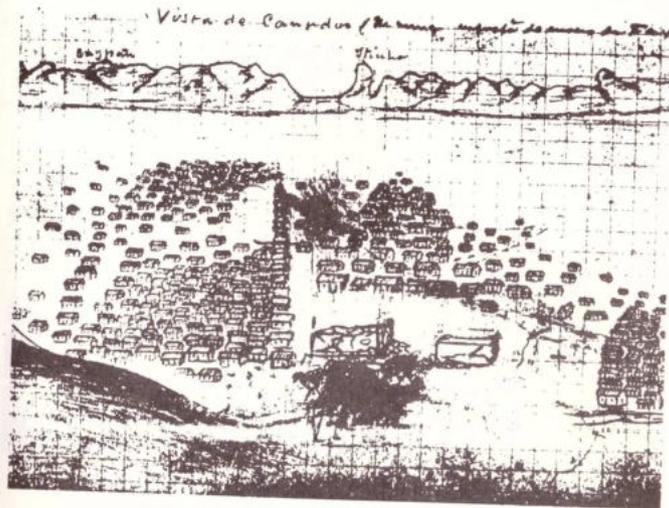
Aqui, retomemos as intenções iniciais deste artigo.

Para facilitar o esclarecimento proposto, pedimos ao leitor que acompanhar dois deslocamentos no cenário.

Num primeiro momento Euclides da Cunha quando chega ao Alto da Favela, no começo da tarde do dia 16 de setembro.

*(...) E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos. Refreei o cavalo e olhei em torno<sup>3</sup>.*

Desenho de Euclides



Esta visão, anotada nas reportagens para "O Estado de São Paulo", será utilizada depois n'Os Sertões, ilustrando a chegada da expedição Moreira César no palco da Guerra.

*(...) De súbito, surpreendeu-os a vista de Canudos. Estavam no Alto da Favela. Ali estava, afinal, a tapera enorme que as expedições anteriores não haviam logrado atingir<sup>4</sup>.*

Desta “vista” três ilustrações herdamos.

A primeira elaborada por Demétrio Urpia, em Salvador, tendo com base em informações de oficiais da terceira expedição<sup>5</sup>.

As outras duas foram feitas no local do conflito durante a quarta e última investida militar. Tiveram como autores Alvim Martins Horcades e Euclides da Cunha. Ambas tem como ponto de observação o Alto da Favela.

Analisemos a de Euclides. Continuemos acompanhando-o, agora tendo como referência suas anotações na “Caderneta de Campo”.

(...) Dia 19 - ... Parti depois do almoço com Guabiru.  
Fui à Favela e à trincheira 7 de setembro ...  
Observei pela primeira vez Canudos.  
Surpreendente! Tem mais de duas mil  
casas...

Dia 20 - ...Continuei e terminei pálido esboço de Canudos...<sup>6</sup>

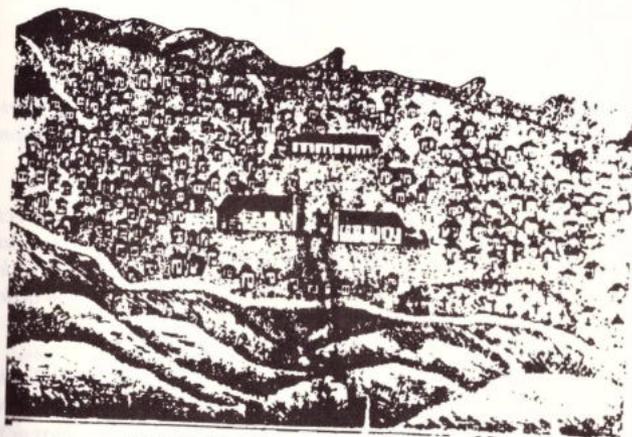
Como já foi dito, Euclides chegou à Favela no dia 16.

Desceu para Canudos, provavelmente pela “linha negra”, e se alojou nos acampamentos militares. Permaneceu aí até a tarde do dia 19 quando subiu à Favela, possivelmente utilizando a “linha negra”, e desceu para a Fazenda Velha, já denominada “trincheira 7 de setembro”. Para chegar a este sítio imaginamos que tenha se deslocado pela Estrada Sagrada, ou de Massacará.

Neste percurso, de uma das encostas da Favela, cansando os olhos nos binóculos, desenhou o Arraial em papel milimetrado. Começou aí o “pálido esboço de Canudos” que irá continuar e terminar no dia seguinte.

O ângulo é frontal. As Igrejas olham-se e as casas espalham-se em semicírculo. Ao fundo a “elipse majestosa de montanhas”<sup>7</sup> que compõe o belo e trágico anfiteatro de Canudos.

*Desenho de Horcades*



Vista de Canudos tirada do alto da Favela  
pelo Acadêmico Alvim Martins Horcades.

O desenho do acadêmico Horcades, também feito no calor da hora, apresenta o mesmo ponto de visão. Ambos foram elaborados na Favela.

Num segundo momento de caminhada, acompanhemos o correspondente do jornal carioca “Gazeta de Notícias”, Procópio Favila Nunes, quando deixa o palco da Guerra, em outubro, depois de consumada a terrível matança dos canudenses.

(...) Sai de Canudos no dia 8, às 10 horas da manhã, deixando tudo arrasado e triste...

Atravessei os acampamentos da comissão de engenheiros e do resto da cavalaria, descendo pelo hospital de sangue...

Entre no Vaza-Barris e subi o seu leito até perto da Igreja Nova...

Fui depois à Fazenda Velha...

Subindo ao Alto da Favela, perto das nossas velhas trincheiras, encontrei umas mulheres mortas: aí me detive para lançar um último olhar para Canudos...

Lá estavam as ruínas das igrejas, que, vistas de longe, pareciam massas informes inqualificáveis; ao redor delas, milhares de casas queimadas, semelhante um vasto lençol de crepe negro estendido, salientando-se milhares de esteios carbonizados, que pareciam dedos apontando o céu! ...

Lá estavam também, em frente ao cemitério, no leito do rio, um grande grupo de prisioneiros jagunços, mulheres e crianças, umas 600 talvez, guardadas por um batalhão; são os últimos resíduos desta nefanda guerra...

Desci da Favela e, antes de atravessar o rio das Umburanas, encontrei ainda algumas mulheres mortas do meio do caminho...

Passando o rio das Umburanas, há ainda uma alta colina, formando um bonito planalto, que denominei Gazeta de Notícias; daí vê-se pela última vez Canudos, quem vem de lá, e pela primeira quem vem daqui.

Desci pelo leito do Riacho do Sargento...<sup>8</sup>



Acompanhe, leitor, o deslocamento de Favela Nunes no croquis publicado neste artigo.

Provavelmente o repórter deixou a Favela e chegou no Riacho das Umburanas, deslocando-se pelo Vale da Morte, caminho usado pela primeira coluna para chegar ao Morro da Favela no entardecer do dia 27 de junho, quando foram acucados pelos jagunços conselheiristas.

Foi nesta "toca" ou "gruta" que as colunas se juntaram na manhã do dia seguinte.

Também chamado de "matadouro"<sup>10</sup>, o Vale da Morte é um raso estreito que se estende das Umburanas até às costas do Alto ou Morro da Favela. Abrigou instalações militares e um cemitério até o final da Guerra, mas, como ponto estratégico, sua importância diminuiu no dia 18 de julho, quando as colunas que formavam a expedição assaltam o Arraial e se estabelece nos fundos da Igreja Velha, iniciando o cerco que se completou no dia 23 de setembro.

Uma leitura atenta do mapa do cenário feito pelo tenente-coronel José de Siqueira Menezes, chefe da comissão de engenharia durante a quarta e última investida militar, nos esclarece, com precisão, a localização dos sítios citados.

Pelo mapa, estando no Morro da Favela, viamos Canudos de frente, como nos desenhos de Euclides e Horcades.

No final dos anos 40, com o início dos trabalhos de construção do Açude do Cocorobô, o DNOCS colocou no célebre morro um marco denominando-o Alto do Mario. Parece vir daí o equívoco, cristalizado durante quase meio século, confundindo, completamente, a leitura do cenário da Guerra.<sup>11</sup>

O hoje erroneamente conhecido como Alto da Favela, está perto do Riacho das Umburanas em local distante e sem ângulo de visão da Cidadela.

Quanto ao verdadeiro Alto do Mario, o mapa do militar também é esclarecedor. Fica perto da Fazenda Velha. Euclides confirma-o. Na "Caderneta de Campo" refere-se ao sítio como "Fazenda Velha de Canudos, a 340 metros do arraial".

O hoje dito "Alto do Mario" está a 1300 metros de Canudos, distância apontada na maioria dos relatos, com pequenas variações como a que separa o Alto da Favela do Arraial.

Também a denominação "Alto do Mario" parece equivocada.

Alguns depoimentos, entre eles o de Siqueira Menezes, denominam "Alto do Maya" ou "Alto do Mayo", nos levando a imaginar o sítio "malhador" ou "malhada" da fazenda.

A "maiada", como diz o homem do sertão, é o local onde se deixa a criação para "maiar", próximo à casa sede.

Portanto, o "Alto do Maya" ou "Alto do Mayo" parece ter sido o "maiador" da Fazenda Velha, principalmente por sabermos não ter existido nenhum "Mario" como proprietário de terras nas redondezas.

Como foi visto, não se trata apenas da substituição dos nomes dos sítios, mas da compreensão real do cenário da Guerra.

E o esclarecimento na localização correta do Morro da Favela, leva a novas leituras do cenário e o entendimento de vários episódios do conflito, até então obscuros.

Para finalizar, usemos as palavras de Henrique Duque-Estrada descrevendo o sítio:

*(...) O Alto da Favela, ou Morro Vermelho, constitui uma chapada de uns 800 metros de extensão, com 300 na maior largura, indo da estrada do Rosário em direção a Canudos; em começo, forma uma esplanada em que alguns pés de quixaba e de imbu constituem a única vegetação de maior porte, sendo o mais formado pela grande variedade de espinhos que ali vicejam; lateralmente à esplanada, para frente, correm dois extensos vales pouco profundos, em cujos flancos formam-se outros, numa longa sucessão. Cortando bruscamente a frente, há um outeiro bordado de penhascos, cujo cimo forma outra*

*esplanada de menores dimensões, inclinando gradualmente até as margens do Vaza-Barris, banhando a Cidadela, em plano inferior a 1.300 metros de distância.*

*Entre o outeiro, ponto culminante da Favela e Canudos, o terreno que ali medeia é inteiramente desabrigado e nu, cortado pela estrada avermelhada, a qual morre nas barrancas do rio. À esquerda da estrada, cerca de 1.000 metros do outeiro, eleva-se pequeno cerco, muito acidentado, orlado de enormes rochedos, com os restos de uma casa, tudo visível daquela posição: é a Tapera ou Fazenda Velha, a cavaleiro do arraial e onde o coronel M. César foi morto a 3 de março. Portanto, naquela direção é a Favela o ponto culminante; segue-se a Fazenda Velha e finalmente o arraial.<sup>12</sup>*

Lendo este relato e caminhando no Cenário da Guerra de Canudos, não terá dúvidas com relação à afirmativa inicial deste artigo.

O local hoje conhecido como Alto do Mário é, na realidade, o Alto da Favela.

## NOTAS:

Este artigo e os estudos feitos no Cenário da Guerra de Canudos contaram com a colaboração das seguintes pessoas e instituições: José Calasans Brandão da Silva, Áurea Maria Viana Lima, Marciano Macêdo da Paixão, Aroldo Costa, Manoel Neto, José Dionísio da Nóbrega, Gumerindo Martins, Marcus Gusmão, Sérgio Benutti, Núcleo Sertão da UFBA e Centro de Estudos Euclides da Cunha da UNEB.

1. O Parque Estadual de Canudos foi idealizado por Renato Ferraz, então coordenador do "Projeto Canudos" do CEEC-UNEB, fundado pelo decreto n.º 33.333 de 30 de junho de 1986, no governo de João Durval Carneiro, sendo Secretário de Educação, Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

2. Correspondência de Manoel Benício. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. "No Calor da Hora". São Paulo, Ática, 1977, p.245.
3. "CANUDOS, diário de uma expedição". Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p.85.
4. "Os Sertões". Rio de Janeiro: Laemmert C. Editores, 1903, p. 328.
5. Por não ter estado no cenário da Guerra, o autor da ilustração comete vários erros.
6. "Caderneta de Campo". São Paulo: Editora Cultrix/MEC, 1975, p.54-55.
7. "CANUDOS, diário de uma expedição". Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 85.
8. Correspondência de Favila Nunes. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. "No calor da hora". São Paulo: Ática, 1977, p. 214-215.
9. BENÍCIO, Manoel. *na sua correspondência, se refere a "toca"*. BARRETO, Dantas fala em "gruta" no seu livro "Destruição de Canudos".
10. Correspondência de Benício, Manoel, In: GALVÃO, Walnice Nogueira. "No Calor da Hora". São Paulo: Ática, 1977, p.247.
11. O marco foi colocado no dia 20 de setembro de 1949. Na época também colocaram um marco no hoje conhecido como "Alto da Favela" e, segundo João de Régis, quem indicou o local foi Zé Ciriaco. No sítio existia uma fazenda "Favela", talvez daí venha a confusão. Como o Alto ou Morro da Favela foi um nome dado pelos militares, é difícil hoje obter, entre os descendentes dos sobreviventes, uma informação segura quanto a sua localização. Com relação a denominação "Morro Vermelho", citado pelo tenente Henrique Duque-Estrada, não encontramos nenhum depoimento que a confirmasse.
12. "A GUERRA de Canudos". Rio de Janeiro: Philobiblion-INL-Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p.97.

## RETOMADA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS-ESTADO DA BAHIA

Paulo Eduardo Zanettini  
Erika Marion Robrahn González  
Jorge Glauco C. Nascimento

Pesquisas arqueológicas efetuadas no interior do Parque Estadual de Canudos (PEC), na década de 1980 (ver publicação *Arqueologia Histórica de Canudos - UNEB, 1996*), conduziram ao cadastramento preliminar de inúmeros vestígios relacionados aos combates travados entre tropas legais e conselheiristas há um século.

Tais pesquisas, preliminarmente desenvolvidas por técnicos da UNEB, permitiram documentar trincheiras, barricadas, sepulturas, material bélico, ruínas de construções, além de sítios pré-históricos e jazidas paleontológicas, constituindo valioso acervo cultural que necessita de estudos mais detalhados, sobretudo para seu aproveitamento educativo e turístico.

Concomitante à execução das obras de infra-estrutura necessárias à efetivação do Parque de Canudos (sinalização, elementos de proteção de sítios, acesso viário, etc...), o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC) desenvolveu uma série de ações voltadas à retomada das pesquisas arqueológicas na área, tendo em vista tanto a aproxi-

mação do Centenário da Guerra (que tem conduzido a um aumento expressivo do fluxo de visitação e consequente destruição dos vestígios arqueológicos) como o rebaixamento do Açude Cocorobó, que fez emergir uma série de estruturas anteriormente submersas, dilatando temporariamente a área física da pesquisa.

A partir daí foi elaborado, no final de 1996, o projeto *"Arqueologia e Reconstituição Monumental 1897-1997. Parque Estadual de Canudos, Canudos Bahia*, com autoria de Paulo E. Zanettini e Erika M. R. González. O presente artigo apresenta os objetivos e procedimentos gerais propostos para o projeto, bem como os resultados preliminares da primeira etapa de campo conduzida pela equipe no Parque de Canudos, em agosto de 1997, que contou com o respaldo financeiro da UNEB.

### O PROJETO DE PESQUISA

#### Objetivos Gerais

Os objetivos globais propostos para a pesquisa arqueológica no PEC são os seguintes:

A. Resgate do conjunto de evidências relacionadas às diferentes ocupações humanas que se processaram na área do Parque Estadual de Canudos a citar:

□ Ocupações pré-históricas, envolvendo os diferentes grupos indígenas que habitaram e/ou exploraram a região;

□ Ocupações históricas, envolvendo desde a expansão do ciclo de exploração pecuária, a implantação da vila de Canudos (e criação do "Império de Belo-Monte" por Antônio Conselheiro), a Guerra de Canudos propriamente dita, até a atual exploração da área enquanto Parque Estadual.

Deste modo, será possível obter elementos para a reconstrução dos sucessivos cenários de ocupação da área, instrumento básico para qualquer tipo de atuação e concepção científico-educativa do PEC.

**B.** Revitalização e restauro dos monumentos arqueológicos e históricos de maior interesse.

**C.** Salvamento dos sítios evidenciados com o rebaixamento do nível das águas do Açude de Cocorobó.

O desenvolvimento da pesquisa deverá contribuir para a consolidação de uma equipe de arqueólogos no quadro da Universidade, garantindo a renovação e dilatação do conhecimento sobre o parque e a região de Canudos, especialmente carente nesses e outros campos de investigação científica.

Com isto, o Parque Estadual de Canudos poderá tornar-se um modelo de gestão científica para áreas de proteção, uma vez que o objetivo da pesquisa não se restringe a cristalizar momentos históricos de interesse, mas sim dotá-los de estratégias de revitalização e manutenção.

### **Procedimentos da Pesquisa**

Visando atender à solicitação do CEEC, a urgência na preservação de sítios ameaçados de destruição irreversível e a oportunidade em documentar sítios anteriormente submersos pelo Açude de Cocorobó, o Projeto de Pesquisa prevê uma intervenção na área a partir de 3 atividades básicas:

1. Revitalização dos monumentos históricos de maior interesse científico, turístico e/ou educativo, selecionados a partir dos seguintes critérios:

- diversidade tipológica, procurando cobrir os eventos e edificações relacionados ao conflito militar (trincheiras, sedes de fazenda, sítios cemitério, etc...),

- estado de conservação, bem como no apelo visual dos monumentos, de maneira a constituírem pontos notáveis de visitação;

- distribuição pela área do Parque e arredores, de forma a explorar diferentes pontos da área (permitindo o conhecimento do Parque como um todo), mas ao mesmo tempo considerando a viabilidade dos visitantes desenvolverem o circuito proposto.

Nos monumentos selecionados, os trabalhos de campo deverão contemplar:

- a obtenção de dados necessários para o estudo arqueológico e histórico de Canudos, através da realização de coletas de superfície, sondagens, documentação fotográfica e videográfica, elaboração de plantas e perfis de sítio, descrições dos trabalhos, etc...

- a revitalização propriamente dita dos monumentos selecionados, através da limpeza dos locais, evidenciação e/ou reconstrução de estruturas, definição de circuitos internos de visitação (onde se inclui a possibilidade de definir áreas de proteção, ou seja, áreas não abertas à visitação), entre outros. Cada monumento receberá uma atuação específica, de acordo com suas características e com o tipo de trabalho que se mostrar mais adequado para a exploração visual/educativa. Assim, embora os monumentos façam parte de um contexto histórico maior (a

Guerra de Canudos), apresentarão um conteúdo próprio, explorado através de diferentes recursos técnicos (maquetes, painéis, letreiros, encartes, folhetos e mini-museus)

## 2. Identificação e análise das ocupações pré-históricas do Parque Estadual de Canudos / Revitalização de sítios selecionados

Embora o PEC não tenha sido ainda objeto de estudos sistemáticos em arqueologia pré-histórica, diferentes informações indicam a presença de vestígios diversificados, contribuindo para um maior enriquecimento do conteúdo e significado cultural da área.

Estudos preliminares desenvolvidos por Zanettini (UNEB 1986/87) revelaram a existência de pinturas rupestres, peças cerâmicas e líticas lascadas na área do Parque (UNEB 1996). A falta de estudos arqueológicos também nas regiões próximas ao PEC dificulta a definição do contexto de ocupações indígenas a que estes vestígios se relacionam. De qualquer forma, devem fazer parte do quadro mais amplo de ocupações pré-coloniais conhecido para o Estado da Bahia, cujas datações mais antigas remontam a mais de 20.000 anos (sítios de grupos caçadores e coletores na Região Central) e que finaliza com a ocorrência generalizada de aldeias de grupos ceramistas na época do contato com o colonizador europeu.

A falta de maiores referências define os seguintes procedimentos gerais para o projeto:

- reconhecimento arqueológico da área, através de prospecções sistemáticas de superfície e sub-superfície;

- revitalização de sítios pré-coloniais para aproveitamento educativo, a serem inseridos no circuito de visitação do Parque, seguindo os mesmos procedimentos gerais adotados para os monumentos históricos, acima discutidos.

## 3. Salvamento arqueológico da porção emergente do Açude de Cocorobó

Aproveitando a oportunidade oferecida pelo rebaixamento do nível das águas do Açude, fazendo emergir grande quantidade de vestígios da guerra e, provavelmente, também de ocupações pré-históricas, torna-se imperativo desenvolver atividades de salvamento, com o objetivo de resgatar esta parte do patrimônio cultural do Parque.

As atividades, neste caso, obedecerão a metodologias específicas de salvamento, trabalhando com levantamentos sistemáticos e extensivos para identificação dos sítios, bem como com uma definição amostral das estruturas que deverão receber trabalhos mais minuciosos (como abertura de sondagens, trincheiras e possíveis escavações).

## RESULTADOS PRELIMINARES DA PRIMEIRA ETAPA DE TRABALHOS DE CAMPO

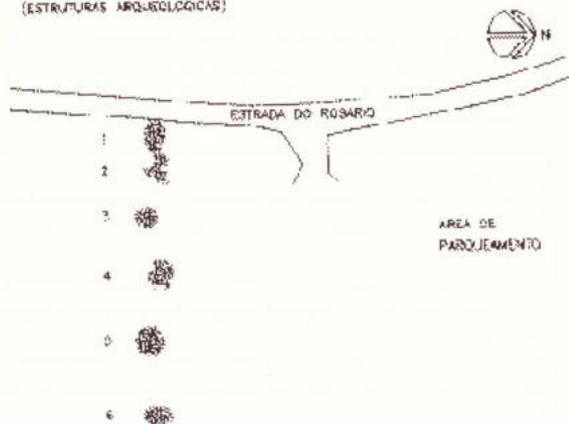
Dentro do escopo o Projeto de Pesquisa acima apresentado, foi desenvolvida uma primeira fase de atividades de campo em Agosto de 1997, centrando esforços na pesquisa e revitalização de dois monumentos: o Alto do Mário e o morro da Fazenda Velha.

### Revisitando as trincheiras do Alto do Mario

A elevação conhecida como Alto do Mario apresenta, na face voltada para a antiga estrada de Massacará, uma sequência de estruturas de pedras dispostas linearmente em intervalos, configurando formas elípticas e circulares (ver UNEB 1996). Tais estruturas correspondem à feição resultante da ação do tempo sobre uma linha de trincheira, popularmente conhecidas como "trincheiras do tempo da guerra".

(Figura 1).

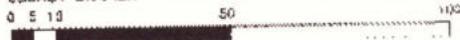
PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS -- BA  
ALTO DO MARIO  
(ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS)



LEGENDA

- 1 A 6 ESTRUTURAS DE PEDRA (TRINCHEIRAS);  
OBS. A ESTRUTURA 5 APRESENTA-SE RECONSTRUIDA

ESCALA GRÁFICA



As trincheiras ocorrem por entre a vegetação, constituindo pequenos ajuntamentos em superfície de pedras soltas, caoticamente dispersas. Apenas uma delas apresenta o interior visivelmente escavado, configurando um aspecto de "trincheira" (este exemplar foi selecionado para receber um cercamento de proteção).

No sentido de melhor conhecer a forma e função dessas estruturas, efetuaram-se as seguintes ações:

- Limpeza e retirada de parte da vegetação superficial rasteira, com coleta e cadastramento de vestígios associados em superfície.

- Seleção de uma estrutura para investigação de detalhe, onde foi realizada escavação. Simultaneamente, foram realizadas sondagens e poços-teste amarrados a uma malha de quadriculamento com orientação L-O.

- Reconstituição em laboratório do exemplar selecionado e reconstituição "in situ".

Como resultado destas ações, foi possível colher elementos sobre a natureza das estruturas e aspectos relacionados ao seu uso durante a batalha.

Pela localização da estrutura na paisagem (ocupando postos elevados), pela disposição e distribuição preferencial dos vestígios metálicos associados (notadamente pentes de rifles Manllincher) na face norte (voltados em direção a Canudos), esta estrutura deve ter, efetivamente, servido como elemento de defesa pelas forças jagunças, até a sua tomada durante a Quarta Expedição Militar.

A construção de estruturas deste tipo indica forte adaptação local e minimização de esforços construtivos. Consistem em pequenos guarda-corpos de proteção, erguidos com "rachões" de pelito, retirados do próprio embasamento aflorante na elevação. Apresentam pequenas dimensões e tendência a formatos circulares e elípticos, com grande mimetismo em relação à paisagem. Por vezes, eram aproveita-

dos acidentes do relevo, sem maiores intervenções. Com a tomada do Alto do Mário durante o desenrolar da quarta investida ao arraial, as estruturas possivelmente sofreram modificações de forma, dimensões e orientação.

Os trabalhos de escavação na trincheira permitiram a identificação de vestígios de enterramentos humanos (fragmentos ósseos, elementos de vestuário como botões e fragmentos metálicos diversos), relacionados ao uso do local para sepultamento, no período final da Guerra. Os enterramentos mostram fortes indícios de violação, como a raridade de fragmentos ósseos e sua distribuição caótica nas estruturas.

Outra característica que reforça a questão do re-arranjo das estruturas ao longo do período da Guerra é a presença de placas de pelito com perfurações de projetéis, em profundidade de 30/40 cms, próximas aos vestígios ósseos.

Com a escavação sistemática foi possível definir a base da baricada original, que apresenta formato elíptico. Uma vez finalizados os trabalhos de escavação, procedeu-se à revitalização da trincheira, revestindo-se no local uma secção com os rachões retirados das sondagens, oferecendo aos visitantes uma visão didática do local no tempo da Guerra.

Outros procedimentos estão sendo providenciados para a exploração turística/educativa deste monumento, como a presença de placa explicativa no local, mostrando os trabalhos de escavação e seus resultados, além de uma reconstituição em planta das estruturas com desenhos e fotos. Também foi realizada a filmagem de todo o processo de escavações, que permitirá gerar um pequeno vídeo didático a respeito.

Recontando a história da Fazenda Velha de Canudos

Levantamentos iniciados em 1996 e retomados no presente ano indicam que a elevação denominada Fazenda Velha apresenta os seguintes vestígios:

A) habitação arruinada, com presença de alicerces de pedra, grande quantidade de vestígios materiais superficiais associados ao cotidiano e estrutura anexa (reservatório d'água / tanque);

(FIGURA 2)



B) trincheiras de formatos diversos, com vestígios materiais oriundos das cenas do combate (cápsulas, projéteis, pederneiras, pentes, fragmentos de vestuários militar, etc...);

Informações bibliográficas e depoimentos de moradores locais indicam que estas estruturas correspondem aos vestígios da "fazenda abandonada, às margens do Vaza-Barris" (Cunha 1945). De qualquer forma, os indícios apontam claramente que estamos tratando com um complexo arqueológico derivado de ocupações sucessivas. Assim, os procedimentos de campo estiveram voltados à abertura de sondagens e poços-teste no interior da habitação, objetivando recuperar as sequências cronológicas de ocupação, cujos primeiros resultados apresentamos abaixo:

a) Na Sondagem 1 foi possível observar dois níveis estratigráficos distintos: um nitidamente definido pela linha de piso cerâmico (lajotas) e outro, mais abaixo, configurando um solo de terra batida. O piso cerâmico corresponde provavelmente à uma ocupação mais recente, desocupada há cerca de 35/40 anos e pertencente a Manuelzão, morador de Canudos, como inclusive indica uma imagem fotográfica. Para a aplicação do revestimento cerâmico, foi empregada uma camada de aterro, rica em vestígios arqueológicos do tempo da guerra e talvez até anteriores (louças inglesas do início e meados do século XIX). Após a retirada dessa camada de aterro, verificou-se a existência do nível de piso compactado de terra batida, acenando para outro piso, indicando a existência de dois níveis de ocupação, cuja sequência cronológica ainda merece maiores estudos. Muito provavelmente lidamos com o "chão de terra batida" que conheceu a marcas das botas do Cel. Moreira César e de seus auxiliares.

b) A sondagem 2, feita em outra extremidade da habitação, revelou a existência de um terceiro nível, mais abaixo, sem correlação com a sequência estratigráfica anteriormente descrita.

Concomitantemente à abertura das sondagens, procedeu-se a uma limpeza cuidadosa da camada de entulho (restos de paredes e te-

lhados tombado), de modo a obter dados referentes à planta original do imóvel para confrontação com o depoimento de antigos moradores da região. Essa atividade permitiu identificar os compartimentos da habitação, além de um dos acessos, por meio da soleira de madeira que abrigava uma porta. Com base em toda esta documentação propomos, a título inicial, a reconstituição volumétrica preliminar da edificação por meio do programa CAD. A imagem será apresentada aos antigos moradores da região, procurando novos dados que permitam melhor precisar a imagem.

(Figura 3)

PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS - BA  
FAZENDA VELHA  
(RETR. DO VOLUMETRICO)



Os trabalhos de sondagem e evidenciação foram realizados em partes distintas da casa, de forma a expor claramente elementos da construção e permitirem um confronto entre os vestígios arqueológicos. O objetivo foi de oferecer visão mais completa dos diferentes usos dados à Fazenda Velha de Canudos. Por outro lado, evitamos a retirada

da do nível de piso de lajotas que caracteriza uma das ocupações mais recentes, em detrimento de um melhor conhecimento dos vestígios e estruturas antigas, por julgarmos que o sítio deverá ser igualmente capaz de contar a história pós-guerra, dando uma maior amplitude temporal na leitura do sítio.

O complexo arqueológico da Fazenda é ainda integrado por um reservatório escavado na rocha aflorante, com dimensões de 3,0X2,7X0,7 m, denominado tanque e destinado ao armazenamento de água para abastecer a habitação. Aqui, procedemos à limpeza e evidênciação integral, fornecendo 3 fragmentos de vestígios arqueológicos (duas bases de garrafas recentes e um fragmento de faiança inglesa decorada). Por sua posição na elevação, pode ter sido utilizado no tempo da Guerra como trincheira, embora não tenhamos encontrado qualquer vestígio material associáveis a combates.

A face do cume da elevação voltada para Canudos apresenta uma grande trincheira semi-circular construída com pedras irregulares justapostas, arranjadas ao longo da curva de nível. Não apresenta setores escavados. A cerca de 10 metros é possível observar outra linha de trincheira com desenho atípico, com blocos maiores dispostos na forma de "U".

Com o objetivo de obter maiores dados sobre o uso do espaço entre a Fazenda Velha e as trincheiras, foi realizada uma coleta sistemática de superfície, organizada através de uma malha retangular com área total de 154m<sup>2</sup>, dividida em 7 setores (de A a G) e subdividida em quadras de 1m<sup>2</sup> (Figura X). A área nos remete ao espaço doméstico da habitação antes e depois da Guerra, bem como nos coloca simultaneamente no interior da trincheira. Através desta coleta foi possível realizar o salvamento das evidências de superfície, constantemente sujeitas à ação de visitantes curiosos e colecionadores.

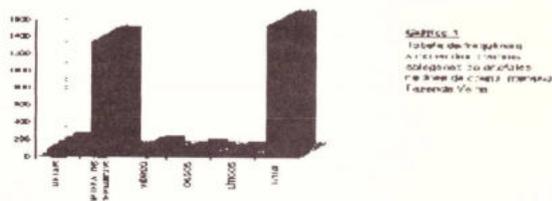
O material arqueológico coletado ainda está em andamento. Apresentamos aqui apenas uma análise porcentual do conjunto, bem como uma primeira caracterização do conjunto de 1535 fragmentos coletados (total verificado apenas na área de coleta intensiva), dos

quais 87,3 correspondem a artefatos cerâmicos diversos (telhas, tijolos, lajotas e utensílios como potes e panelas de barro, onde predomina a decoração escovada). Em menor proporção aparece a louça industrializada estrangeira, predominantemente inglesa do tipo faiança fina (pó de pedra ou granito), com decorações típicas do século XIX, além de lisa sem decoração. Consta também um fragmento de faiança ou "mezza faiança", exemplares de barro vidrado, cacos de garrafas em grés cerâmico e fragmentos de porcelana nacional recente, conforme tipologia proposta em ZANETTINI (1986).

Tabela 1

**FAZENDA VELHA - MATERIAL ARQUEOLÓGICO**

CATEGORIAS	SETORES							TOTAL	%
	A	B	C	D	E	F	G		
METAL	0	25	7	11	11	14	14	39	6,4
ARTIFATOS CERÂMICOS	80	147	132	227	281	218	155	1340	87,3
VIDROS	0	15	4	7	3	2	7	37	4,4
OSSEOS	3	2	5	0	7	6	0	23	1,7
LÍTICOS	0	0	1	0	3	0	0	4	0,3
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>189</b>	<b>222</b>	<b>247</b>	<b>311</b>	<b>244</b>	<b>206</b>	<b>1535</b>	<b>100,0</b>



Os metais correspondem a 6,4 % do material coletado, tratando-se de artefatos diretamente associados ao conflito bélico (pentes em maior proporção, cápsulas, projetéis, elementos de peças de artilharia sem condições de identificação, além de pinças, possivelmente utilizadas para extração de projetéis). Curiosamente, o material metálico

ocorre em maior quantidade no interior da habitação e na área imediatamente contígua. Temos ainda objetos relacionados ao mobiliário da antiga casa (fechaduras, trincos, lamparinas, ferramentas, etc...).

Os vidros coletados são maioria constituídos por fragmentos de garrafas apresentando técnicas diversas de manufatura. Fragmentos de frascos são menos comuns, sendo raro a presença de cacos de vidro atribuíveis a copos, cálices ou similares.

O material ósseo (humano e animal) corresponde a 1,7% do total coletado. A maior incidência se dá na porção leste da malha, onde o solo se encontra perturbado, indicando possível sepultamento.

O material lítico apresenta a menor expressão percentual (cerca de 0,3%), sendo constituído de duas perdenheiras em silex (as primeiras identificadas no Parque), empregadas para produzir a fâsca necessária nas armas, possivelmente dos jagunços.

Com a conclusão dos trabalhos de análise do conjunto deste material, em laboratório, estarão disponíveis dados mais completos, principalmente no que se refere à distribuição dos vestígios, permitindo desenvolver uma série de análises sobre função e uso do espaço.

Já quanto à continuidade dos trabalhos de campo, a segunda etapa de levantamentos focará as estruturas emergentes do Açude Corobó, devendo-se proceder à documentação dos vestígios e trabalhos pontuais em sub-superfície. Ao mesmo tempo será dado início à pesquisa em arqueologia pré-histórica, com prospecções de sítio e caracterização dos sítios que viem a ser identificados, permitindo uma retomada global dos objetivos propostos pelo Projeto.

#### EQUIPE ENVOLVIDA

Erika Marion Robrahn González - arqueóloga (coordenadora)  
Jorge Glauco C. Nascimento - geólogo  
Paulo Eduardo Zanettini - arqueólogo (coordenador)

Walter Morales - arqueólogo

*Esta pesquisa é financiada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e pelo CADCT Seplantec - Bahia.*

*Especiais agradecimentos à juventude camudense ligada ao CEPAC Canudos que colaborou nas atividades de laboratório, durante esta etapa de campo, atenta aos destinos de seu patrimônio cultural.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, A.S.

- 1984 - **Modelo arqueológico no Projeto Serra Geral. Tentativa de correlações sistêmicas e ecológicas** (ms). Universidade Católica de Goiás. Goiânia

BELTRÃO, M.C. *et alii*

- 1984 - Perspectivas arqueo-geológicas do Projeto Centrl. Nota prévia. **Clio** 6, 15-26. Recife

BIGARELLA, J.J. *et alii*

- 1984 - Registro de fauna na arte rupestre. Possíveis implicações geológicas. **Rev. de Arqueologia** 2(1): 31-37

CALDERÓN, V. 1967/68 - A fase Aratu no Recôncavo e litoral norte do Estado da Bahia. In: **PRONAPA** n.3 Belém, pp.161-168

- 1968/69 - Nota prévia sobre a arqueologia das regiões central e sudoeste do Estado da Bahia. **PRONAPA** 10:135-152. Belém

- 1970 - Nota prévia sobre 3 fases da arte rupestre no Estado da Bahia. **Universitas** 5:5-17

- 1971 - Investigações sobre arte rupestre no planalto da Bahia: as pinturas da Chapada Diamantina. **Universitas** 6-7:217-227

CUNHA, Euclides da :

- 1945 - "Os Sertões". 18 edição Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves".

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

1996 - **Arqueologia Histórica de Canudos**. Centro de Estudos Euclides da Cunha. Salvador

SCHMITZ, P.I.

- 1980 - A evolução da cultura no sudoeste de Goiás. **Pesquisas**, Antropologia n. 31:185-225

- 1987 - Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory* vol. 1, n.1:53-126
- 1991 - Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. *Rev. do Museu de Etnologia e Etnologia* 1:3-20, São Paulo

SCHMITZ, P.I. *et alii*

- 1984 - *Arte rupestre no centro do Brasil: pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia*. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo.

ZANETTINI, Paulo E.

- 1986 - *Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos*. *Arqueologia*, Curitiba, n° 5, p 117-130.

## CANUDOS: FICÇÃO E REALIDADE

Davis Ribeiro de Sena  
Cel. da Reserva do Exército

### O CÉU EXTERMINADOR

Tudo começou em 5 de maio de 1632, ocasião em que uma estrela cadente, qual adaga de fogo, causando estrondo ensurdecedor - maior que o trovão - e emitindo imensa luminosidade, rasgou o espaço, apunhalou o calcinado solo nordestino e ribombou pelos rastos e quebradas das caatingas.

A população era rarefeita - índios maçarás na grande maioria - mas quem não viu ficou sabendo do presságio de Deus e logo começaram as buscas por aquela gente sofrida e crédula: uns impulsionados pelo inquebrantável fervor religioso, outros, nem tanto, à cata do tesouro arremessado pelo Todo-Poderoso. O "cometa" foi descoberto somente em 1784, no município de Monte Santo e ganhou o nome de Bendegó - riacho seco afluente do rio Vaza-Barris, onde despencara - e de ouro não tinha nada: tratava-se de um sederito (92,70 % de ferro e 6,52 % de níquel) com 5,36 toneladas de peso e está classificado em

décimo-primeiro lugar no rol dos maiores aerólitos que atingiram a Terra.

A “pedra encantada” foi conduzida à capital imperial, através de muitas peripécias, pelo então ex-oficial da Marinha de Guerra José Carlos de Carvalho. Partiu do ponto em que tombara em 07 de setembro de 1887 e chegou ao Rio de Janeiro em 10 de junho de 1888, durante a regência da princesa Isabel, ficando exposto à visita pública até os dias de hoje. A notícia do transporte do meteorito correu o Brasil como uma grande façanha da ciência nacional e àquela região caatingueira restou a sublime graça de ter sido eleita pelo Onipotente para acolher Sua mensagem.

Pois bem. Em 1785, o jovem capuchinho italiano e evangelista incansável frei Apolônio de Todi, atraído pelo achado sagrado do ano anterior, deslumbrado e contrito, constatou a semelhança da serra de Piquaraçá com o Calvário de Jerusalém e rebatizou-a com o nome de Monte Santo, construindo uma ermida de madeira no topo da montanha e outra maior no sopé, geratriz do arraial que ali se formou. Naqueles tempos, enchia os ouvidos dos nordestinos o boato de que ali estava situada a fabulosa mina de prata, de cuja existência duvidosa o malicioso aventureiro Muribeca iludira a todos, inclusive o governador da Bahia.

\*\*\*

Um século depois, ao cruzar o rio São Francisco, em Abaré, vindo de Quixeramobim (CE) e seguindo os passos de seu inspirador construtor de capelas, de quem era o mais extremado devoto, o beato cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, o futuro Conselheiro, atingia o sacro lugar e iniciava sua trajetória de místico peregrino. “Era um velho seco; barbudo, rezador que fazia gosto”, nas palavras do sertanejo Antônio Carola, 80 anos de idade em 1955.

Líder carismático, o messiânico Antônio Conselheiro conduziu sua gente à resistência até as últimas consequências, erguendo o Império do Belo Monte garantido pelas armas e questionando por meios violentos o Estado legal, cabendo ao Governo republicano restaurar a

ordem constituída e reintegrar o território nacional, alvo de uma sedição.

A luta fratricida então desencadeada (1896-1897) provocou muitas mortes e crueldades, ensopando o agreste torrão nordestino com o generoso sangue de patricios vítimas de mútua incompreensão e do ódio incontido, mas, também, por força da pertinácia, da bravura, e da tenaz resistência desses guerreiros indomáveis em confronto perverso.

Lá se vão cem anos... Passado todo esse tempo, o pesado fardo emotivo da tragédia canudense permanece bárbaro, palpitante e atual, como se tivesse acontecido há cem dias. Recentemente, fui contratado pelo Ministério do Exército para organizar a documentação referente à passagem do Centenário da Campanha de Canudos.

Isso posto, foi determinado pelos chefes militares a seleção de fotografias existentes no Arquivo Histórico do Exército, em formato de álbum, para divulgação ainda em 1997 e a elaboração de um livro a ser entregue no próximo ano, tudo sem prejuízo da realização de outras tarefas.

Aquele lastimável episódio não está esquecido. Ao contrário, permanece vivo e pulsante, sempre lembrado como uma tragédia que nunca deveria ter acontecido. O sertanejo - o Forte - não acalenta mágoa ou sequelas, do mesmo modo que o soldado. Lá se vão cem anos, quando, juntos, adubaram com seus despojos o solo inclemente mas sempre adorado, da mesma Pátria e, hoje, simplesmente trabalham, produzem, confraternizam e amam.

O brasileiro é um crente incurável. O mesmo sentimento nacional que edificou a modesta capela da Santa Cruz, no Pico Araçá, nos confins do sertão baiano, erigiu o majestoso Cristo Redentor, no morro mais alto à beira do mar, na capital do País.

## COMBATE FRATRICIDA

O envolvimento direto do Exército Brasileiro naquele confronto armado entre irmãos teve início em 6 de novembro de 1896, data em que a Iª Expedição (uma centena de homens ao comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira) partiu de Salvador para Juazeiro-Ba, via ferroviária; a missão foi cumprida com o ataque final a Canudos em 5 de outubro de 1897 (IVª Expedição, 2 divisões de Infantaria, sob as ordens do general-de-brigada Arthur Oscar de Andrade Guimarães). As IIª e IIIª Expedições não obtiveram êxito (batalhão reforçado e brigada de Infantaria, comandados pelo major Febrônio de Brito e o coronel Antônio Moreira César, respectivamente). Cerca da terça parte da Força Terrestre foi empenhada nos combates contra os rebeldes de Antônio Conselheiro.

Isso posto, o Sr. Ministro do Exército decidiu incentivar, entre outros eventos, a produção de um filme nacional sobre o doloroso acontecimento, a ser efetuado no alto sertão nordestino, nas proximidades de Juazeiro (Ba). Para isso, determinou o empréstimo a prazo fixo de armamento da época; a participação com pessoal cedido pelo Comando Militar do Nordeste (72º B I Mtz, Petrolina -Pe), figurando as tropas expedicionárias; o apoio de órgãos subordinados envolvidos (Secretaria Geral do Exército, Diretoria de Assuntos Culturais, 1ª Região Militar, 6ª Região Militar, etc); e o acompanhamento das filmagens, visando a preservar a Instituição de eventuais e por vezes inconsistentes distorções quanto ao emprego dos meios disponíveis.

O autor foi designado para fazer essa ligação com a empresa realizadora da fita e, desde o início, ainda na cidade do Rio de Janeiro, prestou constantes informações relativas a uniformes, distintivos, acessórios, bonés, calçados e outros detalhes, bem como na parte referente ao armamento utilizado por militares e conselheiristas. Deslocando-se para o sertão, continuou a assessorar pessoalmente o diretor da película, fornecendo dados específicos sobre vozes de comando, formações de combate, dispositivos, manuseio das armas portáteis e pesadas, etc.

Vale ressaltar, ainda, que o consultor militar não exerceu funções de fiscal e, muito menos, de censor, e os integrantes da equipe cinematográfica tiveram completa liberdade para definir roteiro (de conhecimento prévio pelo escalão superior), tomadas de cena e diálogos. A aceitação desse aconselhamento técnico - indispensável em produções estrangeiras, porém feito pela primeira vez no Brasil - por diretores, artistas, produtores, cenógrafos, figurinistas, assistentes, funcionários administrativos, etc foi excelente e o autor se desvanece ao ter adquirido boas amizades, em setor social totalmente desconhecido para ele, embora seja veterano cinéfilo.

Por outro lado, não se tratou da realização de um documentário: o filme é comercial, de ficção, e a estória a ser mostrada na tela foi inventada para divertir as platêias, além de proporcionar lucro financeiro decorrente da empreitada. A saga canudense aparece como pano-de-fundo, à semelhança, por exemplo, de "... E o Vento Levou", antigo trabalho de Hollywood, que todos conhecem. Iniciada no dia 6 de julho deste ano, as filmagens da produção cinematográficas foram concluídas no último dia 2 de novembro.

A ordem para destruir Canudos partiu do Presidente da República, logo após reassumir o cargo, por força do desastre da Expedição Moreira César, que comovera toda a nação. As ações militares se desenvolveram de 21 de novembro de 1896 (o "fogo de Uauá") até 5 de outubro de 1897, com a queda da cidadela. O Exército Brasileiro cumpriu a missão com intensa dificuldade operacional - particularmente na área logística - e amargou elevadas baixas em seus efetivos. Estamos, portanto, vivendo o período que marca o Centenário daquele sangrento conflito interno, ponto de inflexão para a modernização da Força Terrestre.

Os habitantes de Petrolina e de Juazeiro solidarizaram-se entusiasticamente com o projeto, bem como o governo da Bahia, repartições federais, municipais e o comércio, principalmente hotéis, shopping, supermercados, táxis, restaurantes e boates. A cidade cenográfica de Canudos, erigida em pleno semi-árido, foi demolida e o dia-a-dia sertanejo voltou à normalidade, mas foi bom apreciar os encantos das duas cidades irmãs, além de se deslumbrar com a beleza da paisagem do rio São Francisco e degustar as deliciosas mangas e uvas colhidas naquelas terras viçosas, graças à irrigação racional.

Entretanto, nem tudo são flores: verificamos apreensivos que a maioria dos sertanejos de hoje trocou a umbuzada pela coca daite, e a carne de bode pelo hambúrguer; caminha de tênis importados pela caatinga, tempera a carne de sol com catechupe e diz tchau ao se despedir. O abandono dos costumes locais e a difusão de novos modelos de comportamento exóticos constituem um processo célere e insensível que a indústria da mídia impõe às populações nativas, tornando-as membros de uma aldeia global, às vezes descompromissada com os mais singelos valores das tradições regionais brasileiras.

Evidentemente, não se trata de comemorar o transcurso do Centenário da violenta guerra entre patricios, momento em que o Exército suplantou inúmeros obstáculos - inclusive aqueles de natureza estrutural, como a inexistência do Serviço de Intendência - para vencer um adversário obstinado, com disposição para chegar às últimas consequências. Visa-se registrar o período da tragédia canudense como um fato histórico lamentável, mas que não deve ser omitido, eis que a Nação Brasileira emergia de exaustiva Guerra Civil (1892-5), que abrangeu todo o Governo Floriano, e a tropa de terra atravessava fase de transição motivada pela revolução industrial, além de estar defasada técnica e taticamente para enfrentar o sangrento conflito armado travado no chão nordestino.

Concluídas as hostilidades não houve abertura de inquéritos, ninguém foi perseguido, nem tribunais especiais foram criados; o supremo Tribunal Federal não se pronunciou, a Presidência da República e o Parlamento silenciaram, o Exército abandonou a lendária "mamadeira" no teatro de operações e não premiou os expedicionários com medalhas ou condecorações enaltecedoras de campanha, como se a Nação ansiasse por sepultar os lastimáveis acontecimentos.

Neste pequeno trabalho, inicialmente passamos informações sobre o cumprimento da missão ministerial e agora as complementamos com os seguintes dados:

- o material bélico emprestado foi restituído às Organizações Militares detentoras;
- a empresa produtora está organizando uma exposição pública dos uniformes, equipamentos e "material bélico" utilizados na fita, cujo lançamento comercial está previsto para o próximo mês de setembro;
- a cidade cenográfica foi destruída por tratores, pois o terreno onde foram feitas as filmagens é de propriedade particular e voltará à normalidade.

O autor esteve fisicamente no local durante os períodos compreendidos entre 5-19, julho 1996 e 11-23, agosto 1996, quando prestou aconselhamento especializado, como militar da reserva contratado por tempo certo pelo Ministério do Exército. Deve ficar claro que não manteve qualquer vínculo empregatício com a firma civil, e suas atividades foram executadas sem receber diárias ou qualquer outra recompensa financeira.

A colaboração espontânea da Força Terrestre tornou realidade a produção de um filme nacional de ficção com abordagem histórica, ocasião em que foi um dos lados litigantes em uma campanha militar sabidamente perversa, mas não desejada pela Instituição.

## A DIFÍCIL BATALHA NO NORDESTE

(Breves comentários sobre a introdução dos animais domésticos no semi-árido)

*Inamar Gusmão Botêlho*

*Veterinário e pesquisador do CEEC/UNEB*

*...Mostraram-lhe um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como se o houvesse ali.*

*Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.*

*Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados...*

*(A Carta de Pero Vaz de Caminha)*

Os animais domésticos existentes no Brasil, hoje, antes não faziam parte de nossa paisagem, pois não existiam. Nossa vegetação original, que era predominantemente matarral, (árvores e arbustos) não permitiu o surgimento dos grandes animais, principalmente dos grandes

herbívoros, vorazes consumidores de gramíneas como aconteceu no continente africano e outras regiões de cobertura naturalmente gramínea, caracterizado por estepes e savanas, ricas em gramíneas e ervas rasteiras, propiciando o surgimento. Dai tornou-se o berço dos referidos animais.

Com a necessidade de povoamento e fixação para a exploração da nova terra pelos portugueses, os animais domésticos foram de fundamental importância no acompanhamento dos pioneiros europeus.

Inicialmente, os criatórios surgiram em terras costeiras nas cercanias de Salvador e somente decorridos aproximadamente duzentos anos, por volta do final do século XVII, foi documentado a existência de vários currais nos sertões da Bahia pelas margens direita do São Francisco até a conquista de Sergipe. Partindo de Pernambuco para a outra margem do São Francisco, ocorreu um movimento idêntico, porém de menor abrangência, estendendo ao Piauí, ultrapassando o Parnaíba até o Ceará. Do São Francisco, ramificou-se para Minas Gerais, alcançando outros estados, por influência da "Casa da Torre", fundada por Garcia D'Ávila e seguida por sucessivas gerações. Ao passo e compasso do afastamento do gado, novos caminhos foram abertos e trilhados pelo Brasil afora.

Esses animais vieram da Europa para um clima tão adverso às suas características e hostil como foi e ainda o é, o nosso conhecido semi-árido. É fácil imaginar e compreender como foi cruento e deveras difícil o confronto ecológico travado entre os europeus e a caatinga. Dos esforços despendidos em viverem nos limites máximos da resistência física e biológica, só os mais resistentes tiveram chance de alcançar a adaptação necessária à sobrevivência no estranho e ingrato habitat.

## O EUROPEU VERSUS CAATINGA

Os nossos animais originalmente eram europeus, mais particularmente o gado vacum, (*Bos taurus*), os equídeos, (*Equus sp.*) as cabras, (*capra sp.*) selecionados e adaptados há séculos para a convi-

vência harmoniosa em climas temperados. Não traziam nenhuma resistência aos ataques dos ectoparasitos, despossuídos que são dos tremores superficiais da pele e da secreção cerosa que repele e atrapaalha o pouso e a fixação dos insetos e parasitos. Possuem pernas mais curtas, dificultando as longas caminhadas na capacidade de achar o que pastar e de viver em pastos grosseiros, escassos e rarefeitos, em épocas secas do sertão. A pele e o pelame são impróprios ao confronto direto com a diversidade dos espinhos penetrantes dos carrascais e a intensa radiação solar. Tem baixa densidade de glândulas sudoríparas por centímetro quadrado de pele, arma principal na dissipação do calor corpóreo, metabólico ou da insolação. A mucosa gastrointestinal é sensível à fibra mais rude, acostumada com as ingestas mais tenras e forragens mais finas e outras tantas desvantagens fisiológicas, que podemos classificá-los, à primeira vista, como inaptos a conviverem em nosso meio.

Falar especificamente dos caprinos e ovinos, aprofundando em suas origens mais remotas é tarefa difícil, devido à falta absoluta de dados. O certo é que também acompanharam os povoadores portugueses e foram trazidos pelos demais conquistadores que também aportaram e permaneceram por aqui durante algum tempo, sendo expulsos posteriormente. Também, se incluem os cavalos, jumentos, as aves e os outros animais o convívio doméstico.

## A PAISAGEM DO SEMI-ÁRIDO

O bioma semi-árido em estado natural, ecossistema abordado em muitas publicações literárias e científicas, caracterizado por vegetação xerófila e agressiva, considerada a maior fonte de proteína vegetal existente no planeta (Smith et al). Possui grande variedade e quantidade de leguminosas arbustivas e rasteiras. A vegetação é de porte raiquítico e enfezado, escassas fontes de água superficial. A baixíssima umidade do ar quebra naturalmente os ciclos biológicos. A secura dos ares impede a plena procriação dos insetos e dos parasitos, propiciando

a salubridade do clima que tanto contribuiu para a fixação dos criatórios ultra-extensivos e a permanência do homem em região semi-desértica. Embora seja nítido o limite que o ecossistema apresenta na produção de alimentos para ambos, o clima do sertão foi um fator primordial para o desenvolvimento da pecuária e permitiu ao homem, enfrentar o imenso desafio do pioneirismo e a fixação de moradia nessa inhospita região. Os pioneiros fugiam das enfermidades endêmicas e dos carrapatos que fustigavam a si e dizimava impiedosamente os seus rebanhos, contagiando-os com a desconhecida babesiose, tristeza parasitária bovina, parasitose fatal, nos animais estrangeiros, não imunes à doença, transmitida por um animalzinho de aparência tão inofensiva, que grassava nas regiões mais úmidas.

Só recentemente, algumas regiões, aparentemente mais favoráveis, vieram a ser densamente povoadas, mesmo assim em muitas delas, através de maciços subsídios governamentais. Elaboraram-se projetos tecnicamente equivocados que, em sua maioria, criaram grande impacto ambiental. Mesmo com os meios disponíveis em nossos dias, descobre-se que são áreas impróprias ecologicamente à expansão da fronteira pastoril, no exemplo do ocorrido com muitas regiões da Amazônia.

A expressiva variedade de plantas da caatinga nordestina tais como a jurema, (*Pithecolobium diversifolium*, Benth) o mororó (*Bauhinia forficata*, Link) a quixabeira, (*Boumeli sertorum*, Mart) a faveleira, (*Cnidocolus phyllacanthus*) o juazeiro, (*Zyziphus juazeiro*, Mart) o sabiá, (*Mimosa caesalpinifolia*, Benth.) a gitirana, (*Centrosema pubescens*) como exemplos de algumas plantas, predominantemente arbustivas, vivem plena adaptação à aridez dos terrenos de pedregulhos, esturricados. Mesmo em severas condições, continuam em ciclo natural, verdejantes, a oferecerem os recursos para os animais e, muitas vezes, até para o homem em épocas de grande penúria, evitando o prolongamento das citações e dentre tantas outras espécies, que servem como forrageira, temos as palmeiras xerófilas, como o licurizeiro, (*Coccoloba coronata*, Mart) e o ariri, (*Coccoloba vagans*, Bondar). O cientista Gregório Bondar, estudioso e pesquisador das riquezas naturais da Bahia, afirma em "Palmeiras Nativas do Gênero *Coccoloba* na Alimentação dos Animais Domésticos", haver cinco bilhões dessa palmeira somente na Bahia.

Ainda nesta publicação conforme Bondar, o rebanho suíno da Bahia, nos meados deste século, alimentava-se muito de coquilhos das palmeiras licurizeiro e ariri.

Entre outras tantas, os umbuzeiros, sozinhos, simbolizam e retratam fielmente as nossas caatingas, sendo a planta mais generosa no socorro dos viventes. Além de sua beleza ímpar, de sua copa majestosa e arredondada, no imaginário da população sertaneja, ele é considerado uma árvore quase sagrada.

Na vegetação caduciforme, a fora as cactáceas, mandacaru, (*Cereus jamacaru*, P.DC.) o xiquexique, (*Pilocereus*, Goumelli K. Schum) o facheiro, (*Cereus aquamoso*, Guerke) e coroa ou cabeça-de-frade, as folhas caem logo no início das estiagens, os galhos começam a despir-se, começando o processo da dormência, defesa extraordinária para que a perda de água por suas folhas seja a mínima possível e ainda guarda a água que precisa para ressurgir da paisagem acinzentada, de aparência quase morta. As poucas fontes d'água de superfície dista uma das outras léguas e léguas. Os poucos rios existentes, quase todos são provisórios, desaparecem logo quando cessam as chuvas. As estações são distintas: as "águas" e a "seca". As chuvas, quando caem, geralmente deságuam grandes volumes num pequeno espaço temporal, intermediadas por um período sempre esperado de estiagem. De quando em quando, esta estiagem prolonga-se muito, trazendo conseqüências sociais gravíssimas e de há muito conhecidas e propaladas. Em poucas regiões do semi-árido ocorre o "inverno", chuvas finas e esparsas entre os meses de maio e julho. A baixa precipitação milenar propiciou o afloramento dos minerais no solo, tornando-o paradoxalmente fértil.

Embora o clima seco seja desfavorável aos insetos, nas margens das aguadas, dos capões de mato, em época de chuvas, a população de moscas, pernilongos, mutucas, bernês e dos carrapatos, aumenta vertiginosamente. Aliados a fatores ecológicos diversos, o carrapato é tido como principal empecilho à aclimação. Segundo Otto Stefan, (1929) 97% das perdas nas primeiras importações de gado europeu para o Brasil, podem ser atribuídas a este pequenino parasita. Nem o homem, nem os reis, como disse o zootecnista Octávio Domingues, es-

capam ao fragelo desta praga, afirma isto com base no que escreveu, trezentos anos após a introdução dos animais em nosso território, Carlos Augusto Taunay, (1839) na publicação considerada o primeiro livro de nossa literatura técnico-agrícola, "Manual do Agricultor Brasileiro"

"El-Rei D. João VI conservou mais de seis anos a perna doente da mordida de um carrapato, ou por manha, ou porque a chaga se tornou crônica. Oxalá este ataque à Sua Majestade fosse o único mal que tão infernal bichinho houvera de fazer ao Brasil. Não se passa ano sem que grande porção de gado sucumba à invasão de um inimigo, na aparência tão desprezível e, a certas épocas, a perda não se limita a algumas cabeças, mas vira em calamidade geral como em 1829, quando todas as fazendas e engenhos das províncias centrais e de beira-mar foram literalmente assoladas, ficando apenas com a terça parte de seu gado, e este em péssimo estado."

Podemos afirmar, segundo a proposição da "seleção natural" por Charles R. Darwin (1809) e Alfred R. Wallace, (1823-1913) que estudos ocorridos simultaneamente e de modo independente percebem que a seleção natural é o meio pelo qual os organismos, melhor adaptados ao seu meio, tendem a sobreviver e a transmitir aos seus descendentes as características genéticas. Os indivíduos se diversificaram e mudaram com o tempo.

Sabemos hoje que os indivíduos podem determinar uma mudança repentina nos seus caracteres através da mutação, e é como se o "pool" gênico dos indivíduos "sentisse" o momento exato de mudança.

O povoamento em novas áreas por indivíduos ecologicamente diferentes é uma batalha biológica com um início muito trágico e previsível: a morte de muitos elementos introduzidos e a sobrevivência de alguns, possuidores daqueles caracteres que resistirão às adversidades do meio. Os indivíduos remanescentes, considerados vitoriosos, por estarem vivos, pagarão altos tributos no percurso da adaptação. Não foi diferente com os precursores da nossa pecuária, que passaram por alterações profundas em seus aspectos fisiológicos e zootécnicos, forjando, lentamente, em sucessivas gerações, os novos tipos raciais. Surgi-

ram as nossas "raças" denominadas de "crioula", disseminada no resto do país e a "pé-dura", especificamente no semi-árido, junto à outras espécies, formadoras do rebanho brasileiro, que reinaram absolutas até o início deste século.

Estas "raças nativas" são ferramentas forjadas e temperadas na secura extrema do nordeste brasileiro, nestes 400 anos. É um tesouro ecológico que vem se extinguindo a passos largos, sem contudo ter mudado as condições ambientais, socio-econômicas e de outros indicadores, que continuam quase nas mesmas condições de séculos atrás.

Desde as nossas primeiras décadas, o gado vacum, os "crioulos" e os "pés-duros" vêm sendo substituídos pelo gado de origem indiana, aclimatado nos trópicos e que hoje predomina e mantém a quase totalidade do lastro do nosso rebanho. Nas regiões mais estruturadas, com a ampliação das fronteiras agropecuária, com a atuação de várias instituições de pesquisas direcionadas, ocorreu a adequação e a disseminação de diversas variedades de gramíneas, adequando-as ao tipo de clima e de solo. A difusão de novas tecnologias, aliada à busca de novos conhecimentos, foi possível nas regiões favorecidas climaticamente à criação a campo e a introdução com sucesso do formoso gado indiano, milenariamente adaptado aos limites e aos empecilhos que o trópico apresenta. Em conformidade com o seu grande porte, para criá-lo com produtividade e com os predicados que lhes são atribuídos, é necessário mantê-lo com farta alimentação na qualidade que sua exigência requer.

Fato idêntico aconteceu no Nordeste. A Bahia e Pernambuco providenciaram importações sistemáticas também de caprinos do hemisfério norte. Desta vez, com interferência governamental, com o objetivo de "melhorar" o tamanho e a qualidade das cabras "pés-duras" que, nos quatro séculos, foram igualmente moldadas pela dureza do meio. No caso das cabras, surgiram quatro "raças" nordestinas: moxotó, repartida, marota e canindé. A interferência foi desastrosa. Levaram em consideração somente o fenótipo, o exterior dos animais, sem atentar e nem perceber a gama de fatores envolvidos num processo adaptativo e nem nas consequências das importações equivocadas.

A intenção "melhorista" simplesmente piorou, dispersando e embaralhando aquele adequado conjunto de genes, onde o DNA dos nossos tipos raciais nativos "aprendeu" a continuar produtivos na adversidade. Os técnicos oficiais iriam repetir a história de 400 anos atrás, destruindo um valioso patrimônio genético, de quase meio milênio de formação e indispensável num ambiente ainda muito difícil. O prejuízo social foi imenso, pois era a cabra nordestina o último animal a perecer, antes do homem, em estiagens prolongadas e cruéis. Agora o sertanejo não tem esta certeza. Suas peles, pela qualidade intrínseca, espessou e adquiriu a elasticidade; os pêlos diminuíram em defesa para enfrentar e adentrar os espinhos dos carrascais. Gozou fama de melhor pele do mundo no comércio extrativista que o Brasil sempre adotou no mercado internacional. Após a interferência técnica-oficial, em manter as estações para a multiplicação e expansão das raças exóticas com o objetivo do "melhoramento" zootécnico das cabras nordestinas, os dois maiores compradores de peles de caprinos e ovinos brasileiros, os EUA e Alemanha, vieram à Bahia e Sergipe reclamar da abrupta queda de qualidade dessa mercadoria e mesmo assim o governo não atentou para tal malefício e continuou com os tais programas. Na Bahia ocorreram alguns fatores involuntários à vontade oficial que contribuíram decisivamente no fechamento da referida estação de Uauá, fundada pelo governo federal, que a princípio pareceu prejudicial, mas decorrido algum tempo, notou-se o ganho social para o nordeste.

A própria natureza incumbiu na dizimação de muitos espécimes, de pele fina e pêlos muito compridos. Ficavam literalmente presos, perdidos a ermo, pelos espinhos da infernal macambira e outras hostilidades do meio, dizimando-os, pois já apresentavam sinais claros da degenerescência. Também acossado pelas polícias pernambucana e sergipana, Lampião escolheu exatamente a proteção da natureza nas cercanias de Canudos e Uauá para si e sua gente. Os funcionários amedrontados, abandonaram a estação, culminando para o fechamento definitivo.

Este tesouro genético ainda não foi extinto, por teimosia, por isolamento geográfico ou por intuição nos acúmulos dos conhecimentos e saberes onde vivem. Aqui e acolá existem criadores, a exemplo

do Sr. Joãozito - Geremoabo-Ba., que manejam a caatinga com sabedoria e possuem ainda os remanescentes daqueles animais, hoje considerados nativos, vivendo em perfeita harmonia com a caatinga em estado natural, como nos conta a escrita do criador Moisés Varjão-Canudos-Ba.

*"No período das chuvas torrenciais o gado, (nome genérico de todo quadrúpede mais especificamente) bovinos e ovinos se alimentam preferencialmente de calumbi, marmeleiro, quebra-facão, amburana, moleque-duro, ervanço, mororô, carqueijo, umbuzeiro no caso deste o que se destaca é o fruto, chega a ser a fruta sagrada do sertão.*

*Outros arbustos que servem como alimento:...jurema, alecrim, gitirana, baldruga, caatinga de cheiro, malvas, capim de monte, malvarisco, catingueira, "os primeiros brotos", pau de serragem, espinheiro, cascudinho, as flores" maniçoba; outro alimento importantíssimo na época do verde, são os cachos de flores das bromélias macambira, garavatã e caroiã.*

*Para os longos estágios de seca as condições de alimentação são mínimas, dispondo os animais basicamente de folhas secas, é o caso das folhas de umbuzeiro, pereirô, aroeira, juazeiro, garajau, favela, cansanção, baraiuna, ainda para esses tempos secos, floram os icós e caraibas, angicos e dessas flores os animais comem bem. Os caprinos furam com os chifres coroas de frade e xiqexique mantendo-se gordos por todo verão. Mas de todos estes nomes citados a fonte de alimento mais preciso para o bode é indubitavelmente o cunãã..."*

Como marco de resistência e aqui representando simbolicamente todos os sertanejos do semi-árido, calejados na peleja de muitas décadas, enfrentando cara a cara, com muita coragem e determinação, desde as secas de costume até as perigosas, citamos o criador nonagenário, o senhor Esmeraldo Cedraz, conhecido como "Meninito" como exemplo de bom senso e sabedoria no manejo, ecologicamente correto de suas caatingas, nas cercanias de Ipirá e na fazenda "Trancada" em Conceição do Coité-Ba., conservando a metade em estado natural, prevenindo os "recursos" para apascentar os seus animais nos estági-

os mais difíceis. Prática, quem sabe, herdada de seus antepassados ou na observação do movimento da natureza.

Este ano, 1997, estamos saindo dos últimos estertores de uma já considerada, a pior e jamais vista seca deste século, [1991-1997] com dizimação de 40% de todo o rebanho nordestino. Desta vez, seus tentáculos alcançaram regiões úmidas, como o extremo sul baiano e parte do Espírito Santo.

O nordeste, sempre fica no "olho" desta calamidade. Milhões de animais morreram, milhões de hectares com pastagens artificiais sucumbiram ao primeiro e grande teste para as gramíneas introduzidas, e que ocuparam grandes extensões de caatingas, e no lugar agora, abundam os mata-pastos, o açoita-cavalo, os espinhos e outras ervas daninhas. Em muitas áreas, ocorreu o desnudamento, princípio da perda de memória do solo, começando assim, a desertificação.

Sabemos que o quadro apresentado pelo semi-árido brasileiro é de imensa complexidade. Muitos afirmam que, com interferências políticas maciças, priorizadas, com investimentos abrangentes, setorializados e outros provimentos sociais, amenizaria a situação. Outros indicam como causa a concentração excessiva de renda, o mando da política pelas elites, a falta de vontade governamental para fazer a reforma agrária. Defendem a redistribuição da terra. Dever-se-ia distribuir melhor a renda, promovendo a sustentabilidade familiar, através de práticas comunitárias. E ainda propostas mais recentes, como a auto-sustentabilidade regional e tantas outras fórmulas para a amenização ou a erradicação da pobreza, demonstrada nos indicadores socio-econômicos do Nordeste.

## COMPORTAMENTO DA NATUREZA EM RELAÇÃO À SECA

Afora algumas mudanças localizadas, o sertão de um modo geral continua quase o mesmo de 500 anos atrás, à mercê das intempéries do tempo e das providências para o enfrentamento dos inúmeros problemas que afligem a alma e o corpo de seu moradores.

O semi-árido carece de instrumentos necessários para uma mudança permanente da educação, da infra-estrutura, das tecnologias, enfim, de todas as condições que permitem ao homem, de cabeça erguida, enfrentar todos os seus problemas, inclusive os climáticos de igual para igual. Enquanto o homem não alcançar os conhecimentos necessários à administração de suas vidas e não promover as articulações de sua região com as demais, alcançando o mercado exterior, participando ativamente dos mercados, caminhando para livrar-se da dependência vil e da miséria, não pode e nem deve abrir mão de seu mais precioso patrimônio: a sua caatinga em estado natural, devidamente manejada, respeitando religiosamente a capacidade de lotação e os seus animais domésticos adaptados, que necessitam de preservação, evitando a extinção completa. Devem-se preservar todos os tipos de "pê-duro". As suas cabras, que mesmo pequenas lhes garante a sustentação nos períodos difíceis, continuam produtivas, dando-lhe algum leite. Não pode abrir mão de suas ovelhas "pêlo-de-boi", variedades. Morada Nova e Santa Inês que, para verem-se livres do calor excessivo, perderam toda a sua lã, nem do jumento nordestino, fazendo o seu trabalho, transportando a água com léguas e léguas distantes, muitas vezes, sem o direito de beber uma gota de água durante o dia, exceto a noite, quando aproveita a água usada por todos; do cavalo nordestino, que ligeiro alcança a rês desgarrada e veloz, antes que avance e transponha as tranqueiras espinhentas; dos bois e da vaquinha, "pê-dura" curraleirinha, mugindo à beira do cercado, esperando a hora de soltar o leite matinal; da sua galinha pedrês, d'angola ou de pescoço pelado, de variadas cores, que engolem pedriscos, sementes de toda natureza, cata os insetos e pragas e vigilantes no terreiro, espiando,

anunciam a presença das serpentes peçonhentas ou emite sinais de perigo do vôo rasante das aves de rapina; de seus porcos (piauí) e (baé) que vivem de comer umbu, coquilhos diversos, e a pastar e que andam enormidades na busca dos tubérculos nativos, fazendo a reciclagem orgânica possível; ainda do seu cachorro de estima e de trabalho, o vira-lata, ajudante inseparável na lida do gado e da casa, acuando, de vez em quando, alguma caça para a sobrevivência.

Afora a honradez do sertanejo, eis o verdadeiro e providencial patrimônio, que alguns homens do semi-árido, ainda possuem. Por isso, qualquer intervenção que se faça nesse meio, deve-se levar em conta os elementos aqui comentados. É preciso transformar o semi-árido dotando-o de maior capacidade para produzir riquezas objetivando promover a justiça social. Mas o futuro jamais poderá vir, enquanto no presente se fizer intervenções que não considerem o ambiente natural da fauna e da flora dessa imensa região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ARAÚJO, Anacreonte Ávila de. *Melhoramentos das Pastagens*, 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 1976.
2. BAKER, Jeffrey John Wheler. *Estudo da biologia* São Paulo: 1975. 2 vol.
3. BECK, Sérgio Lima. *Equinos: raças, manejo, equitação*. São Paulo: edição dos criadores, 1985.
4. CAPRISTANO, J. de Abreu. *Capítulos de história colonial 1500 - 1800*, 4. ed. Sociedade Capistrano de Abreu - Livraria BRIGUIET, 1954.
5. QUALIDADE, ambiental no semi-árido da Bahia. *Cadernos Car*, Salvador: n.17 p.23, 1995 (série especial).
6. DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Hemus, 1981.

7. DOMINGUES, Octavio. O zebu, sua reprodução e multiplicação dirigida, 5 Ed. São Paulo: Nobel, 1977.
8. GOMES, Raimundo Pimentel. *Forragens fartas na seca*, 2 Ed. São Paulo: Nobel, 1973
9. GUIMARÃES Filho, C. , SOARES, J.G.G. ALBUQUERQUE, S.G. *Desempenho de caprinos nativos criados extensivamente em área de caatinga não cercada*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA.1982. Boletim de pesquisa,17) .
10. GUIMARÃES FILHO, C., SOARES, J. G. G. ALBUQUERQUE, S. G. *Eficiência reprodutiva de caprinos no Nordeste Semi-Árido: Limitações e Possibilidades*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA.1983. Boletim de Pesquisa,20).
11. PINHEIRO Júnior, Guilherme Corlett. *Caprinos no Brasil* atualizada, Belo Horizonte: Itatiaia 1973.
12. WEINER, Jonathan . *O Bico do Tentilhão - Uma história da Evolução no nosso tempo*. Rio de Janeiro: Rocco-1995 (Tradução de Talita M. Rodrigues).
13. RIBEIRO, Fenelon Dea. *50 textos de história do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
14. SANTIAGO, Alberto Alves. *Pecuária de corte no Brasil Central* . São Paulo: Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária. Secretaria da Agricultura, 1970

**MARCAS**



**FORTES**

Assessoria Gráfica

Rua José Lima, 24 - Pituçu  
Salvador - Bahia  
Tel.: (071) 231-0565 / 230-1853